

# CADERNOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NO NOROESTE AMAZÔNICO

*Diálogos com a PNGATI*

CURSO BÁSICO DE GESTÃO TERRITORIAL  
E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS  
NO RIO NEGRO, NOROESTE AMAZONICO.



**Diretoria Executiva da FOIRN  
2013 a 2016**

**Diretora Presidente:** Almerinda Ramos de Lima – Tariano

**Vice Diretor Presidente:** Isaias Pereira Fontes – Baniwa

**Demais Diretores:** Renato da Silva Matos – Tukano; Nildo Jose Miguel Fontes – Tukano; Marivelton Rodrigues Barroso – Baré

**Coordenação do Projeto PGTA/RN**

**Coordenador:** José Maria Gomes Lana –Desana

**Auxiliar administrativo:** Marilda Celma F.Ferreira –Tukano; Joselma Marques Lana – Desana

**FOIRN**

Av. Álvaro Maia, 79

Caixa Postal 3169750-000

São Gabriel da Cachoeira - AM - Brasil

tel/fax: 0xx97 3471-1632/ 3471-1254

foirn@foirn.org.br

**Créditos**

**Realização:** FOIRN & PDPI/MMA, 2015

**Organização:** Alessandro Oliveira e Vicente Coelho

**Autores e cursistas:** Francisca Sampaio Batista; Jonilson Lelis Gonçalves; Larissa Ye'padiho Mota Duarte; Luiz Marcelo Vasconcelos Gama; Marcelo Fernandes Piloto; Natalino Júnior Costa Gentil; Pascoal Gonçalves Filho; Plinio Guilherme Marcos; Silverio da Silva de Lima; Vamberto Plácido Rodrigues; Adriano Pukimabieteri; Salomão Mendonça; Anne Ballester Soares; Carlos de Jesus da Silva Ricardo/ Esmeraldo Francisco Almeida Maia; EvaldoM. Alencar de Araújo; Evanildo Mendes Melgueiro; Flávio Bocarde; Luciana Yukari Uehara; Guilherme Costa Veloso; Ideraldo Pereira da Silva; José Ribamar Caldas Lima Filho; Nicholas F. P. Santos; Orlando José de Oliveira; Renato Martelli Soares; Rosiclaudio Cordeiro.

**Revisão técnica:** Camila Sobral Barra, Renato Martelli, Aline Scolfaro

**Mapas de localização:** Vicente Coelho

**Fotos:** Setor de Comunicação/FOIRN

**Projeto Gráfico e arte final:** Maria de Lourdes Ponciano

**Coordenador do projeto PGTA/RN:** José Maria Gomes Lana – Desana

**Auxiliares administrativos:** Marilda Celma F. Ferreira –Tukano; Joselma Marques Lana – Desana

**Instrutores:** Alessandro Oliveira, Lucas Lima, Wilde Itaborahy, Vicente Coelho e Edilson Melgueiro

**Apoio:** PDPI/MM

Projeto gráfico inspirados em representações de petroglifos localizados na Escola Indígena Baniwa e Coripaco Pamaali (EIBC - Pamáali), médio Içana



# CADERNOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NO NOROESTE AMAZÔNICO

*Diálogos com a PNGAT*

CURSO BÁSICO DE GESTÃO TERRITORIAL  
E AMBIENTAL DE TERRAS INDÍGENAS  
NO RIO NEGRO, NOROESTE AMAZONICO.





## SUMÁRIO

Apresentação	6
Parte I	9
Antecedentes da PNGATI	12
A construção da PNGATI	15
Protagonismo e Participação Indígena	15
Estrutura do decreto, objetivos, diretrizes e eixos temáticos	17
Os instrumentos de gestão territorial e ambiental	19
Planos de Gestão	21
Territorial e Ambiental	21
A construção dos PGTA's e o ciclo de gestão territorial	24
Desafios de implementação da PNGATI no Noroeste Amazônico	27
Parte II	32
Cadernos de gestão territorial e ambiental	33
Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco - CABC	34
Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié	42
Uaupés e seus Afluentes - COITUA	42
Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê - COIDI	55
Coordenação das Associações do Alto Rio Negro e Xié - CAIARNX	61
Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro - CAIMBRN	67
Comunidades de Ariabu e Maturacá Terra Indígena Yanomami	74
Rio Marauaiá, Terra Indígena Yanomami	85
Lista de Siglas	96
Para saber mais	98



## APRESENTAÇÃO

Desde sua criação em 1987, a Federação das Organizações indígenas do Rio Negro esteve engajada na luta pela demarcação dos territórios indígenas. Hoje, após 28 anos de luta, a maior parte dos territórios indígenas da bacia do rio Negro encontram-se demarcados e homologados<sup>1</sup>. Neste contexto, a garantia dos direitos adquiridos e a busca por uma gestão sustentável destes territórios, se apresentam como grandes desafios para os povos indígenas da região. A proteção e vigilância das Tis; a conservação e recuperação dos ambientes naturais; o desenvolvimento de alternativas econômicas; a valorização dos conhecimentos tradicionais de manejo e transmissão às novas gerações; o fortalecimento da articulação política entre as comunidades, associações e parceiros; são, portanto, algumas das principais demandas que tem pautado as ações desenvolvidas pela FOIRN e seus parceiros.

Desde a década de 1990, inúmeros projetos contemplando aspectos culturais, políticos, econômicos e ambientais vêm sendo desenvolvidos com o intuito de fortalecer a gestão territorial e ambiental no rio Negro. Neste contexto, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terra Indígenas – PNGATI,

<sup>1</sup> No médio rio Negro, há ainda uma grande área em estudo de identificação para demarcação, nos rios afluentes de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.



trouxe a oportunidade de potencializar, articular e expandir estas ações. Assim, a proposta de realização do **curso básico de gestão territorial e ambiental para formação de lideranças do rio Negro** surgiu no âmbito da chamada pública do PDPI/MMA para elaboração de PGTAs – Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O curso teve como objetivo promover a formação de lideranças indígenas para a Gestão Territorial e Ambiental. Espera-se que os cursistas atuem como multiplicadores desta temática nas comunidades, associações de base e nas coordenadorias regionais, buscando articular a Política Nacional de Gestão ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) com os contextos regionais do rio Negro<sup>2</sup>.

Ao longo dos quatro módulos, que contaram com momentos presenciais e de dispersão nas comunidades, a formação contemplou temas como a estrutura da PNGATI e seus antecedentes, os instrumentos de gestão territorial, especialmente os etnomapeamentos e os planos de gestão territorial e ambiental, a realização de diagnósticos e os usos de equipamentos de pesquisa de campo.

A presente publicação é portanto uma sistematização dos assuntos abordados e dos subsídios produzidos para elaboração de PGTAs nas regiões das coordenadorias. A primeira parte é uma introdução geral e aborda a PNGATI e a elaboração de PGTAs. A segunda e principal parte da publicação reúne os trabalhos finais elaborados pelos cursistas. Estes trabalhos são o fruto das etapas de atividades presenciais e nas comunidades e reúnem informações sobre as regiões das coordenadorias da FOIRN. Espera-se que estes “cadernos de gestão”

2 A presente iniciativa do curso foi fruto de uma discussão coletiva que envolveu representantes do movimento indígena do rio Negro, coordenado pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN e seus parceiros locais: ISA, FUNAI, IFAM e ICMBio.

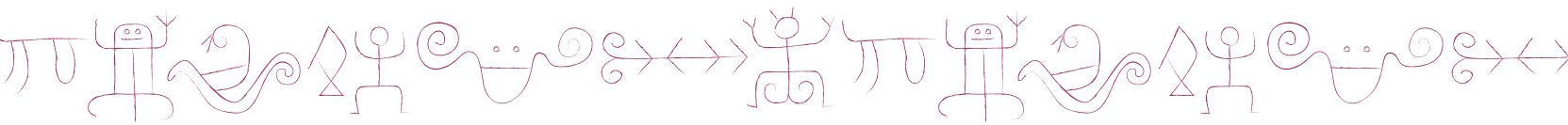
possam somar-se aos materiais já existentes no rio Negro, contribuindo com novos subsídios para a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental. Este material será distribuído para associações de base, coordenadorias, escolas indígenas, instituições públicas locais e aos parceiros governamentais e não governamentais com intuito de contribuir com os conhecimentos gerados no curso para o enfrentamento dos desafios e desenvolver as potencialidades existentes na região do rio Negro.

É importante lembrar que atualmente os povos indígenas no Brasil vivem sob forte ameaça política; grupos conservadores de parlamentares ligados principalmente ao agronegócio vem continuamente ganhando espaço tanto dentro do governo quanto na oposição e apresentando propostas legislativas que tem o claro objetivo de desconstruir os pilares do direito indígena consagrado pela Constituição de 1988, especialmente o direito ao usufruto exclusivo sobre os territórios tradicionais. Outras ações direcionam-se ainda contra a proteção dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, ao aproveitamento mineral dentro das terras indígenas e à instalação “à qualquer custo” de empreendimentos que causam grande impactos à estes territórios. Neste contexto, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terra Indígenas se torna especialmente importante. A PNGATI traz uma agenda positiva para relação dos povos indígenas com o Estado. Trata-se de uma política pública construída com a participação dos povos indígenas, que fortalece as bases dos direitos conquistados e que expressa sua luta por autonomia. O desafio de implementação da PNGAT é também o desafio de manutenção de todas as conquistas que precedem e estruturam essa política: o protagonismo dos povos indígenas na gestão de seus territórios.

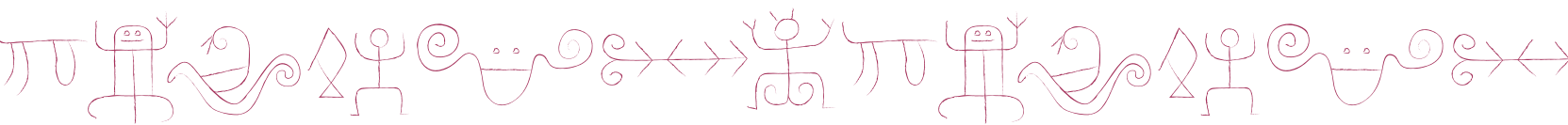


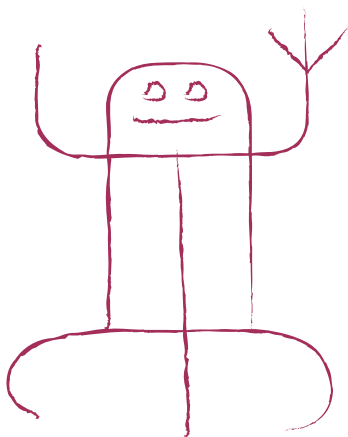






# PARTE I A PNGATI E A LUTA PELOS DIREITOS INDÍGENAS





No dia 5 de julho de 2012 a presidência da república assinou o decreto 7.747 que instituiu a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – a PNGATI. Esta política pública foi construída através do diálogo entre os povos indígenas, seus parceiros da sociedade civil e o Estado brasileiro para enfrentar os desafios de proteger as terras indígenas e garantir a qualidade de vida dos povos indígenas e de todos que vivem no Brasil. O objetivo geral da PNGATI é:

“Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente”.

(Decreto 7.747/2012)

O conteúdo do decreto da PNGATI foi construído através do protagonismo indígena e da participação de representantes indígenas de todas as regiões do Brasil. Esta política está baseada no reconhecimento de que os povos



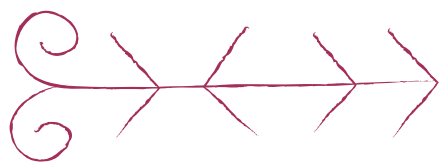
indígenas já realizam a gestão ambiental e territorial em suas terras e de que o Estado deve apoiar esses povos nestas iniciativas que se refletem em benefícios para a população de todo o país. Como uma política pública, a PNGATI cria espaço e traz oportunidades para que povos indígenas, setores da sociedade, e o Estado, dialoguem em torno de um objetivo comum e articulem suas forças para o enfrentamento dos desafios colocados atualmente para os povos indígenas brasileiros.

A construção da PNGATI surgiu da demanda dos povos indígenas por uma política pública que os apoie na gestão de suas terras, articulando e direcionando as ações dos diferentes setores do Estado brasileiro que são responsáveis pela política indigenista e pela política ambiental brasileira. Nesse sentido, a PNGATI foi construída para dar um passo a diante em relação aos apoios pontuais que são oferecidos aos povos indígenas através de experiências pontuais e pequenos projetos que vem sendo realizadas, sobretudo, com apoio de parceiros da sociedade civil e suporte financeiro internacional. Era necessário definir a presença técnica e financeira do Estado brasileiro, para fazer cumprir na prática os direitos territoriais indígenas.

Por tudo isso as organizações indígenas do Rio Negro acreditam que suas ideias de desenvolvimento regional podem dar certo através da PNGATI. O dinamismo das parcerias que vem acontecendo na região é uma articulação compartilhada com as instituições públicas locais e organizações da sociedade civil parceiras para o aprendizado da “participação indígena” em torno da PNGATI, que demonstra o amadurecimento das partes envolvidas na região do rio Negro. O decreto Lei 7.747 é um estimulador

para todos os atores da sociedade, governamentais e não governamentais e vem mobilizando estas forças para a gestão dos recursos naturais e o exercício do controle territorial e ambiental na região do noroeste amazônico.





## ANTECEDENTES DA PNGATI

A PNGATI foi construída com base em uma longa história de lutas e conquistas dos povos indígenas em suas relações com o Estado brasileiro. Apesar de o Estado reconhecer os direitos indígenas sobre suas terras pelo menos desde o início do século XVIII, a luta pelos direitos territoriais atravessa o tempo e permanece uma preocupação atual para os povos indígenas<sup>1</sup>.

No final dos anos 1960, existia uma previsão de que os povos indígenas no Brasil iriam deixar de existir até os anos 2000, diante de tantas violências praticadas contra a vida destes povos, dentre elas, especialmente as invasões e ameaças aos seus territórios. A perspectiva era de que aqueles povos que não fossem eliminados pelo contato seriam assimilados à sociedade brasileira, deixando de serem índios.

Os povos indígenas então começaram a se organizar em diversas regiões do país para defender seus direitos às suas terras. Este movimento dos povos indígenas ocorreu ao mesmo tempo em que diferentes setores da sociedade brasileira também começaram a se organizar

<sup>1</sup> Para saber mais sobre a história das políticas indigenistas e dos direitos indígenas ver “Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania” 2012 - 1ª Edição, escrito por Manuela Carneiro da Cunha e lançado pela Editora Claro Enigma de São Paulo.



para questionar a forma de desenvolvimento que estava sendo colocada em prática no país e suas consequências negativas para a própria sociedade em virtude das agressões ao meio ambiente que vários projetos estavam promovendo.

Neste contexto houve então uma aproximação entre estes setores da sociedade e o movimento indígena, o que impulsionou a luta indígena pelos direitos territoriais e gerou muitas conquistas, como as demarcações das terras indígenas. Os povos indígenas começaram a criar suas organizações e associações e a cobrar o reconhecimento destes direitos por parte do Estado. Povos de todas as regiões articularam e fortaleceram o movimento indígena que se fez presente no cenário nacional e internacional, cobrando seus direitos do Estado brasileiro.

Uma base jurídica forte para o reconhecimento das terras indígenas veio quando foi criada a nova Constituição Federal do Brasil em 1988. Nesta lei máxima do país, o Estado brasileiro reconheceu o direito originário dos povos indígenas às suas terras. Reconheceu também a diversidade cultural dos povos e o direito de cada um deles de viverem de acordo com seus costumes e tradições. Os direitos constitucionais dos índios foram inscritos em um capítulo específico da Constituição Federal e tem nos artigos 231 e 232 as referências mais fortes em relação aos direitos territoriais e o direito à autonomia sociocultural. Este conjunto de direitos marcaram algumas inovações conceituais importantes em relação às constituições anteriores e ao chamado **Estatuto do Índio**.

Uma delas foi o abandono da ideia de “assimilação”, que entendia os índios como categoria

social transitória, que desapareceria pouco a pouco à medida que fossem incorporados pela sociedade nacional. Esta mudança de perspectiva em relação aos povos indígenas também permitiu colocar na lei uma visão diferente daquela que entendia que os povos indígenas deveriam ser “tutelados” pelo Estado, isto é, com o Estado decidindo pelos índios. Com a Constituição Federal de 1988 foi reconhecida a capacidade plena dos povos indígenas para, inclusive, ingressar em juízo para defender seus direitos e interesses. Os direitos territoriais indígenas foram entendidos enquanto direitos originários, o que quer dizer que esses direitos são anteriores à criação do próprio Estado, uma vez que os índios são os primeiros ocupantes do Brasil. Desta forma, a nova Constituição criou novos marcos e obrigações do Estado para com os povos indígenas. E trouxe ainda, no âmbito do tema ambiental, o direito de todos os brasileiros a um meio ambiente equilibrado.

Foi a partir deste novo quadro que o Estado começou a direcionar políticas públicas específicas para as áreas de educação, de saúde, e de regularização fundiária. A Constituição Federal de 1988 foi decisiva para garantir as demarcações das terras indígenas, que avançou nos anos seguintes. Na Amazônia, os processos de demarcações das terras indígenas receberam um importante apoio da comunidade internacional, através do “Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal” - que ficou conhecido como PPTAL. Além do suporte aos procedimentos administrativos de demarcações das terras, no projeto PPTAL, os povos indígenas conquistaram um espaço importante de **participação**, tanto na gestão do projeto no plano geral, quanto na gestão das iniciativas locais por meio



de suas organizações indígenas, participando diretamente das atividades de demarcação de suas áreas.

Na medida em que as demarcações foram sendo realizadas, o movimento indígena percebeu que reconhecer as terras indígenas não era suficiente para proteger seus territórios e garantir os outros direitos previstos na Constituição. Era necessário buscar apoio para fortalecer suas formas tradicionais de cuidar desses territórios e ao mesmo tempo criar novas soluções para garantir a sustentabilidade dentro destas terras demarcadas. Nos anos 1990, em diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, os povos indígenas conseguiram suporte para diversas iniciativas de etnodesenvolvimento associadas à conservação e à preservação ambiental, através dos “Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas” – PDPI. Esta parceria foi um momento importante de aprendizado tanto por parte das associações e organizações indígenas na gestão de recursos e projetos, quanto também para o Estado brasileiro no reconhecimento e promoção das formas indígenas de cuidar de seus territórios. Além do PDPI, outra iniciativa importante desenvolvida em parceria com MMA e o MDS foi o projeto “Carteira Indígena” – que apoiou pequenos projetos voltados para a segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável de comunidades indígenas, com respeito à autonomia das comunidades e às suas identidades culturais.

Outra conquista importante neste processo de interação dos povos indígenas com o Estado veio, no ano de 2004, com a incorporação, por parte do Brasil, de um instrumento jurídico internacional assinado por diversos países que trata de direitos indígenas: a Convenção 169

– da Organização Internacional do Trabalho. De acordo com esta Convenção a cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que podem afetar diretamente os povos indígenas, os governos têm o dever de consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e por meio de suas instituições representativas. Este dispositivo ficou conhecido como o direito dos povos indígenas à “Consulta, livre, prévia e informada” sobre quaisquer interesses estatais que, de algum modo, interfiram em seus modos de vida. Além de garantir o direito de os povos indígenas serem ouvidos sobre projetos de desenvolvimento ou questões administrativas ou legislativas que os afetem, a Convenção 169 também veio fortalecer os processos de participação indígena na elaboração de políticas públicas, como é o caso da PNGATI.





## A CONSTRUÇÃO DA PNGATI: PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

Diante deste acúmulo de experiências em programas e projetos, os povos indígenas no Brasil perceberam que era necessário avançar em relação aos desafios da gestão territorial e ambiental em suas terras. Era necessário deixar a lógica de projetos e apoios pontuais e elaborar uma política nacional que trouxesse uma definição mais clara e objetiva das obrigações e do papel do Estado brasileiro na proteção e nas iniciativas indígenas de gestão ambiental e territorial. Nesse sentido, no ano de 2008 foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial, GTI (Portaria Interministerial nº 276) para começar a construir a PNGATI. Este grupo reuniu técnicos do Ministério da Justiça (FUNAI) e do Ministério do Meio Ambiente, representantes dos povos indígenas de todas as regiões do Brasil (por meio das suas organizações) e representantes de organizações da sociedade civil, com o objetivo de elaborar uma primeira proposta para a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial para as terras indígenas.

Com base na Convenção 169 da OIT este grupo preparou uma agenda de consultas aos povos indígenas de todas as regiões do país sobre a PNGATI. Entre 2009 e 2010 foram realizadas cinco consultas aos povos indígenas em diferentes regiões do país: nordeste, sul e sudeste,



centro-oeste e norte. Estas consultas reuniram 1.250 representantes indígenas, pertencentes a 186 povos que vivem nestas diferentes regiões. A mobilização dos participantes foi realizada pelas organizações indígenas regionais – APOINME, ARPINPAN, ARPINSUL, COIAB – e pela articulação nacional, através da APIB. Durante as consultas foram apresentadas, debatidas e colhidas propostas e sugestões dos povos indígenas sobre o que deve ser feito para assegurar a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, com o objetivo de melhorar o documento base da PNGATI que foi preparado pelos integrantes indígenas e não indígenas no grupo de trabalho.

Depois das consultas, as contribuições foram sistematizadas no texto da PNGATI. O texto final da proposta do decreto foi avaliado pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), que o enviou à Presidência da República para análise. Em 5 de julho de 2012, dia nacional do meio ambiente, a presidência da república assinou o documento que institui a PNGATI. Desde que a PNGATI foi criada o principal desafio colocado para todos os setores envolvidos tem sido colocar em prática os objetivos, diretrizes e instrumentos que a política traz. Desde 2013, um comitê gestor da PNGATI - responsável pela coordenação da execução da política indígena e que é integrado por oito representantes governamentais e oito representantes indígenas, vem realizando reuniões periódicas para avaliar as atividades de implementação da PNGATI em todo o Brasil.

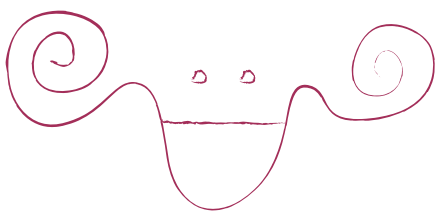
Durante o Curso de Gestão Territorial da FOIRN, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer melhor este texto e de

debaterem entre si como os contextos específicos das ações, iniciativas e projetos de cada região e de suas comunidades dialogam com a política nacional. Com o objetivo de apoiar a continuação destes diálogos nas comunidades, apresentaremos a seguir um resumo do que está colocado na PNGATI<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para saber mais sobre a PNGATI consulte a cartilha “Para Entender a PNGATI” (Bavaresco e Menezes, 2015). Esta publicação foi preparada pela Coordenação Geral de Gestão Ambiental – CGGAM/FUNAI e pode ser um material bastante útil para debater a política nacional junto às comunidades indígenas.







## ESTRUTURA DO DECRETO, OBJETIVOS, DIRETRIZES E EIXOS TEMÁTICOS

O conteúdo da PNGATI foi organizado através de um decreto. Este documento está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz o objetivo geral da PNGATI (reproduzido acima) e a definição de duas ferramentas para a gestão ambiental e territorial de terras indígenas que são o etnomapeamento e o etnozoneamento. De acordo com a PNGATI:

- **Etnomapeamento:** mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e
- **Etnozoneamento:** instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento.

O capítulo II apresenta as diretrizes (que são as orientações e princípios que dão a direção da PNGATI). A primeira delas “I - o reconhecimento e respeito às crenças, usos, costumes, línguas, tradições e especificidades de cada povo indígena” é a base que sustenta todas as outras orientações da PNGATI. O segundo capítulo também traz os objetivos específicos da



PNGATI. Estes objetivos estão organizados em “eixos” que são os temas de principal interesse e preocupação atual dos povos indígenas. São eles:

- 1 - Proteção territorial e dos recursos naturais
- 2 - Governança e participação indígena
- 3 - Áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas
- 4 - Prevenção e recuperação de danos ambientais
- 5 - Uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas
- 6 - Propriedade intelectual e patrimônio genético
- 7 - Capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental

Cada um destes “eixos” traz um conjunto de objetivos específicos que detalham atividades que devem ser promovidas, como por exemplo, a proteção, a fiscalização, a vigilância e o monitoramento ambiental das terras indígenas; a participação de homens e mulheres indígenas nas tomadas de decisão e execução da PNGATI; a elaboração de planos conjuntos de administração das áreas de sobreposição das terras indígenas com unidades de conservação; a recuperação de áreas degradadas em terras indígenas; o fortalecimento e a promoção das iniciativas produtivas indígenas; o reconhecimento, a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas sobre seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais associados à biodiversidade e ao patrimônio genético que existe nas terras indígenas; o fortalecimento dos órgãos públicos e organizações indígenas e a garantia de formação de quadros técnicos indígenas e não indígenas para lidar com estes

temas.

O capítulo III organiza a “governança da PNGATI”, ou seja, define como deve ser feita a coordenação da política pública e quem deve estar à frente deste trabalho. A PNGATI deve ser governada por um “Comitê Gestor da PNGATI”; pelos “Comitês Regionais da FUNAI” e pela “Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI”. O Comitê Gestor da PNGATI, responsável pela coordenação da execução da política, é integrado por representantes governamentais e representantes indígenas, conforme foi definido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Justiça e do Meio Ambiente.

Para completar, o Capítulo IV traz as “disposições finais” sobre a aplicação da PNGATI em áreas ocupadas por povos indígenas que estão em processo de demarcação e também para o contexto de povos indígenas isolados. Este último capítulo também define que a PNGATI deve ser implementada por meio de programas e ações previstos no planejamento do Estado, em seus planos plurianuais e nas diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais destinados aos órgãos e entidades responsáveis pela implementação da política além de poder contar também com outras iniciativas e parcerias.





## OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Os desafios atualmente vividos pelos povos indígenas para garantia de uma gestão sustentável de seus territórios trouxeram a necessidade de fortalecimento de seus conhecimentos tradicionais de manejo e, ao mesmo tempo, da incorporação de novas práticas e técnicas que ajudem a lidar com situações antes inexistentes. Neste sentido, a partir da década de 1990, conforme foi se fortalecendo o movimento indígena e avançando as lutas pela demarcação dos territórios, se desenvolveram em diversas regiões do Brasil iniciativas que buscam soluções para os desafios da **gestão territorial indígena**, como por exemplo: o fortalecimento das comunidades e organizações indígenas para garantia do controle sobre o território; o uso sustentável dos recursos naturais; o desenvolvimento de atividades produtivas e econômicas; a adaptação à novos padrões de ocupação do espaço; o fortalecimento dos conhecimentos tradicionais de manejo; e a efetiva implementação das políticas públicas voltadas para os indígenas.

Desenvolvidas por associações e comunidades indígenas em parceria com instituições governamentais e da sociedade civil, estas iniciativas vem promovendo um acúmulo de diálogos interculturais e aliando técnicas indígenas e





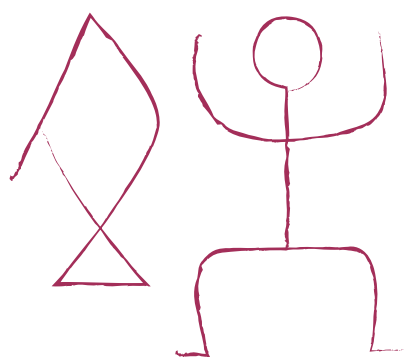
elaboração de etnomapas durante o curso

não-indígenas para gestão territorial e ambiental. Entre os diversos **instrumentos e ferramentas de gestão territorial** desenvolvidos nestes processos, estão as pesquisas interculturais, os diagnósticos participativos, os calendários ecológico-culturais, os planos de gestão e manejo, os planos de vida, os etnomapeamentos, os etnozoneamentos, além de diversos projetos para execução de ações práticas de manejo, formação de comitês gestores, etc.

Estes distintos instrumentos, por sua vez, vem dando suporte à todas as etapas do chamado **Ciclo de Gestão Territorial**, ou seja; a articulação e sensibilização das comunidades, associações e demais atores; a elaboração de diagnósticos e levantamentos dos contextos locais e regionais; o planejamento e execução de ações; e, por fim, o monitoramento e avaliação contínua das atividades implementadas.

Todos estes temas foram amplamente trabalhados durante o curso básico da FOIRN. Ao longo dos quatro módulos foram discutidas as diferentes funções dos instrumentos de gestão e as distintas etapas do Ciclo de Gestão Territorial. Especial atenção foi dada aos Planos de Gestão Territorial e Ambiental, assim como às experiências acumuladas na região do rio Negro.





## PLANOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTAs) tem se destacado como importantes instrumentos de implementação da PNGATI. Pelo seu caráter abrangente, os PGTAs tem contribuído para interligar as distintas ações que influem direta ou indiretamente na gestão dos territórios indígenas. Estes planos tem como ponto de partida, o protagonismo e a autonomia dos povos indígenas, bem como suas formas tradicionais de gestão e manejo do território e seus recursos naturais. São instrumentos que buscam apresentar uma contextualização abrangente do território, e a partir daí embasar uma reflexão sobre a **visão de futuro** desejada por seus moradores,



assim como as ações de gestão necessárias para se alcançar este ideal.

Com isso, os PGTA's contribuem para organizar os interesses, os objetivos e as metas dos povos indígenas; resolver conflitos internos e estabelecer acordos; conservar e usar de maneira sustentável os recursos naturais; valorizar os conhecimentos indígenas sobre o território e também orientar a implementação das políticas públicas e o trabalho das instituições parceiras. Do ponto de vista dos povos que ainda lutam pela demarcação de seus territórios, os PGTA's apresentam-se ainda como importante instrumento de qualificação das reivindicações fundiárias.

Com base na gestão já realizada pelos povos indígenas sobre seu território, os Planos de Gestão articulam os atores envolvidos neste processo, gerando diagnósticos e planejamentos que ajudem na renovação desta gestão, reforçando ações já realizadas ou propondo novas iniciativas de maneira a contemplar os desafios que surgem.

A forma e conteúdo dos PGTA's podem variar bastante de acordo com as especificidades dos contextos onde são elaborados. Não existem modelos fechados ou regras obrigatórias, mas com o acúmulo de experiência, alguns

princípios norteadores podem ser destacados como diretrizes gerais<sup>1</sup>:

#### a) Protagonismo indígena

Como apresentado na introdução, a criação da PNGATI foi uma grande conquista dos povos indígenas, uma reivindicação de apoio à gestão de seus territórios ameaçados pelas mais distintas pressões exercidas pelo contato. Trata-se portanto de uma pauta apresentada pelos índios à sociedade e neste sentido, o protagonismo indígena sobre seus próprios territórios se destaca como principal elemento de desencadeamento deste processo. Os seja, os PGTA's são feitos pelos e para os indígenas, segundo as suas visões de futuro, com colaboração de parceiros e do Estado. Construído conforme as especificidades de cada povo indígena, os planos baseiam-se em suas maneiras de se organizar no espaço e suas formas políticas, culturais, sociais e econômicas.

#### b) Legalidade

A elaboração de PGTA's está baseada nos direitos indígenas garantidos pelo Estado brasileiro, em especial o artigo 231 da constituição federal e nas diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. A

<sup>1</sup> Para saber mais: em 2013, a FUNAI publicou uma cartilha chamada "Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: orientações para elaboração". Esta cartilha é mais um importante material de apoio e está disponível no site: <http://cggamgati.funai.gov.br/index.php/documentos>



instrução sobre o manuseio de GPS



constituição Federal reconhece os povos indígenas como detentores de direitos originários sobre seus territórios, assim como reconhece a especificidade das formas de organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas. Dentro deste marco, todas as demais políticas públicas voltadas para os povos indígenas baseiam-se nestes preceitos, como é o caso da PNGATI.

#### c) Sustentabilidade

Os povos indígenas fazem tradicionalmente a gestão dos seus territórios, ocupam e manejam os ambientes a partir de suas formas próprias de organização social, suas atividades produtivas, suas cosmologias. O contexto de contato, no entanto, exerce uma série de pressões sobre os territórios indígenas, ameaçando a sustentabilidade de seus modos de vida. A diminuição de recursos naturais dentro das terras indígenas, a invasão de seus territórios, a quebra na transmissão de conhecimentos para as gerações mais novas, a adoção de técnicas de manejo inapropriadas, entre muitos outros fatores, apresentam-se como grandes desafios para garantia da qualidade de vida das presentes e futuras gerações indígenas. Sendo assim, o desenvolvimento de uma gestão sustentável é portanto um outro princípio fundamental da PNGATI e dos Planos de Gestão, e se refere não somente aos recursos naturais como aos aspectos socioculturais, econômicos e políticos. É importante lembrar que as Terras Indígenas, que ocupam 13% do território nacional, pelo seu estado de conservação ambiental, contribuem com a prestação de importantes serviços ambientais à todo território nacional. Este fato se dá pela proteção garantida pela gestão indígena através de gerações e gerações. Se trata portanto, antes de mais nada, da manutenção ou da reconquista desta sustentabilidade,

buscando adapta-la aos desafios do contexto atual.

#### d) Estabelecimento de Acordos e Pactos

Os Planos são uma ferramenta de diálogo interno e externo e contribuem para o planejamento conjunto de ações e para o estabelecimento de acordos e pactos. Construídos e implementados de maneira participativa, os PGTAs contribuem para integração das comunidades e organizações indígenas, dos parceiros da sociedade civil e dos gestores públicos em torno de objetivos comuns.





## A CONSTRUÇÃO DOS PGTAS E O CICLO DE GESTÃO TERRITORIAL

Em seu processo de elaboração e execução, os PGTAs contemplam as distintas etapas do ciclo de gestão territorial, em geral identificadas como: a) a sensibilização e mobilização dos atores envolvidos; b) a elaboração de um diagnóstico do contexto; c) a realização de planejamentos participativos; d) a execução das ações elencadas; e) o constante monitoramento e avaliação destes processos. Durante os módulos presenciais e de dispersão do curso básico da FOIRN estas etapas foram estudadas, tanto em termos teóricos como práticos. Relembramos aqui resumidamente as principais características de cada etapa.

### a) Sensibilização e mobilização

Como primeiro movimento, esta etapa se caracteriza pela articulação entre os diversos atores que irão construir e executar o plano, como lideranças tradicionais, moradores, associações e parceiros. É necessário, antes de mais nada, a sensibilização dos envolvidos para gerar um entendimento comum sobre os objetivos, princípios e temas mobilizadores para construção, bem como a definição da região de abrangência do PGTA. A realização de encontros, reuniões e oficinas são formas de dar suporte a estas necessidades. Definidos os responsáveis pelas distintas etapas do processo, tornam-se





importantes também a capacitação e o treinamento para execução de tarefas específicas, gerando multiplicadores das informações.

#### b) Diagnóstico

A etapa de diagnóstico consiste no levantamento de informações completas sobre a região de abrangência do Plano. Ao realizar o diagnóstico são levantadas informações sobre número populacional, sobre o histórico das comunidades habitantes, sobre as formas tradicionais de uso e ocupação, é feita uma caracterização dos ambientes, das iniciativas de gestão já em curso, e do acesso a serviços básicos, infraestrutura, problemas, e assim por diante. Os diagnósticos devem ser os mais completos possíveis, pois vão dar a base para a construção dos instrumentos de planejamento.

Podem ter início com o levantamento das informações que já existem sobre as comunidades indígenas e seu território, e depois seguidos de levantamentos em campo, pesquisas, entrevistas e oficinas temáticas para obter novas informações.

Uma importante ferramenta para a elaboração de diagnósticos sobre o território, é a produção de mapas, que permitem uma visualização espacial das informações levantadas. Por isso, os **etnomapeamentos** são destacados como ferramentas prioritárias para implementação da PNGATI (ver introdução) uma vez que expressam cartograficamente o conhecimento dos povos sobre seus territórios.

#### c) Planejamento

Partindo das informações levantadas no diagnóstico, a etapa de planejamento dá prosseguimento aos debates junto aos atores envolvidos

para definir uma visão de futuro, metas e objetivos e a partir daí pensar a resolução de problemas, priorizar ações e projetos a serem desenvolvidos. Levando em conta as potencialidades e as ameaças à gestão territorial, elabora-se um plano de ação com metas e objetivos para alcançar uma visão de futuro construída para a Terra Indígena. Assim, o planejamento deve contemplar também o estabelecimento de acordos internos e externos, respeitando as características de cada grupo indígena e visando boas práticas que contribuam para a gestão territorial e ambiental da Terra Indígena. Neste processo, a montagem de uma **Matriz de Ação** ajuda sistematização e visualização do plano. Existem muito modelos para isso, mas de maneira geral, dentro de cada tema, podem-se elencar os problemas a serem resolvidos, as soluções, os caminhos para alcançá-las e os responsáveis e parceiros. Basicamente tudo isso pode ser organizado através de perguntas orientadoras: **O que?** (para identificar qual o problema ou potencialidade) **Como?** (para identificar soluções) **Quem?** (para identificar responsabilidades) **Quando?** (para definir prazos para realizar as atividades).

O Etnozoneamento é uma das ferramentas que auxiliam nestes processos. Com este instrumento é possível utilizar as informações levantadas para mapear áreas (zonas) com características determinadas e funções específicas no ordenamento territorial, como por exemplo, zona de exploração de um recurso específico, zonas de refúgio para animais silvestre, zonas de implementação de determinadas ações. Ou seja, o etnozoneamento pode ajudar a visualizar os espaços e lugares de uso das populações e os lugares de viver dos outros seres vivos.



Todo este processo de planejamento deverá ser articulado com as organizações indígenas, as instituições parceiras e órgãos governamentais. Neste processo a apresentação aos comitês regionais da FUNAI é de extrema importância para que o PGTA possa ser incorporado ao planejamento anual desta instituição.

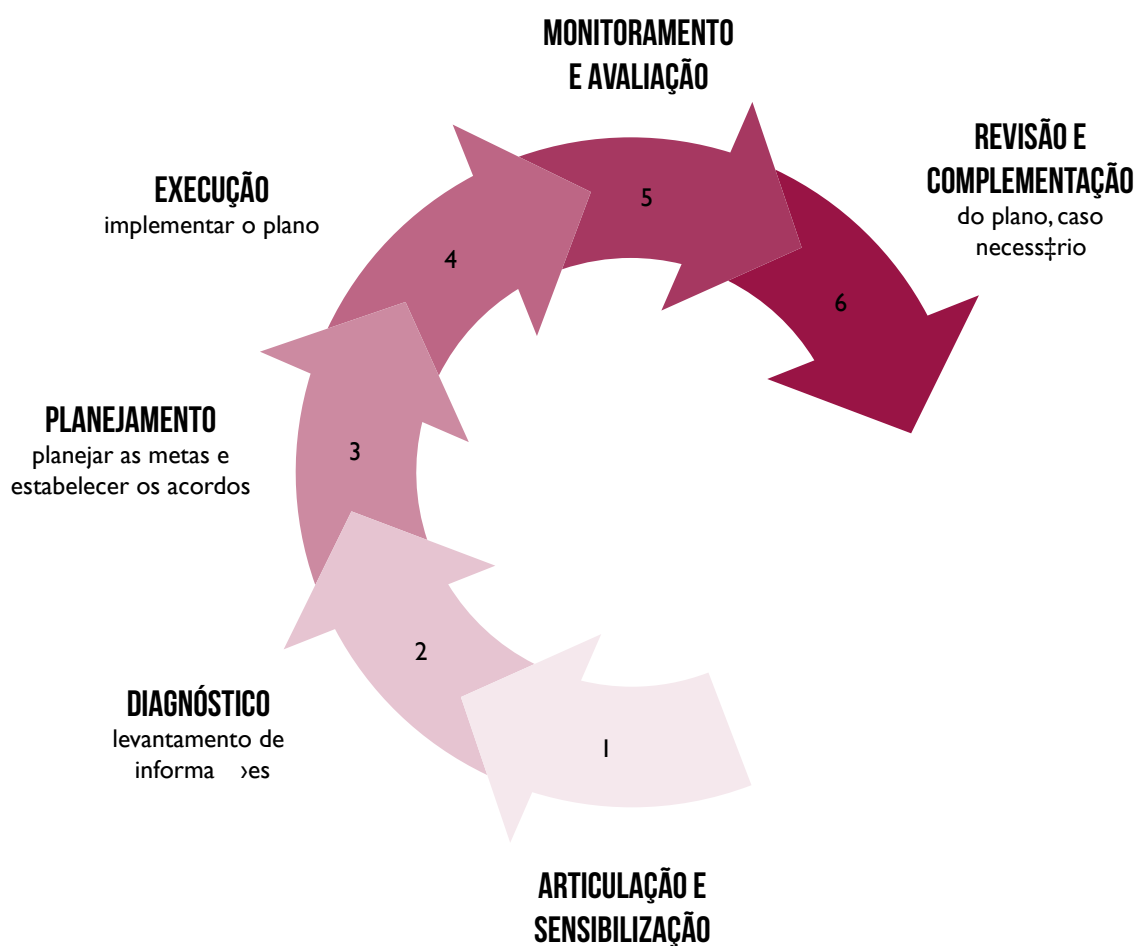
#### d) Execução

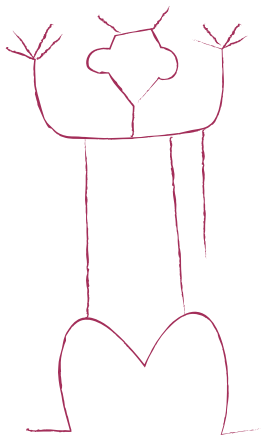
Esta é a fase de implementação do plano, de execução das ações indicadas na etapa anterior, cumprindo os acordos e pactos realizados. O plano deve ser apresentado aos parceiros e instituições que podem contribuir para as ações planejadas, conforme previsto na etapa anterior. Para isso é necessário desenvolver os projetos voltados atender as demandas levantadas, sejam eles financiados pelo órgão indigenista ou por demais parceiros. Além dos projetos financiados, é importante destacar também as iniciativas dos povos que não necessitem de

financiamento externo; se por um lado o financiamento – especialmente o financiamento público – apresenta-se como um desafio para gestão, a apropriação da PNGATI pelos povos indígenas, realizando ações autônomas, é igualmente importante.

#### e) Monitoramento e Avaliação; Acompanhar; Controlar; Analisar; Observar

É uma etapa que deve ocorrer ao mesmo tempo de todas as outras. O monitoramento e avaliação constante alimenta o plano e permite a incorporação de novos elementos quando necessário. Assim, de tempos em tempos o plano é revisado e são feitos os ajustes necessários, incorporando novos elementos ao documento.





## DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO DA PNGATI NO NOROESTE AMAZÔNICO

Durante o curso os participantes analisaram em detalhe o texto da PNGATI com o objetivo de estabelecer “pontes” entre a política nacional e os contextos regionais dos povos indígenas no Rio Negro. Neste exercício ficou claro como os povos indígenas já realizam milenarmente a gestão de seus territórios tendo como referencia suas cosmologias e seus sistemas de conhecimentos tradicionais.

Outro ponto que também ficou visível é que diversas ações já vem sendo realizadas pelos povos indígenas em parcerias com a sociedade civil e diferentes instâncias (municipal, estadual e federal) de governo nos últimos anos na região. Por outro lado, também foi possível mapear os principais desafios da gestão ambiental e territorial, que mesmo contemplados nos sete “eixos” da PNGATI, demandam esforços de todos os setores envolvidos na proteção, conservação e manejo sustentável das terras indígenas para serem desenvolvidos de forma mais consistente. Olhando para as diretrizes e objetivos específicos da PNGATI, os cursistas identificaram alguns dos principais desafios colocados hoje para a gestão ambiental e territorial das terras indígenas. Neste amplo panorama, destacamos alguns pontos a seguir.



Quando analisaram o eixo I da PNGATI – que traz os objetivos específicos em relação ao tema da proteção territorial e dos recursos naturais - o grupo CAIARNX destacou que é preciso mais participação do governo nas ações de monitoramento territorial nas áreas; promover ações de proteção e de recuperação das nascentes e cursos d’água e mananciais essenciais aos povos indígenas. Um dos principais desafios é promover a elaboração de um plano de caça e pesca, com participação das instituições e associações de bases. Em relação às ações de fiscalização é importante garantir a participação indígena nestas ações, oferecendo capacitação para lideranças poderem fiscalizar junto com os órgãos federais.

O grupo COITUA/COIDI ressaltou algumas características da região: por ser uma área de fronteira é mais difícil fazer a fiscalização. Hoje ocorre a entrada de garimpeiros não indígenas e de traficantes porque a fiscalização não ocorre de maneira continuada. Em relação à proteção dos recursos naturais foi destacado que é preciso manter o respeito aos limites tradicionais de caça, pesca.

Já os Yanomami cobraram a ausência da FUNAI

e dificuldades com a fiscalização. Na área de sobreposição com o Parque Nacional do Pico da Neblina, é preciso garantir a participação qualificada das associações Yanomami nas ações de fiscalização e no conselho gestor do Parque. Outro desafio é encontrar caminhos para a resolução dos conflitos com pescadores na boca do rio Marauíá pela KURIKAMA. Eles observaram muitas transformações trazidas pelos “ser-radores”, pescadores e caçadores. O propósito da KURIKAMA é negociar com pescadores, juntamente com os conselheiros do PARNA.

O grupo da CABO também apontou os desafios da fiscalização e vigilância. Eles observaram também a necessidade de resgatar o manejo tradicional conforme o etnozoneamento de recursos naturais e da biodiversidade já existente. Dentro do que traz o eixo 5 da PNGATI, que trata do “uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas”, existem muitas ações em curso em todas as regiões. Contudo, permanecem como desafios a promoção e apoio à conservação dos recursos naturais através do artesanato para fins comerciais; o apoio a substituição de atividades não sustentáveis; apoio aos estudos de impacto socioambiental de atividades econômicas



palestra do coordenador do projeto, José Maria Lana

e produtivas não tradicionais de iniciativa das comunidades indígenas e orientações para desestimular o uso de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados em terras indígenas.

O grupo da CABC indicou que ainda são desafios: conseguir explorar as riquezas do território de maneira adequada; as questões ligadas aos chamados “projetos de carbono” e articular todas as etnias em prol de objetivos comuns. Já o grupo da COITUA e COIDI indicou que alguns rios e regiões têm abundância de peixes, caças e frutas silvestres. O desafio é explorar estas riquezas sem devastar ou degradar os ambientes, como no caso de “tilingar” os lagos e os rios, é preciso fazer este tipo de pesca sem causar os prejuízos que vem causando. Segundo eles, é preciso fazer os “benzimentos” depois de tilingar. Eles apontaram ainda que as iniciativas de criação de peixes, galinhas e animais de

médio e grande porte ainda não se concretizaram nestas regiões.

Os Yanomami de Maturacá observaram a intenção de desenvolver um projeto de etnoturismo. Para isso, destacaram também que é preciso aprofundar os diálogos entre a comunidade Maturacá, ICMBIO, FUNAI, AYRCA. Também é importante promover a capacitação dos Yanomami do Maturacá para que possam atuar no projeto. A administração dos projetos, capacitação, educação ambiental nas escolas e comunidades, e a falta de colaboração dos municípios são pontos em que é preciso avançar.

Um ponto comum em todas as análises dos participantes em relação às iniciativas produtivas indígenas é a carência de assistência técnica especializada que representa um aspecto importante dos projetos produtivos. Outro aspecto comum observado remete a continuidade das ações, uma vez que muitos projetos



sistematização dos cadernos de gestão





palestra do conhecedor tradicional Higino Tuyuka durante o curso

terminam por falta de apoio para a sequência dos trabalhos.

Em diálogo com o eixo 6 da PNGATI que trata do tema da “propriedade intelectual e patrimônio genético” foram desenvolvidas algumas reflexões sobre os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e a importância de se estabelecer formas de reconhecer estes conhecimentos, protegê-los e promover, apoiar e valorizar as iniciativas indígenas de pesquisa. Várias pesquisas acadêmicas nas áreas de linguística, sobre plantas medicinais, sobre minerais, sobre sistemas agrícolas, sobre patrimônio indígena, sobre educação e sobre saúde já foram realizadas na região. Porém, os resultados nem sempre foram retornados às comunidades. Estabelecer novas técnicas para desenvolver e proteger a biodiversidade é um dos maiores desafios. É preciso fazer cumprir a legislação vigente, principalmente por parte dos governos estadual e municipal. É necessário também conscientizar a população indígena sobre seus

direitos relativos aos seus conhecimentos tradicionais. De outro lado, é importante promover a formação de quadros técnicos pois faltam recursos humanos especializados no tema. Segundo os cursistas da CAIARNX é preciso valorizar e capacitar pessoas que detêm conhecimentos sobre a medicina tradicional, reconhecendo o trabalho das parteiras indígenas, dos pajés e dos benzedores.

Dentre as várias pesquisas realizadas na região, algumas trouxeram resultados positivos como, por exemplo, aquelas que contribuíram para as iniciativas com a pimenta e com a arte Baniwa. Contudo, outros projetos foram paralisados por falta de recursos financeiros destinados para estas atividades. Por isso, existe a expectativa de que a PNGATI possa reconhecer e apoiar projetos de pesquisa tradicional, como por exemplo nas áreas de plantas cosméticas, comestíveis e medicinais. É preciso apoiar as iniciativas das comunidades e escolas que já estão acontecendo (CABC).

Além destas pesquisas com a biodiversidade, também foram destacadas outras frentes de estudos como: lugares sagrados, casas de transformação, meios de sobrevivência e de lidar com os animais, benzimentos, cerimônias, cantos, histórias, mitos, costumes, enfeites e instrumentos. Para desenvolver estas pesquisas ainda é um desafio estabelecer formas de consulta aos povos indígenas que protejam as comunidades de exploradores, da subtração de enfeites, instrumentos e de histórias, definindo formas de retorno das pesquisas, respeitando os tempos das comunidades nas decisões sobre estas iniciativas.

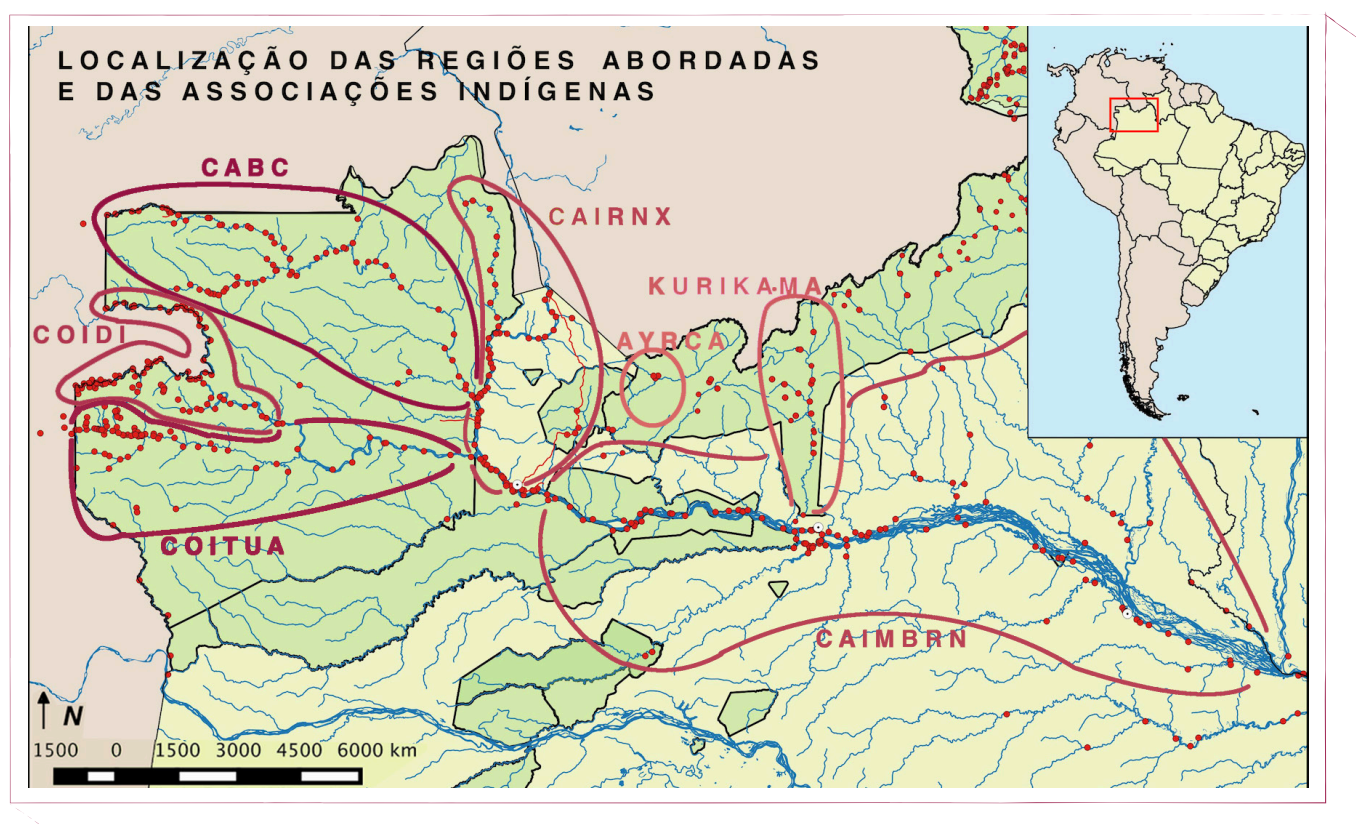
Estes são alguns dos principais desafios identificados pelos cursistas na análise de alguns eixos da PNGATI durante o primeiro módulo do curso de gestão ambiental e territorial. No primeiro encontro eles buscaram estabelecer algumas “pontes” que podem ser construídas para ligar os objetivos específicos da política

nacional aos diferentes contextos socioculturais do Noroeste Amazônico. Na próxima parte, este Caderno aprofunda as informações sobre as formas tradicionais de gestão ambiental e territorial indígena e apresenta alguns dos instrumentos de gestão que estão sendo colocados em prática na região.





## PARTE II



Os mapas são ilustrativos: não necessariamente correspondem de maneira exata às áreas de abrangência das associações.





## CADERNOS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

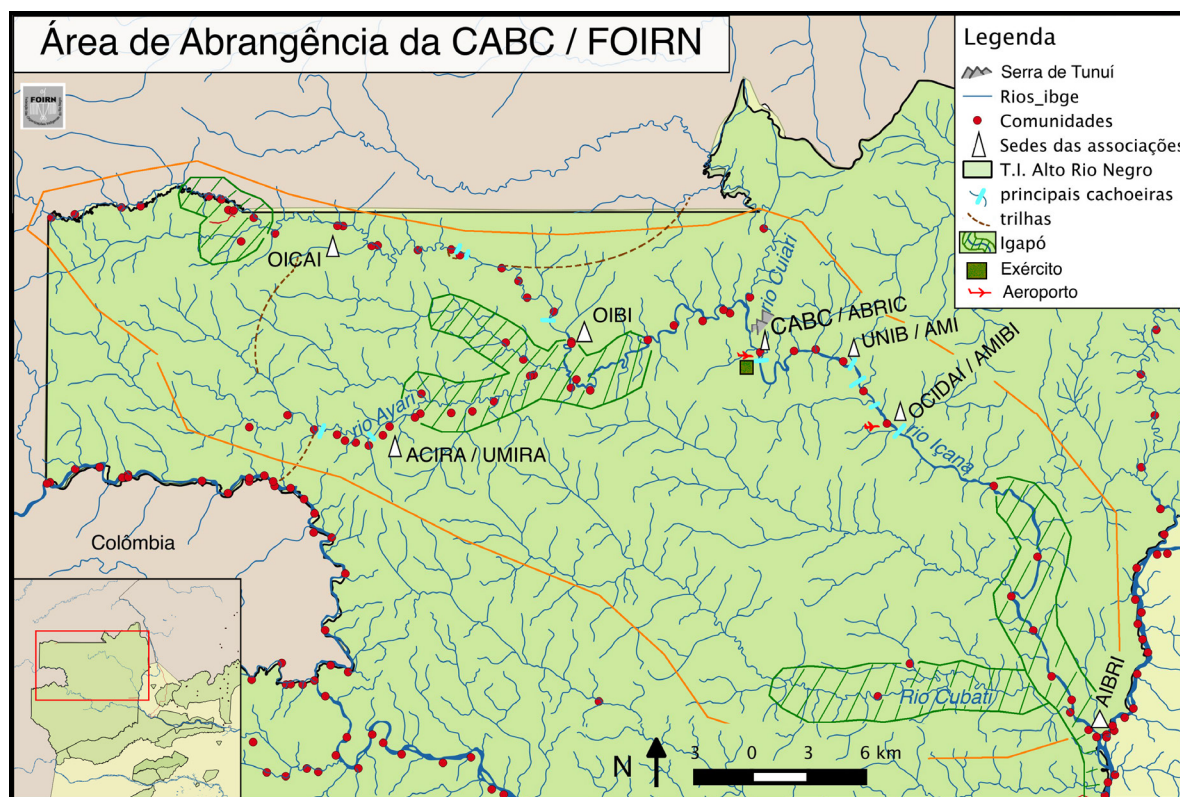
Durante o último módulo do curso foram elaborados trabalhos finais pelos cursistas, sistematizando os conteúdos trabalhados ao longo dos módulos, com foco em suas regiões de origem. Estes “cadernos de gestão” constituem mais um subsídio para elaboração dos PGTA nas diversas regiões do rio Negro. Os grupos para elaboração destes trabalhos seguiram as divisões das coordenadorias regionais da FOIRN, com exceção dos grupos formados pelos Yanomami, que formaram grupos de acordo com as áreas de abrangência das associações KURIKAMA E AYRCA. É importante ressaltar que as informações apresentadas estão em geral mais aprofundadas quando se referem às comunidades dos cursistas. Este material não representa uma síntese completa das regiões das coordenadorias mas sim mais um estímulo para continuidade e aprofundamento da implementação da PNGATI no rio Negro.



# COORDENADORIA DAS ASSOCIAÇÕES BANIWA E CORIPACO

## CABC

**Autores:** Silverio da Silva de Lima, Marcelo Fernandes Piloto e Plínio Guilherme Marcos



A Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco abrange a região localizada ao longo do rio Içana, na margem esquerda do rio negro, na Terra Indígena do Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira/AM. Em sua extensão, o rio Içana possui três principais afluentes: Cubate, Cuiari e Aiari. Nestes rios as duas maiores etnias são: Baniwa e Coripaco, compondo 93 comunidades com aproximadamente 6.346 habitantes e 10 associações de base. As comunidades entrevistadas para este trabalho foram a comunidade de São Joaquim, localizada no rio Aiari e a comunidade de Assunção, no baixo Içana onde buscamos as principais informações aqui presentes conforme o roteiro do questionário da entrevista elaborado no terceiro módulo do curso.

As comunidades entrevistadas são falantes de língua baniwa, da família linguística Aruak e nheegatu, da família linguística Tupi-Guarani. São sabedores da tradição, com a mesma origem e por isso as demandas e dificuldades encontradas nas comunidades do Içana e afluentes são as mesmas. Não entrevistamos todas as comunidades da região que, na maioria dos casos possuem uma realidade parecida e compartilham os mesmos problemas, na maioria dos casos. Assim, apresentamos a seguir de maneira geral o contexto da região do Içana e seus povos.



## OS POVOS DO IÇANA: ORIGEM E MANEJO DOS RECURSOS

Os Baniwa vivem nas fronteiras do Brasil, Venezuela e Colômbia ao longo do rio Içana e de seus afluentes Cuiary, Aiari, Cubate e em várias comunidades ao longo do rio Negro. Estão presentes também nas cidades de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos; também migraram para Colômbia e Venezuela espalhando-se pelos rios Inírida e Guenia. Os Coripaco falam a mesma língua dos Baniwa com algumas variações e habitam o alto Içana acima da comunidade Matapí. Os povos Baniwa e Coripaco denominam-se respectivamente Walimai ou Wakuenai, e seu idioma pertence à família linguística Aruak.

Embora pertençam ao mesmo grupo linguístico, os Baniwa também se subdividem, organizados em várias fratrias, que são conjuntos de grupos locais aparentados como irmãos entre si, como

os Waliperidakenai, Dzawinai, Hohodeni e os Dzawinai. Geralmente as pessoas casam fora de sua fratria. Os Baniwa traçam descendência pela linha paterna e cada uma das fratrias consiste de quatro ou cinco sibs, como por exemplo os tokedakenai, kotheroeni e outros que pertencem à fratria dos waliperidakenai, kadaopolitana que pertencem a fratria dos dzawinai. Os sibs de uma fratria estão ordenados como uma família de irmãos, de mais velhos a mais novo, de acordo com a história da criação.

Os primeiros antepassados do povo Baniwa saíram nos buracos nas rochas da cachoeira de Hipanan, denominada atualmente como comunidade de Wapoi Cachoeira. Quando saíram vieram um por um juntos com as flautas cangatara e as suas flautas sagradas e cantavam as músicas dos ancestrais. Os primeiros povos a surgir, conhecidos como Maliene ou kawa em língua geral são povos de hohodene, também são chamados maku, que são servos dos hohodene. Os mule-kakenai são um povo que



provavelmente não existe mais. Tinham suas malocas no alto Waranã, afluente do Rio Ayarí. Moravam na floresta, mas como a história de keruaminali conta, eles foram perseguidos e exterminados pelos brancos no passado. Já os tatu tapuia do rio Içana que falam coripaco, como os kumadieni, pato tapuia, também do içana são os primeiros antepassados dos waliperi dakenai. Assim o povo Baniwa foi dividido em clãs e cada clã tinha suas terras tradicionais de origem.

Após todo processo de formação do mundo, os Baniwa ocupavam as suas terras tradicionais, antigamente viviam sossegados porque nesse tempo ainda não existiam outras pessoas entre eles. Na organização deles existia o líder maior que era o responsável dentro da maloca, e se organizam por clãs, moravam em suas próprias malocas, geralmente construídas com paredes de casca de árvores e cobertura de palha, como karanã, buçú e kuruwai, ubí. As malocas eram construídas de forma bem ampla.

Naquela época os grupos se organizavam e guerreavam com outros grupos rivais para disputar terras e lagos. Mas quando os parentes chegavam para se visitar, cumprimentavam um por um na beira do rio, ofereciam comida, frutas ou o que eles tivessem. Isso quer dizer que eles tinham seu próprio respeito, a mesma coisa quando faziam as festas, convidavam os parentes próximos e festejavam juntos, em seus grandes dabucurí. Nessas festas praticavam as danças tradicionais como: adabí, maracá, ambaíwa, cariçú, wamo, piitti, surubim, waracapurí, mawacu, deto ticutá e outras.

A vida cultural baniwa tradicionalmente baseava-se nos grandes ciclos mitológicos e rituais

relacionado aos primeiros ancestrais e simbolizado pelas flautas sagradas; com importância central do xamanismo; e numa rica variedade de rituais de danças podale (dabucuri), associados aos ciclos sazonais, por exemplo o de amadurecimento de frutas.

Os Baniwa tinham muita dificuldade de viajar pelo rio porque não sabiam construir canoa de madeira. Mas teve um cacique, que tinha o conhecimento de fazer, foi o chefe dos waliperi dakenai, que fez a primeira canoa. Como os Baniwa são espertos, eles têm a maneira de fazer a canoa de casca de árvore específica, como waapa e dzawaka. Na canoa feita de casca de árvore não cabe muitas pessoas, no máximo duas, somente para pescar. Sobre o material de pesca, tinham diversos jeitos de pescar, deixando armadilhas no igarapé, na beira ou na cachoeira, como: oopitsi, kakuri, hali que são instrumentos para pescar.

No mato faziam trilhas para caçar animais que serviam também para visitar os parentes que moravam em outras comunidades. Naquele tempo era difícil de viajar pela água, por isso existiam muitos peixes no rio, porque não tinham ainda as coisas que fazem barulho no rio, como os motores de hoje em dia.

Antigamente não existiam os materiais para o trabalho, quando eles faziam roça não era fácil, tinham que descascar as árvores grandes e pequenas, passava um ano aproximadamente quando os galhos secos caíam, queimavam e assim vinham plantando. A mesma coisa quando faziam comida, não existia fósforo como hoje em dia, faziam fogo somente com poronali; iam ao mato e procuravam o poronali, tiravam a tala e deixavam secar bem. Depois de seco, estava



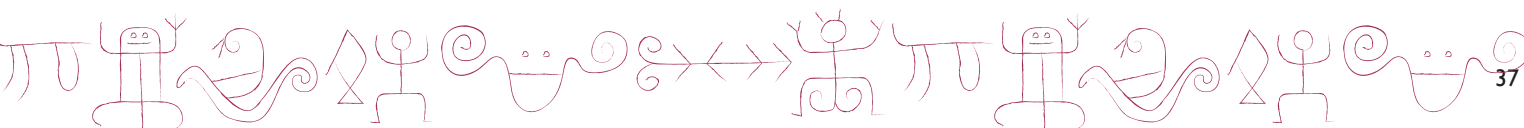
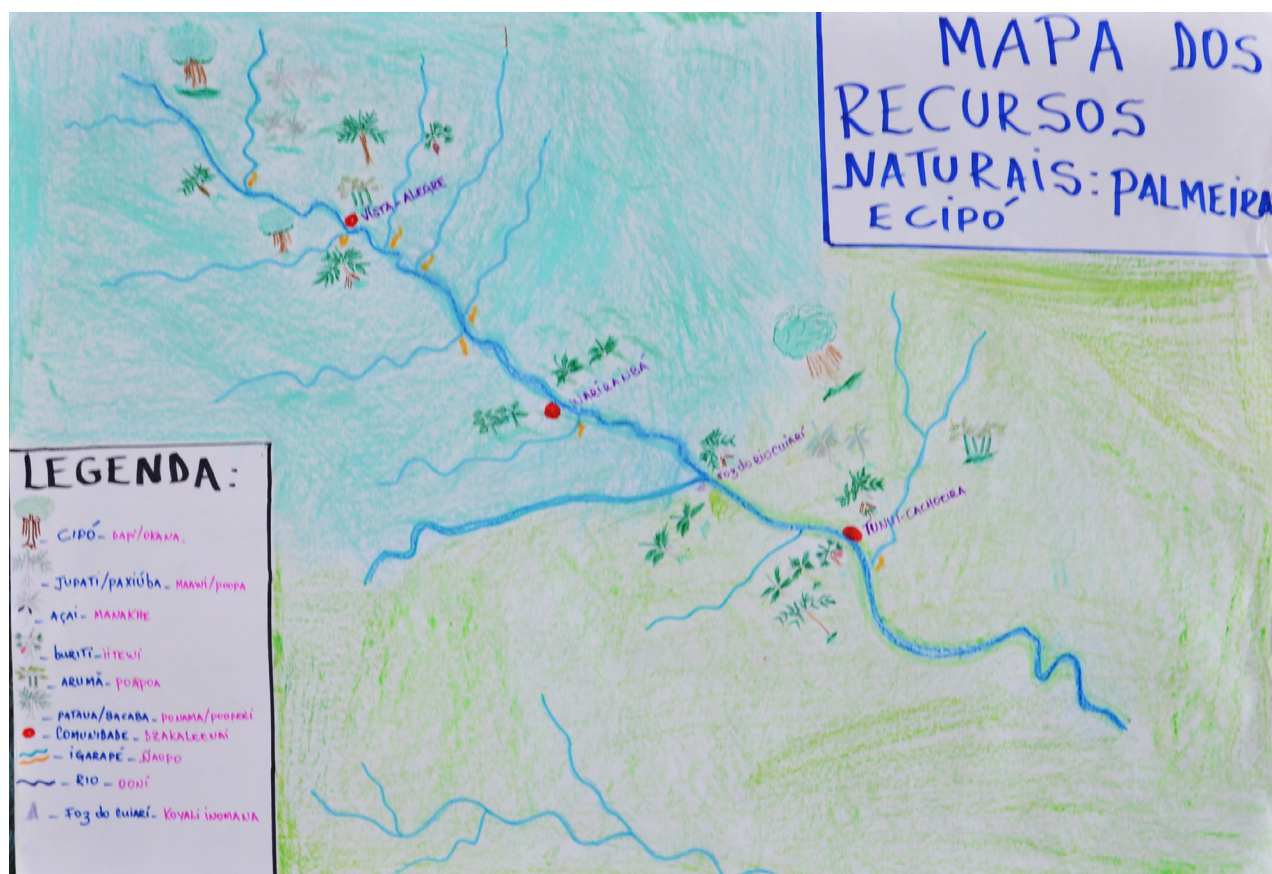
pronto para fazer fogo, furavam o molongó, com o kadzali no meio, começavam a friccionar até pegar o fogo. Isso faziam com pirimitsi/samaúma, espécie de algodão da floresta que serve também para fazer as flechas de zarabatana.

Para cozinhar, eles tinham a cerâmica, com que faziam panela feita de barro natural retirado das áreas de caatinga; faziam a mistura de casca de árvore queimado de káwa (karaipé) misturando bem até ficar preto. Começavam a fazer e deixavam passar quase três semanas. Quando estavam bem secos, eram levados para a roça para serem queimados e com isso as panelas ficavam muito resistentes, elas não se quebravam. Para ter o gosto na comida, eles usavam o caroço de patawá ou de buriti como sal.

Com o passar dos tempos, quando os brancos chegaram no rio Içana e os povos sofreram com a escravidão na década de 1850, os

patrões mandavam fazer o que eles queriam e pagavam para eles muito barato. Nesse tempo eles começaram a trazer as doenças na área do povo Baniwa, como o sarampo. Foi essa doença que matou muitas pessoas naquela época, crianças, jovens e adultos. Diziam que estavam trazendo melhorias de vida para o povo indígena Baniwa e começaram a trazer vestimentas, alimentação e materiais agrícolas.

Atualmente, em geral, as comunidades continuam totalmente inseridas no modo de vida cultural dentro da sua localidade, realizando o seu manejo tradicional nas atividades produtivas na questão de pesca, caça e coleta. Mas ainda assim, o contexto de contato trouxe mudanças para o uso dos recursos naturais, assim como o aumento da população, o uso de novos instrumentos de pesca e caça e a necessidade de geração de renda trazem desafios para gestão territorial e ambiental.





Na área de pesca fazemos nosso manejo, que ficou dessa forma. Pesca-se através de muitos instrumentos : cacuri, camuri, matapi, arco e flecha, linha de pesca, anzóis, malhadeira e mergulho etc. Portanto, hoje a pesca apresenta maior escassez para as comunidades que acontece por motivo do aumento da população e desrespeito do local de procriação (piracema).

Na parte da agricultura o plantio continua sendo feito de manual sem agrotóxico como por exemplo a plantação de maniva, abacaxi, banana, pimenta, cará. Normalmente hoje a agricultura está bem desenvolvida nas comunidades da região, pois com ela que se mantem a vida sustentável e econômica. Com relação à colheitas dos frutos naturais da região – tipo açaí, patawa, bacaba, buriti, ukuki, wapixona, cupui, umari, cupuaçu – tem sido por vezes desrespeitado

pelo próprios moradores das comunidades no período de safra, derrubando as árvores que dão mais frutos e prejudicando assim os próximos anos e as futuras gerações.

A caça geralmente é feita ainda conforme tradição do povo utilizando os materiais como: zarabatana, arco e flecha, armadilhas, com cão e arma de fogo. No entanto houve um pouco de escassez de animais principalmente perto das comunidades, mas ainda encontram-se nos lugares mais distantes, nas trilhas e igarapés. Não é como era antes, por isso é importante pensar hoje de que maneira poderíamos minimizar esse tipo de problema para uma vida futura feita de geração em geração.



## INSTITUIÇÕES ATUANTES

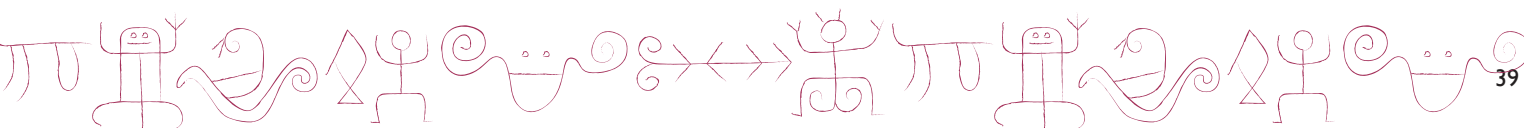
Na região do Içana, atuam 10 associações indígenas de base que formam a CABC, filiada à FOIRN. Estas lutam para defender os direitos dos povos Baniwa e Coripaco e buscar alternativas para os desafios atuais. Temos alguns projetos que estão em execução voltados para manejo territorial e ambiental e aqui citamos alguns deles: Pimenta Baniwa, Arte Baniwa e Cerâmica. Outros projetos foram realizados, mas paralisaram por falta de recurso. Com relação às instituições atuantes e parceiros, contamos com parcerias da FUNAI, FOIRN, EXERCITO, ISA e IFAM, que trabalham na área.

Na área da educação, a calha do Içana hoje é assistida pelo SEDUC (Secretaria Estadual de Educação) e SEMEC (Secretaria Municipal de Educação) que é do município, possuindo uma escola de matriz na comunidade de Assunção do Içana, fornecendo 6 (seis) escolas de extensão que atendem o ensino médio de 1º ao 3º ano. As escolas municipais de ensino fundamental são exercidas na maioria das comunidades do rio e seus afluentes, com estrutura física precária. É visível a carência de uma boa qualidade para os corpos docentes de ambas as instituições para melhor atender às escolas na parte pedagógica. Com relação a parte da merenda escolar temos graves problemas em virtude do envio para as escolas, que às vezes não chega ao seu destino e outras já vem com a validade vencida.

Em relação a saúde indígena para as comunidades, os cinco Polos Base do DSEI/ARN (Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro) existentes na calha são: Camarão, Tunui Cachoeira, Tucumã Rupita, Canadá e São

Joaquim. Apenas um deles, Camarão, contem a estrutura física; os outros 4 já caíram, por isso quando os profissionais de saúde passam nas comunidades, queixam-se por falta de medicamento e equipamento de trabalho, e no final isso gera precariedade no atendimento nas comunidades.

A partir das entrevistas nas comunidades, destacamos os principais problemas levantados para gestão territorial e ambiental do Içana e afluentes, assim, como possíveis soluções e caminhos para alcançá-las.



## 1. Saúde dos indígenas

\* péssimo atendimento de saúde por parte do DSEI, com falta de medicamento, falta de estrutura física para trabalho dos profissionais e falta de visita na comunidades dos profissionais.

**Solução:** Devida execução dos serviços de saúde pelo órgão competente, o DSEI-Alto Rio Negro.

**Ações:** organização das associações de Base junto a FOIRN para realização de denúncias e articulação com o Ministério público para cobrança judicial sobre o DSEI

\* desvalorização da medicina tradicionais.

**Solução:** Inclusão da medicina tradicional junto aos quadros dos profissionais de saúde do DSEI.

**Ações:** Realizar encontro das associações de base para elaborar uma proposta e apresentar no CONDISI;  
Levantamento nas comunidades dos conhecedores das medicinas tradicionais.

## 2. Merenda escolar

\* produto vencido e não entrega das merendas nas escolas nos períodos pré-determinados.

**Solução:** Acusar a empresa ganhadora da licitação por quebra de contrato e romper contrato com ela.

**Ações:** a) Fazer com que a empresa que a suceder compra com ajuda do conselho da merenda escolar e um contrato eficiente. b) A comunidade ou associação de bases deveriam elaborar o relatório da situação de como chega merenda escolar, e enviar para o conselho municipal de merenda escolar e encaminhar ao ministério público para processo judicial.

## 3. Geração de renda de auto sustentabilidade

\* falta de mercado para compra de produtos cultivados e manufaturados da região e distância entre comunidades e município.

**Solução:** Os agricultores da região poderia se organizar e montar uma cooperativa;  
Compra de barco para transporte de produto da região (pela instituições competente).

**Ações:** A cooperativa compraria o produto e mandaria para mercado consumidor;  
O barco serviria para os transporte rápido e adequado dos produtos da região.

## 4. Estrutura geral para ensino de qualidade

\* Falta de materiais didáticos, equipamentos acessórios e acompanhamento pedagógico nas escolas pelo órgão competente.

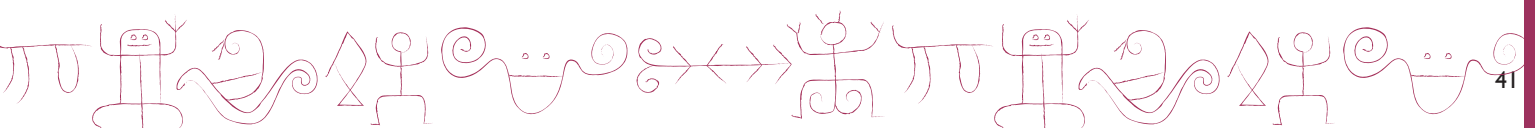
**Solução:** Fazer compra de materiais suficientes para escolas;  
Manter as escolas supervisionadas.

**Ações:** A comunidade junto com associação de base deveria cobrar do órgão competente da educação.  
Criar uma comissão pedagógica permanente para as escolas.





<b>5. Escassez de peixes e caça na região</b>	
* uso inadequado da pesca na região como; mergulho com careta, arrastão e uso descontrolado do timbó.	
<b>Solução:</b> Mapear os locais de pesca e pessoas que tem equipamento de maior impacto para pescar o peixe. Mapear os lagos existentes, que são berço de peixe.	<b>Ações:</b> Conscientizar os comunitários para o uso adequado de matérias pesca e respeitar os locais de piracema. Montar um projeto de manejo nos lagos existente.
<b>6. Desvalorização da cultura tradicional (dança, mitos, lendas, contos e línguas)</b>	
* falta de incentivo das lideranças com relação aos costumes e introdução de várias iniciativas intolerantes ao modo de vida indígena na região.	
<b>Solução:</b> Conscientizar a nova geração para o resgate da cultura tradicional. A CABC realizaria a assembleias falando sobre o resgate da cultura tradicional.	<b>Ações:</b> Conversar com líderes de igreja para não interferir nas culturas tradicionais. A CABC realizaria seminários nas comunidades com líderes, que tem denominações diferentes falando sobre o resgate da cultura.
<b>7. Saneamento básico</b>	
* Falta de local adequado para jogar lixo e de tratamento de água pra consumo nas comunidades.	
<b>Solução:</b> Fazer com que o poder executivo atenda as comunidades para a coleta e processamento adequado de Lixo. Fazer mapeamento nas comunidades que tem possibilidade de ter poço artesiano.	<b>Ações:</b> As Associações de base fazer relatório da precariedade, da destinação dos lixos nas comunidade, e cobrando os órgão competente que desenvolva projetos com essa finalidade Fazer com que o DSEI cumpra o seu papel institucional, se preciso for, judicialmente.
<b>8. Falta de iluminação nas comunidades</b>	
* falta de interesse político do município.	
<b>Solução:</b> Reivindicação das comunidades com órgãos competentes.	<b>Ações:</b> O órgão competente deve elaborar o projeto e encaminhar para seus superiores para ver se consegue achar os materiais que as comunidades necessitam.
<b>9. Meios de Comunicação</b>	
* falta de comunicação nas comunidades.	
<b>Solução:</b> Reivindicar os meios de comunicação com órgão competente para as comunidades ainda não contemplada.	<b>Ações:</b> A comunidade junto com associação de base e seus parceiros e da órgão público deve articular projeto para instalação de meios de comunicação na comunidade.
<b>10. Transporte</b>	
* falta de transporte fluvial e terrestre nas principais cachoeiras: Tunuí cachoeira, aracú cachoeira.	
<b>Solução:</b> Abertura de um ramal para transportar as principais cachoeiras citados.	<b>Ações:</b> As instituições responsáveis deve articular projeto para solucionar esse problema.



# COORDENADORIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO TIQUIÉ, UAUPÉS E SEUS AFLUESTES - COITUA

**Autores:** Larissa Ye'padhio Mota Duarte; Estevão Monteiro E Pedrosa Natalino Júnior Costa  
Gentil



A Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e seus afluentes – COITUA abrange a região do baixo rio Uaupés e rio Tiquié, na Terra Indígena Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico. Nesta região vivem diversos grupos étnicos, como: tukano, dessano, tuyuka, pira-tapuia, hupda, yuhupde, bara, tariano e outros. Como a região da coordenadoria é muito extensa, sofre com diferentes problemas

de acordo com as realidade locais. Portanto o presente trabalho irá apresentar separadamente três regiões onde os cursistas realizaram as pesquisas I) Região de Pari-Cachoeira/Alto Tiquié; II) Médio Tiquié e III) Região de Taracua/Baixo Uaupés.



## I- PARI CACHOEIRA / ALTO TIQUIÉ

Na região do Alto Rio Tiquié está localizada a comunidade indígena de Pari-Cachoeira, o segundo maior povoamento da área da COITUA, depois de Taracuá. Mas nesta região também estão localizadas dezenas de comunidades menores, às margens do rio Tiquié e seus afluentes, com uma população que pode variar de apenas uma a 20 famílias residentes, aproximadamente. Contudo, devido às dificuldades de atuação de apenas um cursista-pesquisador numa área tão extensa, as informações aqui apresentadas se restringem sobretudo à área da comunidade de Pari-Cachoeira propriamente dita, cujos problemas e desafios não são exatamente os mesmos das comunidades do entorno.

A comunidade de Pari-Cachoeira fica a 360 km de distância da capital Manaus, no interior do Município de São Gabriel da Cachoeira, Território Indígena demarcado. O acesso até a comunidade se dá apenas por via fluvial ou aérea; não existem estradas. A comunidade é formada por seis Bairros: Nossa Senhora Aparecida, São José, Dom Bosco, São Miguel, Santo Expedito e São Domingos Sávio. Possui uma Escola Municipal, uma Escola Estadual, missões religiosas das irmãs FMA (Filhas de Maria Auxiliadora) e Sagrado Coração de Jesus, além do 6º Pelotão Especial de Fronteira. Contamos com o programa do Governo Federal Luz para todos, com energia 24h, proveniente de uma mini hidrelétrica localizada num igarapé próximo à comunidade, e também água encanada. Trata-se, portanto, de uma vilarejo indígena, com uma população de 918 moradores (DSEI/2013). Em Pari-Cachoeira há alguns pontos com acesso à internet (Escola, missão e PEF) e também telefones públicos. Mas a comunicação com as

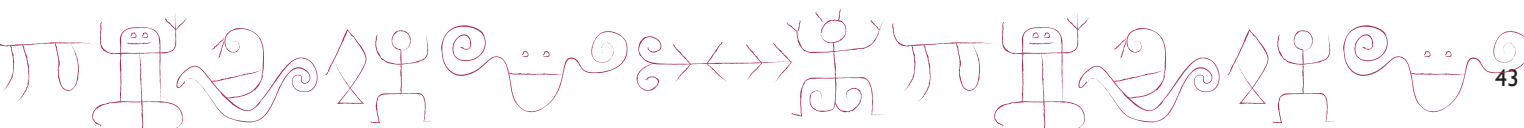
comunidades do entorno é somente via radiofonia. Também é importante ressaltar que apenas três comunidades além de Pari-Cachoeira são beneficiadas com a energia gerada pela mini hidrelétrica, que foi construída para abastecer o Pelotão do Exército. As outras dezenas de comunidades do Alto Tiquié não contam com fornecimento de energia elétrica, a não ser que possuam geradores comunitários.

Em Pari Cachoeira habitam os Tukano, Dessano, Tuyuka, Hupda, Miriti-Tapuya, Bará e Yepá-mahsã, sendo as línguas faladas, predominantes, o tukano, o tuyuka e o português. As comunidades do entorno são sobretudo tuyuka, tukano, yepá mahsã e hupda, pela linha paterna. Mas as mulheres pertencem também a outros grupos acima citados.

Importante lembrar também que essa região faz fronteira com a Colômbia, sendo que acima da comunidade Cachoeira Comprida, última na fronteira brasileira, há inúmeras outras comunidades de população tuyuka, bará, tukano, desana, dentre outros. Assim, para pensar um Plano de Gestão Ambiental e Territorial de uma região e um rio transfronteiriço como o Tiquié é fundamental o envolvimento e articulação com as comunidades e associações atuantes do lado colombiano.

## HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO E CONTATO

Quando nossos antigos moravam ainda no Papuri, afluente do Uaupés, conheceram os brancos que chegaram neste local procurando trabalhadores para extrair seringa. Nosso ancestral então viajou com os brancos, desbravando e navegando nas áreas remotas da Amazônia, e notou muita fartura de peixes,



caças, aves e terras férteis na região de Pari Cachoeira. Decidiu se mudar para este local e na sua segunda viagem o nosso ancestral escolheu o local aonde era melhor para ficar, abrir uma aldeia, construir sua maloca.

Depois desta fase, já vivendo em Pari Cachoeira, o segundo contato com o homem branco foi com o alemão Koch Grünberg, um aventureiro etnólogo que navegou a região nos primeiros anos de 1900. Após isso, vários comerciantes viajaram novamente à procura de homens para trabalhar nos seringais e piaçabais do rio Negro. O contato com os missionários se deu nos anos de 1940 pois o Doethyro Júlio Machado se preocupou com a civilização e evangelização das futuras gerações. Ouvindo falar que os missionários educavam, vestiam, e ofereciam outros modos de vida em Taracúá, convidou seus irmãos e viajou de canoa e remo até Taracúá. Depois retornou a sua aldeia, isto foi na década de 1940. Com a chegada dos missionários na região, tudo mudou, o modo de viver. Na comunicação, por exemplo, foram obrigados a deixar sua língua nativa e aprender o português. A partir desse momento ocorreu a origem de muitos problemas atuais, como a concentração populacional em Pari Cachoeira, a escassez dos recursos, e o enfraquecimento das conhecimentos tradicionais de manejo. Assim, a cultura Tukana desde o início da civilização veio sofrendo vários processos, todos os modos tradicionais, como os benzimentos, ritos, mitos, danças, enfeites, instrumentos tradicionais eram vistos como coisas satânicas e ao longo do tempo muita coisa foi se perdendo e o mundo moderno ganha espaço dentro da cultura indígena, ou seja, dentro do território indígena.

## LUTAS POLÍTICAS E SURGIMENTOS DAS ASSOCIAÇÕES

Mas também como forma de responder à estas e outras pressões, as lideranças foram se fortalecendo politicamente e a região de Pari Cachoeira é onde as primeiras ações do movimento indígena no alto rio negro surgiram. Na década de 1970 cansados de viver na humilhação e sendo explorados uma geração que acredito ter sido uma das mais inteligentes desde o começo da civilização indígena começaram a se mobilizar. Os ex-alunos do internato, dos quais alguns já tinham viajado para outras regiões e outras cidades, conheceram outros povos e tiveram a ideia de lutar pelas suas terras, o que futuramente viria a ser a luta pela demarcação das terras através da família dos tukanos. Conhecendo outras experiências de mobilização social e com apoio dos salesianos foi criada a UFAC, União Familiar Animadora Cristã, a primeira associação do alto rio Negro, depois veio a UCIRT, União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié e finalmente fundaram a FOIRN. Após muitas lutas, enfim em 1998, conseguiram alcançar a demarcação da Terra Indígena Alto rio Negro. Mais recentemente foram criadas as associações CIPAC e AMPC, filiadas a FOIRN. Hoje as lideranças e associações seguem suas lutas pela defesa da terra e da cultura dos povos do rio Negro, encarando junto com as comunidades o desafio da gestão territorial e ambiental dos territórios indígenas.



## SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Antigamente, eram os Salesianos que ensinavam e eram diretores da Escola. Atualmente temos professores e gestores indígenas. Dentro da Escola temos o APMC (Associação de Pais e Mestres), que tem um importante papel na gestão da educação. Como o índice populacional de Pari- Cachoeira vem aumentando muito, a nossa educação indígena, vem crescendo muito também; atualmente temos mestres em educação, antropólogo, advogados, padres, freiras, uma indígena em formação em medicina em Cuba; todos que estudaram na nossa escola, onde alguns atuam. Ultimamente ganhamos com muito suor e pressão, uma escola nova e um ginásio coberto, já inaugurados e que devem entrar em funcionamento ainda este ano.

Nas comunidades do entorno funcionam também escolas indígenas diferenciadas, hoje mantidas pela prefeitura de São Gabriel, a duras penas. A principal escola indígena diferenciada do Alto Tiquié é a Utapinopona Tuyuka, com sede na comunidade São Pedro. Essa escola surgiu no início dos anos 2000 depois de muita luta das comunidades Tuyuka e contou com o importante apoio de organizações não-governamentais para alavancar vários de seus projetos. Desde então desenvolveu diversas iniciativas de fortalecimento dos conhecimentos e modos de vida tradicionais aliados aos saberes científicos. Mas até hoje o Estado do Amazonas, por meio do Conselho Estadual de Educação, não reconheceu o PPP do Ensino Médio da escola Tuyuka, o que acarreta muitos problemas para os alunos que se formam ali sem receberem diploma reconhecido.

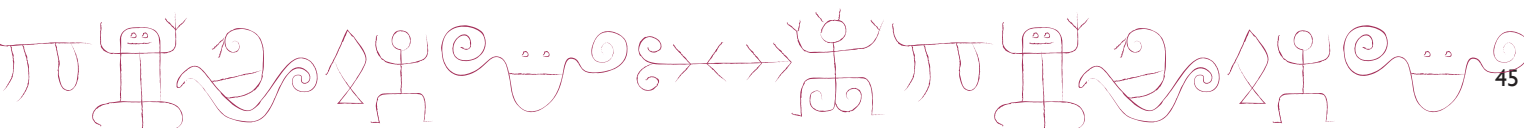
Com relação à área da saúde, o prédio atual do Polo Base de Pari-Cachoeira é emprestado pelo do Exército Brasileiro, o DSEI não possui

prédio próprio para atender. Prometeram construir, mas nunca cumpriram essa promessa. Sempre faltam medicamentos de qualidade, às vezes não tem dentista e quando tem, não consegue resolver os problemas. Ou seja, não tem equipamentos necessários para atender a população. E em Pari Cachoeira, como em outras regiões, os serviços de saúde estão sendo mal prestados pelo DSEI. A assistência médica nas comunidades do entorno é ainda mais precária. Há mais um Polo Base na comunidade de Caruru Cachoeira, acima de Pari, mas que sofre com falta de estrutura para resgates e atendimentos, falta de profissionais, de remédios e equipamentos.

## MANEJO DOS RECURSOS E ATIVIDADES PRODUTIVAS

As atividades produtivas tradicionais dos povos de Pari-Cachoeira e comunidades do entorno estão baseadas na agricultura, na pesca e na caça. Na agricultura realizamos principalmente o cultivo de manivas de várias espécies e o cultivo de plantas frutíferas (abacaxi, banana, cucura, batata doce, abiu, cubiu, pupunha, cana de açúcar, cará, açaí, buriti, bacaba e outros). Esta é a principal atividade produtiva para nosso próprio consumo e para comercializar, através de produtos como farinha amarela, farinha de tapioca e massoca.

Devido ao aumento e a concentração populacional e o uso intensivo dos recursos naturais em Pari-Cachoeira, a região vem enfrentando escassez de caça e pesca. O uso inadequado de armas de fogo afugenta os animais silvestres para os lugares remotos na área do Distrito de Pari-Cachoeira. E na pesca, o uso demasiado de timbó e malhadeiras e a pesca durante o tempo de piracema, têm diminuído muito a disponibilidade de peixes na região.



Por isso é importante adotarmos técnicas de manejo para proteção destes recursos, como a criação de locais de refúgio para as caças; incentivarmos a pesca tradicional com matapi e linha de pesca; não pescar no tempo de piracema; não usar o timbó e não utilizar malhadeiras nos lagos de conservação e manejo. Os benzimentos são também uma forma tradicional de manejo que deve ser respeitada para proteção dos recursos naturais.

Devemos destacar que algumas iniciativas importantes de manejo de recursos, aliadas à projetos de fortalecimento cultural e valorização dos conhecimentos tradicionais, são desenvolvidas já há mais de 10 anos por comunidades do Alto Tiquié, com apoio do Instituto Socioambiental-ISA e FOIRN. No âmbito destas iniciativas foi constituída uma rede de Agentes Indígenas de Manejo Ambiental (AIMAs) do rio Tiquié que vêm desempenhando há vários anos funções de pesquisa, manejo e conscientização

nas comunidades, sobretudo em relação às questões de uso e manejo de recursos e destinação do lixo. Os AIMAs (23 atualmente em todo o Tiquié) realizam pesquisas e monitoramentos sobre a pesca e os peixes; sobre roças e diversidade de cultivos; sobre frutas silvestres e suas dinâmicas ecológicas; sobre calendários ecológicos-rituais; sobre mudanças no tempo e nos ciclos de seca e cheia dos rios; sobre o lixo e destinação de resíduos. Estas pesquisas tem embasado acordos de manejo pesqueiro entre as comunidades e projetos de revitalização dos conhecimentos tradicionais, com a estreita colaboração de kumus e pajés do rio Tiquié. Também tem gerado mapas detalhados das áreas de ocupação e uso das comunidades. Todo esse material já publicado e as informações e dados levantados através do trabalho dos AIMAs e assessores não-indígenas são importantes subsídios para pensar a gestão ambiental e territorial no rio Tiquié<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Dicas de leitura: mapas Caruru-Cachoeira; Cachoeira Comprida; Livro Manejo rio Tiquié.

## INDICATIVOS PARA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL EM PARI CACHOEIRA

### Manejo e conservação dos recursos naturais

**Problema:** Na nossa região nota-se a escassez de caça devido ao uso inadequado de armas de fogo, com a presença de animais silvestres somente nos lugares remotos na área do Distrito de Pari-Cachoeira.

**Como solucionar:** Mapear os locais de refúgio para as caças e estabelecer acordos, baseados nos calendários ecológico-astronômico-rituais dos povos do Tiquié e afluentes, para não caçar nestes locais.

**Problema:** Há escassez de peixes em alguns períodos do ano.

**Como solucionar:** Pescar com matapi, não usar malhadeira nas áreas de conservação e manejo; Não usar timbó; Pescar somente para o consumo; Não jogar no rio pilhas, baterias o outros resíduos sólidos; Valorizar os Agentes Indígenas de Manejo Ambiental e colaborar com seus trabalhos; Seguir os rituais de benzimentos tradicionais para conservação e manejo.

**Problemas:** Descontinuidade dos projetos de piscicultura e avicultura devido a falta de assistência técnica.

**Como solucionar:** Fortalecimento das iniciativas produtivas nas comunidades através da articulação das organizações de base junto às organizações parceiras para o desenvolvimento de projetos em técnica de criação de animais; Comunicação, infraestrutura e transporte.

**Problema:** Falta de barco de transporte público para suprir a necessidade da população do Tiquié e Baixo Uaupés.

**Como solucionar:** Articulação das associações de base junto aos órgãos competentes para buscar soluções para o oferecimento de sinais de celular e Internet em Pari Cachoeira. Incentivar pesquisas que tenham como objetivo a criação de alternativas tecnológicas para regiões remotas, considerando baixa manutenção e impacto ambiental. Formar técnicos indígenas em comunicação.

**Problema:** Nas comunidades de difícil acesso da região, não temos Radiofonias operando. Isto nos dificulta, entre outros, nos casos de saúde para solicitar o resgate e remover o paciente.

**Como solucionar:** Articulação das associações de base junto aos parceiros para cobrar da SESAI a implantação de radiofonias nestas comunidades.

**Problema:** Déficit habitacional em Pari Cachoeira.

**Como solucionar:** Incentivo à construção de casas próprias da região e valorizar técnicas de construções locais na sede; encaminhar projetos junto ao Governo Federal, para fazer atuar o Programa Minha Casa, Minha Vida, atentando às especificidades locais, pois é direito de todos os cidadãos brasileiros.

### **Educação escolar**

**Problema:** Falta de merenda e material didático.

**Como solucionar:** Fiscalização e cobrança por parte das associações de base e com participação das comunidades sobre a entrega da merenda escolar da própria SEMEC e SEDUC.

**Problema:** Inexistência de um meio de transporte para os alunos e a comunidade de Bela de Vista/ São Sebastião para Pari-Cachoeira.

**Como solucionar:** Reivindicar junto ao governo municipal (Semec), e ao governo estadual (Seduc) um ônibus para transporte dos alunos.

**Problema:** Falta de ensino de qualidade e estrutura física adequada.

**Como solucionar:** Maior autonomia indígena e da comunidade na gestão escolar. Reconhecimento dos PPPs das escolas indígenas. Melhores condições de trabalho para funcionários da escola. Apoio à construção e manutenção de escolas com material e conhecimentos da floresta.

### **Saúde e meio ambiente**

**Problema:** inexistência de banheiros residenciais e públicos na sede, de saneamento básico e de coleta seletiva e manejo de lixo.

**Como solucionar:** Articulação dos moradores junto às associações representativas para reivindicar junto ao Governo Municipal, SESAI e outros órgãos públicos para priorizar e atender a população com estes serviços; realização de encontros para debate sobre formas de tratamento de esgoto e reciclagem de lixo; envolver os AIMAs para realizar encontros e oficinas sobre destinação do lixo.

**Problema:** Precariedade das estruturas de atendimento à saúde.

**Como solucionar:** Articulação das associações de base com organizações parceiras, FUNAI e o MP para cobrar dos órgãos competentes a construção de um Hospital pela Susam e a Sesai.

**Problema:** Alcoolismo.

**Como solucionar:** Promover debates nas comunidades e fiscalização mais rígida junto com exército, PF e FUNAI.

**Problema:** Desvalorização dos benzimentos e plantas medicinais.

**Como solucionar:** valorizar sua própria cultura tradicional; Articulação das comunidades, instituições representativas e parceiras para realização de encontros e demais iniciativas para debate e fortalecimento do tema; Incentivar os jovens a valorizar e conservar os conhecimentos tradicionais; estabelecer encontros intergeracionais para unir jovens e velhos; Buscar meios de inserção da medicina tradicional no serviço de saúde prestado pelo DSEI nos postos de saúde e guarnição e na CASAI, junto com os medicamentos não-indígenas.

## II- MÉDIO TIQUIÉ

Segundo a versão dos mais velhos, afirmam que a população ocupante do Médio Tiquié veio do rio Uaupés em busca de região que tivesse fartura. Pois, naquela época nessa região havia muita caça e pesca da forma que eles precisavam. Vendo isso algumas famílias começavam a mudar para essa região do Médio Tiquié abrindo as comunidades e com o passar do tempo a migração continuou acontecendo, aumentando o número das comunidades. Atualmente encontram-se mais de vinte comunidades nessa região.

Nos últimos anos, no entanto, a população do médio Tiquié havia reduzido bastante, ocorrendo o que chamamos de êxodo rural; famílias saíam das suas comunidades de origem em busca da melhoria da qualidade de vida principalmente na área de educação, saúde. Vendo isso, as lideranças conscientizavam muito através das reuniões, oficinas, assembleias e até nos seminários para evitar o avanço do êxodo.

No médio Tiquié, assim como várias regiões, estava pouco a pouco se perdendo a cultura local com a chegada da cultura branca, principalmente as cerimônias tradicionais como: benzimentos, danças, remédios caseiros, artesanatos, entre outras. Por outro lado, ser localizada bem distante das cidades, a questão da língua Tukano, que é a linguagem predominante e com grande número de falantes na região do médio Tiquié, não sofreu tantas ameaças pelas línguas brancas. Mas com outras línguas locais sim, existem problemas, como no caso da língua dessana, que sofre com a extinção, por ser um grupo menor na ocupação do médio Tiquié.

Atualmente, com a criação da educação escolar indígena intercultural e bilíngue os problemas

da cultura e línguas são temas mais discutidos para buscar soluções adequadas. Na área da educação percebemos que os residentes dessa região estão graduando aos níveis superiores e nos últimos anos teve forte aumento a formação de professores qualificados de acordo com a realidade. E quanto à forma de ensino, após uma longa luta, foi conquistado o novo modelo de educação, o qual chamamos de educação escolar indígena, isso é uma conquista e é um marco principal do movimento indígena. Além de ser uma conquista recente essa educação está na fase de construção. Mas o que nos preocupa muito nessa área são as péssimas condições das estruturas físicas das escolas (ou falta de estruturas em alguns casos) e falta de merenda escolar. E na área de comunicação, ao final de tudo, a área do Médio Tiquié está totalmente fora da era digital, sem o acesso à internet.

Com relação à situação dos serviços de atendimento à saúde, a região do Médio Tiquié não é diferente de outras regiões; durante muito tempo veio lutando para melhoria da qualidade na área de saúde, mas mesmo assim a situação continua a mesma, com precariedade de estruturas de postos de saúde, falta de medicamentos, de profissionais e de equipamentos adequados. E quanto aos conhecimentos medicinais tradicionais está no processo de luta para conseguir o reconhecimento por parte dos órgãos competentes, para valorização destes conhecimentos dentro do próprio sistema de saúde.

Em relação ao meio ambiente os povos indígenas do Médio Tiquié manejam tradicionalmente de acordo com sua cultura usando materiais adequados na pesca (como Matapi, jequi, e outros), na caça (com arco e flecha, cachorro) e na coleta das frutas entre outras, praticando cerimônias acompanhando as estações do

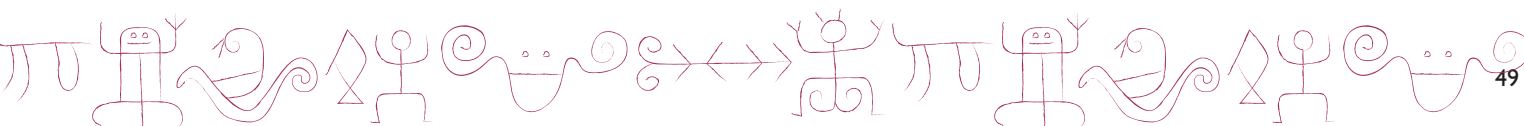
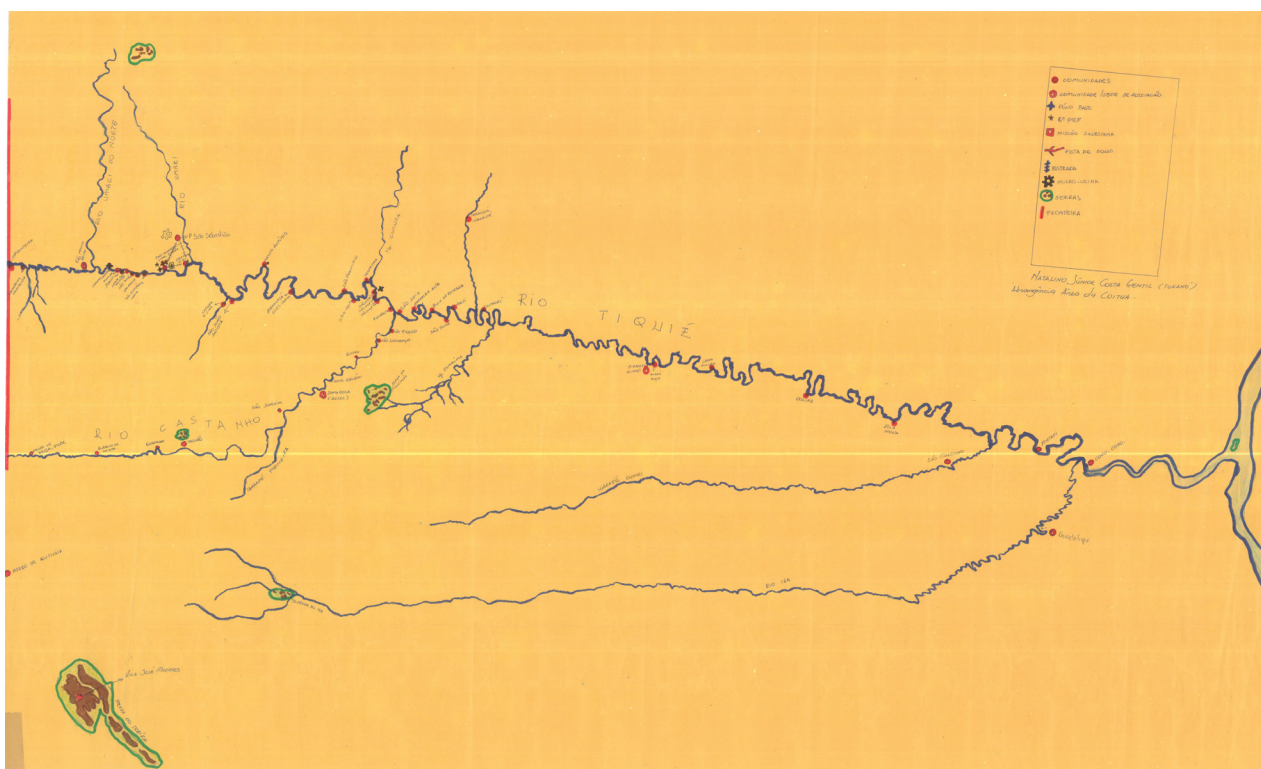




ano. Nessa região a atividade predominante é a agricultura na qual as famílias cultivam para sua subsistência e um pouco para geração de renda. Hoje, no entanto, os recursos naturais não apresentam a mesma fartura de antigamente; na área da pesca por exemplo, vemos que o uso excessivo de malhadeiras está escasseando os peixes. E por outro lado, também temos o problema do lixo gerado nas comunidades que na maioria dos casos não é devidamente coletado. Já existem na região iniciativas importantes com o apoio e incentivo de instituições parceiras para incentivar um manejo consciente dos recursos, e maneiras adequadas de conviver com o meio ambiente.

As iniciativas desenvolvidas pelos AIMAs do rio Tiquié, com apoio do ISA e Foirn, conforme acima descrito, são as principais hoje e vêm desempenhando um papel importante na gestão ambiental e territorial nas áreas do Alto e Médio Tiquié. Mas pensamos que estas iniciativas precisam ser ampliadas e fortalecidas com o apoio das associações representativas, parceiras e investimentos públicos.

Na área da abrangência da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e seus Afluentes – COITUA – as comunidades estão organizadas em doze associações de base. As associações de base têm um papel fundamental na articulação com as comunidades e desenvolvimento de projetos. Hoje algumas associações tem enfrentado dificuldade de gestão, com pendências burocráticas não estando em pleno funcionamento. Acreditamos que falta capacitação e condições para os gestores das associações, que tem que ser melhor geridas para enfrentar os desafios de gestão territorial e ambiental da região.



## INDICATIVOS PARA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NO MÉDIO TIQUIÉ

### Transporte

**Problema:** Dentro da região do Médio Tiquié, o principal acesso favorável é a via fluvial, porém, por falta de meio de transportes públicos, , como barcos, há dificuldade para o deslocamento e escoamento de produtos como: frutas, farinha, e entre outros para a cidade.

**Como solucionar:** Criar diálogo com os parceiros e elaborar projetos ou procurar outras formas de acordo com a decisão da população. Estabelecer uma rota periódica pré estabelecida.

### Administração das organizações

**Problema:** Falta de capacitação dos representantes para conduzir as organizações. Pendências burocráticas.

**Como solucionar:** Articulação das instituições representativas com parceiras (do governo e terceiro setor), para promover cursos específicos para administração das organizações. Abertura de editais e chamadas que considerem modelos de gestão específicos para a região.

### Educação

**Problema:** Durante muito tempo vemos a irregularidade na área da educação no Médio Tiquié, encontrando péssimas condições e ausências das estruturas físicas, dos materiais didáticos e das merendas escolar. Mas como ninguém acompanhava bem esse processo não podia encontrar uma forma de cobrança.

**Como solucionar:** Criar um grupo específico para fiscalizar e cobrar dos órgãos responsáveis.

### Saúde

**Problema:** Precariedade das estruturas de posto de saúde, falta de medicamentos, equipamentos adequados e de profissionais (dentistas e microscopistas); ineficiência no transporte aos pacientes. Quanto aos conhecimentos tradicionais em relação à saúde como benzimentos, remédios caseiros e outras formas de curar doenças estão sendo discutido para serem reconhecidos pelos governos para entrarem em ação dentro do sistema de saúde.

**Como solucionar:** Lideranças indígenas junto com órgãos responsáveis, elaborar documentos e enviar ao Ministério da Saúde e Ministério Público, exigindo a melhoria do atendimento de saúde e reconhecimento dos conhecimentos tradicionais até conseguir, como já vinham fazendo há muito tempo.

### Manejo dos recursos naturais

**Problema:** Uso excessivo de malhadeiras, isso leva à escassez dos peixes; Falta de Manejo de materiais sólidos como: pilhas, baterias, etc.

**Como solucionar:** Procurar e criar diálogo com as instituições parceiras elaborando projetos buscando um caminho que não afete o meio ambiente. Com o apoio dos parceiros promover encontros, oficinas, assembleias e seminários para conscientizar as comunidades, e debater maneiras adequadas de usar o que a natureza nos oferece.

### Comunicação

**Problema:** Falta de acesso a internet; Falta de antenas telefônicas. Por falta desses meios de comunicação dificulta o acesso principalmente com os setores que atuam e estão sediados na cidade de São Gabriel da Cachoeira como: Educação (SEMEC) Saúde ( DSEI / SESAI ) e outros.

**Como solucionar:** Elaborar documentos necessários e com apoio das instituições parceiras apresentarem aos ministérios responsáveis buscando um caminho para solução.



### III - TARACUÁ E REGIÃO / BAIXOS UAUPÉS

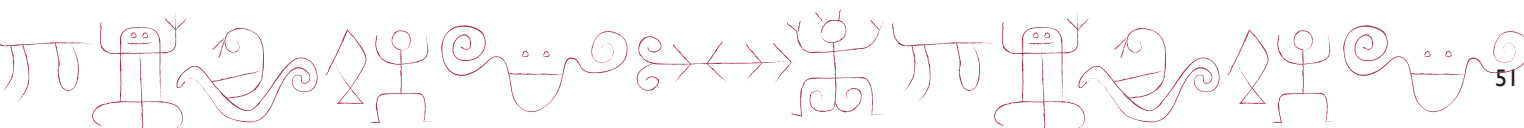
A comunidade Indígena Taracuí se localiza no Baixo rio Uaupés, um pouco acima da foz do rio Tiquié, na Terra Indígena Alto Rio Negro, município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Fica a 164 km de São Gabriel, via aérea e 213 km via fluvial (se localiza nas coordenadas N 00° 07'29,7" W 068° 32'29,4"). É a maior concentração populacional da área da COITUA, com cerca de 300 habitantes atualmente. Nesse trecho do rio Uaupés também estão localizadas outras 10 comunidades, além de sítios menores, com uma média de 5 a 15 famílias por comunidade. E há ainda as comunidades do baixo rio Tiquié que têm o povoado de Taracuí como uma referência. Mas as informações aqui apresentadas dizem respeito sobretudo à própria comunidade de Taracuí, foco da pesquisa realizada ao longo do curso.

Devido à concentração populacional e migrações de famílias vindas de outras comunidades e trechos de rio, no povoado de Taracuí há uma grande diversidade étnica. Há famílias e pessoas Tukano, Dessano, Wanano, Arapaço, Hupda, Piratapuaia, Mirititapuaia, Tuyuka, Tariano, Barassano e Baniwa. A língua de uso social e predominante é o tukano e a de comunicação com outras pessoas, não falantes do nosso idioma, é a língua portuguesa brasileira. Nas comunidades do entorno as etnias predominantes são Tukano, Desana, Pira-Tapuaia, Tariano e Hupda, mas há também pessoas desses outros grupos étnicos acima citados, sobretudo as mulheres. Também a língua franca nessas comunidades é o tukano. No Baixo Uaupés e baixo Tiquié, as pessoas de outros grupos como Desana, Pira-Tapuaia e Tariano já não falam mais a própria língua, o que tem sido um problema de enfraquecimento cultural apontado pelos moradores.

Desde muitos anos atrás a comunidade de Taracuí já estava habitada pelos nossos avôs indígenas, os tukanos de clã bosó kaperi porã, onde eles viviam numa só maloca enorme, na sua forma de viver socialmente, espiritualmente, culturalmente e principalmente da caça, pesca e da roça. Os principais produtos de subsistência na região de Taracuí e comunidades do entorno são: a mandioca e seus derivados (beijú, farinha, tapioca, caxiri...), plantação da roça (banana, abacaxi, cana, cara, cucura, cubiu, caju, pupunha...), frutas silvestres comestíveis (wacu, sorvinha, bacaba, açai, caranaí, cunurí...), pesca: os peixes, jacarés e bichos de casco, para fazerem vários tipos de alimentos típicos da região. Só produzem para consumo do seu dia a dia.

Na época a nossa cultura era pura e viva sem nenhuma influência, antes dos não-indígenas chegarem. E seus cunhados tuyucas viviam na outra margem do rio. Mas com o passar do tempo, a realidade mudou muito, principalmente a partir da chegada dos missionários. Em 1880, chegou primeiro Pe. Franciscano chamado Frei Agostinho em Taracuí. E em ano de 1882, os padres franciscanos já construíram suas residências nesta região. Eles gostavam muito da cultura dos moradores natos da comunidade, porém queriam abusar das tradições deles, usar a dança do miria na missa, o que era e é proibido pois as mulheres não podem ver os instrumentos sagrados dessa dança. Os nossos avôs não gostaram dessa atitude e expulsaram os franciscanos.

No ano de 1918, chegam à comunidade Monsenhor Lourenço Jordani, juntamente com o Pe. João Balzola e ao retornar conversaram com o Dom João Marchesi para construir colégio em Taracuí. E foi no 21 de junho de 1923 chegam os missionários salesianos, D. Pedro Massa, D. João Balzola e o codjutor Augusto Framarim para construírem a missão. E as primeiras Irmãs





FMA (Filhas de Maria Auxiliadora) chegam em Taracúá no dia 25 de setembro de 1925, acompanhadas pelos D. Pedro Massa, Maria Hammuel, Luiza Deretti e Josefina Pallavicini.

A educação nessa época se deu na forma do regime de internato, com objetivo de “integrar à sociedade nacional com obrigatoriedade de aprender a falar a língua portuguesa”, onde nesse tempo muito elementos da nossa cultura foram perdidos.

Com o término do internato dos padres muitas famílias foram obrigadas a vir morar em Taracúá para que seus filhos tivessem acesso aos estudos, chegando a ser uma população de 900 a 1000 pessoas aproximadamente, na década de 70. Depois de muitos anos de atração para este local, algumas famílias vêm resolvendo sair de lá, principalmente por motivo de falta de terras férteis para plantação em Taracúá. Por esse e outros motivos, a população diminuiu um pouco atualmente. Muitas pessoas também foram embora quando ainda não existia Ensino Médio, esses são

uns dos motivos do êxodo indígenas em Taracúá. Com a diminuição da influência dos Padres, começou a haver mais interesse em desenvolver uma educação diferenciada, mais voltada para cultura local. Desde 2004, quando foi implementado o Ensino Médio, vem sendo feitas tentativas e formações para garantir uma educação de qualidade intercultural e bilíngue. Ainda assim, a maioria dos pais de alunos rejeitam a prática e vivência da nossa cultura, e esse é outro motivo de saírem da comunidade. Atualmente, tem apenas 72 famílias e 300 pessoas aproximadamente.

## LUTA PELA DEMARCAÇÃO E SURGIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES

Em 1987 surge a luta pela demarcação de terra de duas formas: uma colônia indígena cercada por florestas nacionais; e a outra opção, era a área de terra indígena contínua. Assim concebidas, colônias indígenas eram ditas como sinônimo de progresso e área contínua sinônimo





de retrocesso, por isso foi muita luta até conquistar a demarcação da T.I. Alto Rio Negro em área contínua.

No tempo da luta por demarcação surgiram as associações da região de Taracua, que passaram por muitas mudanças até os dias de hoje: a primeira foi a SOCTRUT, que logo transformou-se em SOCITRU. De lá passou a ser, ACITRUT e no ano passado, enfim transformou-se em ADSIRT – Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região de Taracua. Foi criada também uma associação exclusiva das mulheres, a AMITRUT, que recentemente virou AMIRT. Por último foi criada a AMTT, Associação de Medicina Tradicional de Taracua.

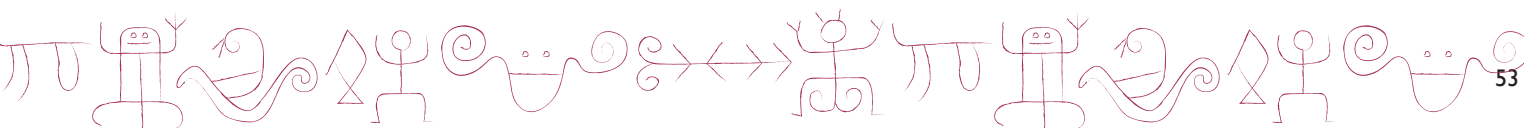
A região de Taracua possui um longo histórico de participação no movimento indígena e hoje estas associações, ligadas à COITUA e à FOIRN, tem um papel importante na gestão territorial e ambiental do nosso território.

## PROBLEMAS ATUAIS E INICIATIVAS EM CURSO

Destaco a seguir os principais problemas atuais debatidos na comunidade durante os módulos de dispersão do curso. A população indígena de Taracua sente muita falta de energia constante, de meios de comunicação (telefone, internet, Atena de celular), água encanada e saneamento básico. Por outro lado, o escasseamento de peixes e a falta de renda familiar, também apareceram como sérios problemas, assim como a falta de assistência governamental e institucional na nossa região.

Sobre o problema da pesca e escassez de peixes, é importante destacar que nos últimos dois anos vem sendo desenvolvido na área do Baixo Uaupés um projeto de Manejo Pesqueiro, com apoio da Funai, do ISA e da Foirn. O objetivo é elaborar um Plano de Manejo Pesqueiro baseado em mapeamentos participativos, censos de pesca e acordos de manejo entre os moradores e pescadores da região. Ao mesmo tempo, esforço tem sido feito no sentido de promover a valorização e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais sobre o território, ciclos ecológicos e práticas de manejo, envolvendo os velhos conhecedores (kumua e benzedores) e incentivando as trocas de conhecimento entre as gerações.

Em um ano foram realizados dois encontros maiores e duas oficinas de formação (mapeamento e diagnóstico participativo) com jovens escolhidos para serem Agentes Indígenas de Manejo Ambiental-AIMAs e animadores do processo de construção e implementação do Plano de Manejo. Alguns dos indicativos abaixo foram discutidos durante esses encontros e oficinas.



## INDICATIVOS PARA GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NA REGIÃO DE TARACUÁ

### 1) Atualmente a comunidade enfrenta a escassez de pesca

**Solução:** criar lagos de reserva, fazer manejo dos lugares de reprodução dos peixes (lugares sagrado dos peixes ou casas dos peixes), fazer a criação de peixes na comunidade (para do consumo dos natos da região enquanto os peixes do rio reproduzem).

**Ações:** Encontro das lideranças locais com os representantes competentes das associações representativas e instituições parceiras para fazer os levantamentos dos problemas que afetam na diminuição de peixes e elaborar o plano de manejo para cada área; Oficina sobre manejo ambiental com os conhecedores natos da região (indígenas) e os não indígenas (troca de conhecimentos sobre o manejo ambiental); capacitação e formação dos moradores na área de piscicultura; valorização do trabalho dos AIMAs.

### 2) Baixa produção de alimentos para consumo e comercialização

**Solução:** desenvolver projetos voltados para produção agroflorestal, criação de animais de pequeno porte e empreendedorismo.

**Ações:** Articulação da COITUA/FOIRN e das associações de base com instituições competentes (IDAM, IFAM, FUNAI etc.) para realização de encontros e seminários e elaboração de projetos voltados para capacitação e formação do natos nessas áreas, assim como acompanhamento e assistência técnica.

### 3) Deficiência dos meios de transporte (barco comunitário)

**Solução:** Um barco de transporte comunitário.

**Ações:** Articulação dos moradores e associações junto com a FUNAI para reivindicar esses meios de comunicação na comunidade.

### 4) Comunicação

**Solução:** Implantação de telefonia, rede celular e internet.

**Ações:** Articulação dos moradores e associações junto com a FUNAI para reivindicar esses meios de comunicação na comunidade.

### 5) Energia elétrica 24 horas

**Solução:** Inclusão no programa “Luz para todos”. Estabelecimentos de tecnologias próprias para a região.

**Ações:** Fazer um documento de reivindicação e abaixo assinado para enviar direto ao Ministério de Minas e Energia de Brasília, com ajuda dos lideranças competentes (FOIRN e FUNAI).

### 6) Saneamento básico na comunidade

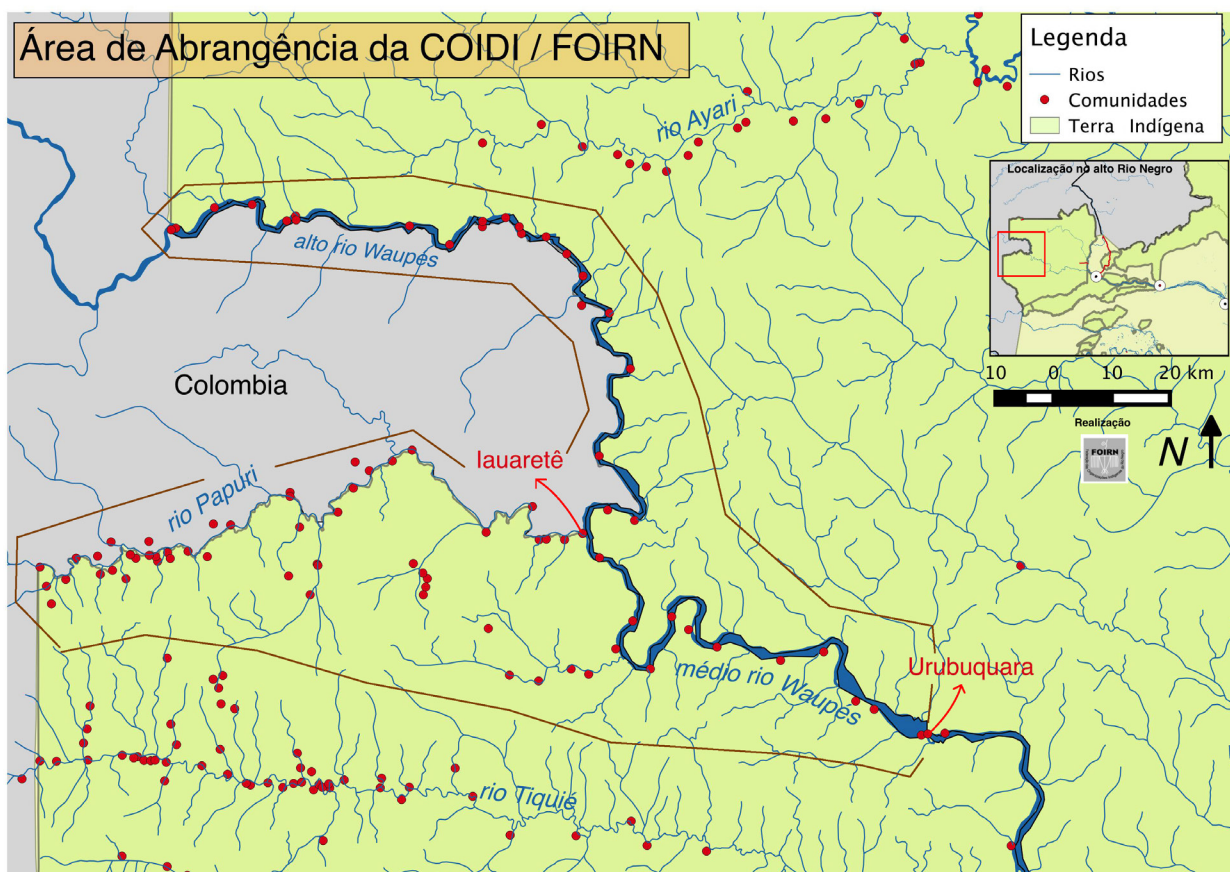
**Solução:** Implantar banheiros, tratamento de esgoto e abastecimento de água potável.

**Ações:** Fazer levantamento de demanda na comunidade e fazer documento de reivindicação enviar para órgãos competentes com ajuda do ministério da saúde, para que sejam retomadas as construções de poços artesianos, que já foram iniciadas mas foram abandonadas no meio do processo. Realizar encontro com as associações de base e instituições parceiras para debater as formas de tratamento de esgoto e elaborar projetos nessa área.



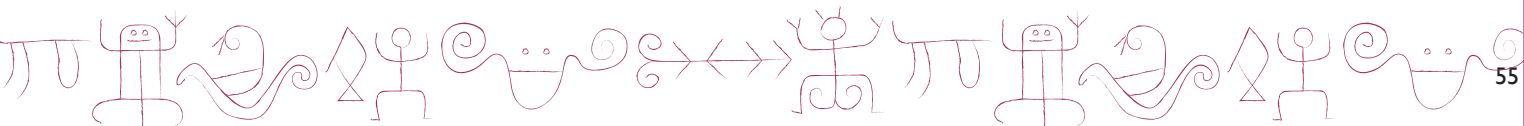
# COORDENADORIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO DISTRITO DE IAUARETÊ - COIDI

**Autores:** Adilma Auxiliadora Lima Sodré, Luiz Marcelo Vasconcelos Gama e Evaldo M. Alencar de Araújo.



A área de abrangência da COIDI abarca os cursos Médio e Alto do rio Uaupés, o rio Papuri e afluentes, marcando o limite oeste da Terra Indígena Alto Rio Negro, região de fronteira com a Colômbia. Está localizada no município de São Gabriel da Cachoeira, noroeste do Estado do Amazonas. Nesta região se concentram aproximadamente 8.000 pessoas de várias etnias morando em mais de 60 comunidades e outros assentamentos menores nas calhas dos rios Uaupés, Papuri e afluentes. As comunidades são organizadas pelas associações de

base, filiadas à Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN) através da Coordenadoria COIDI. Agrupa as associações indígenas do Alto Rio Uaupés, do Rio Papuri, do Rio Japú e do Médio Rio Uaupés, além da associação chamada UNIDI (União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê), que representa as nossas comunidades. Temos também instituições parceiras, tanto públicas quanto do terceiro setor, que atuam pela melhoria das nossas comunidades como FUNAI, SESAI, ISA Exército Brasileiro, etc.

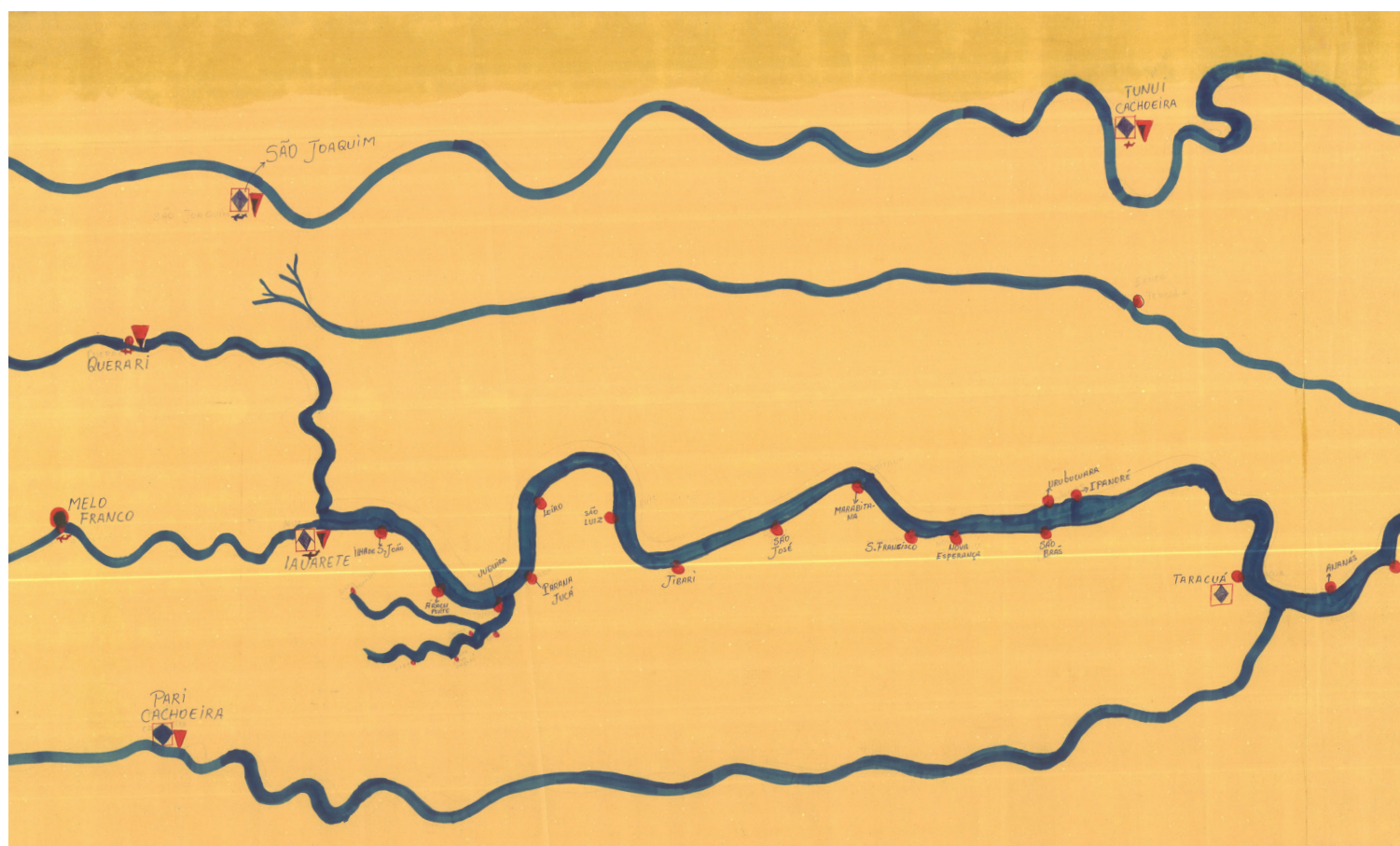


Se destaca na região da COIDI o povoado de lauretê, local com a maior concentração populacional da Terra Indígena Alto Rio Negro. Trata-se de um povoado multiétnico onde vivem mais de 400 famílias e cerca de 2.600 pessoas. O povoado de lauretê é composto por 10 “vilas”, onde se concentram vários grupos étnicos como Tariano, Tukano, Piratapuaia, Arapasso, Dessano, Hupd’ah, Wanano e Kubeo, e a língua predominante na região é o tukano. A maioria das famílias que vivem hoje em lauretê são provenientes de comunidades do entorno, localizadas nos rios Uaupés e Papuri. No Alto Rio Uaupés, acima de lauretê, são aproximadamente 20 comunidades e alguns assentamentos menores, onde vivem principalmente indígenas das etnias Tariano, Wanano e Kubeo. Na calha do Rio Papuri são cerca de 15 comunidades e vários assentamentos menores, onde moram sobretudo indígenas da etnia Tukano, Piratapuaia, Dessano, Tuyuka e Hupd’ah. No Rio

Japú, afluente importante do Médio rio Uaupés são cerca de 10 comunidades, formadas por indígenas das etnias Tukano e Hupd’ah. E, por fim, no Médio Rio Uaupés são aproximadamente 14 comunidades e sítios menores, onde moram indígenas das etnias Arapasso, Tukano, Tariano, Piratapuaia e Hupd’ah.

Para este trabalho realizamos nossas pesquisas de campo no povoado de lauretê e na comunidade Urubuquara, localizada no Médio rio Uaupés. Estes dois locais apresentam realidades e desafios diferentes dentro desta mesma região da COIDI. Em lauretê, por ser muito grande, realizamos a pesquisa somente na vila de São Miguel.

O povoado de lauretê, localizado na fronteira do Brasil com a Colômbia, apresenta um perfil relativamente urbano, formado pela aglomeração de várias vilas que, juntas contam com



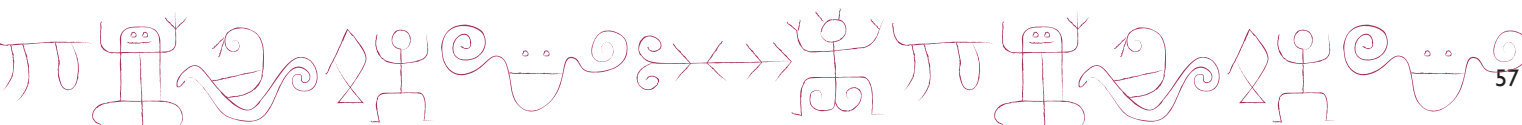


uma população atual de cerca de 2.600 pessoas. Há instalações dos Missionários, Exército, Aeronáutica, Infraero, Correios. Os meios de comunicação existentes em lauretê são linhas telefônicas, telefones públicos, alguns pontos de internet (Escola e Pelotão do Exército) e radiofonias. Mas a minoria das comunidades do entorno possui radiofonia.

Já a comunidade Urubucuará está localizada no médio Rio Uaupés. A comunidade possui 14 famílias, sobretudo do grupo étnico Tariano, e 56 pessoas dos grupos Tariano, Tukano, Dessano e Arapasso. A língua predominante é a língua tukano. Possui um agente comunitário indígena de saúde (ACIS) e o meio de comunicação é através de radiofonia.

O acesso à estas regiões é por via fluvial, sendo bastante difícil devido a obstáculos geográficos como corredeiras violentas, se destacando

a cachoeira conhecida como Cachoeira de Ipanoré, acima de Taracuí, onde se utiliza um caminhão para desviar por terra (devido à corredeira) e, acima da cachoeira, prosseguir a viagem por rio. É utilizado como meio de transporte coletivo, o barco regional o que tem duração de 4 à 5 dias até lauretê. De motor de popa 15 hp e 40 hp o percurso varia de 1 a 3 dias e de motor rabeta, de 4 a 5 dias. O acesso para comunidade Urubucuará também é feito de canoas com motor rabetas e motores de popa, durando de 1 à 4 dias.



## HISTÓRICO

lauaretê é um povoado de população indígena, relativamente urbano, formado a partir da instalação de uma grande missão salesiana nas primeiras décadas do século XX e que ao longo das décadas recebeu muitas famílias provenientes das comunidades do entorno, representantes de vários grupos étnicos da região. A grande concentração populacional encontrou seu auge no final da década 80, com o fechamento dos internatos salesianos, que mantinham as crianças na maior parte do ano afastadas de seus pais, que permaneciam habitando nas suas comunidades de origem. Atualmente cada família vive nas casas separadas, convivendo conforme seus costumes e tradições.

A vila de São Miguel, uma das primeiras comunidades de lauretê, é uma vila bastante populosa, com cerca de 60 famílias. A comunidade possui vários grupos étnicos: tariano, tukano, piratapuaia e mestiços. Na vila, há renda proveniente dos professores, agentes de saúde, aposentados e tem alguns que recebem bolsa família. Consumimos mais comidas ocidentais mas ninguém esquece da quinhapira, farinha, beiju, tapioca, e outros mais.

Nossos antepassados sofreram um choque cultural muito forte com a chegada dos missionários, que apreenderam instrumentos rituais que eram utilizados nas danças, nas pajelanças, nas caças e nas pescarias. Os salesianos alegavam que todos esses eram instrumentos demoníacos e por isso, os indígenas perderam certa intimidade e criaram desânimo de não mais ensinar aos filhos, porque os missionários vieram para ensinar outras culturas. Hoje essa nova geração tenta resgatar os conhecimentos através de escolas e projetos de revitalização de regate cultural. Em algumas ocasiões, como no dia

19 de abril, o dia do índio, lembramos fazendo grandes festas, e também fazemos parte da religião católica. Os filhos mais velhos não tinham muita oportunidade de estudar, mas agora temos muitas oportunidades e levar para frente e buscar este resgate de maneira intercultural.

Já a comunidade Urubucuará foi fundada em 1982. Antes da chegada dos missionários os nossos antepassados viviam em malocas, onde habitavam em torno de 50 pessoas. Após chegada dos missionários as famílias que residiam nas malocas foram obrigadas a sair e construir suas próprias moradias. Os enfeites como cocares, tangas e outros mais foram levados por missionários. Com isso os nossos antepassados começaram a desanimar e não ensinar as danças tradicionais e benzimentos e pouco a pouco foi se enfraquecendo a língua tariano e língua tukano se tornou predominante.

## SITUAÇÃO DE EDUCAÇÃO

No Distrito temos educação e qualidade de ensino razoável através de educação indígena e educação convencional, as escolas são do governo Estadual e Municipal, sendo que os gestores e professores são indígenas. As escolas possuem ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. Nas comunidades das calhas de rios é deficiente o ensino devido ao fato de que na maioria das comunidades não tem estrutura física e a educação é em geral providenciada nos locais como centros comunitários e até, as vezes, na residência do próprio professor. Faltam também materiais didáticos e merenda escolar. Na comunidade Urubucuará existe uma escola municipal onde funciona o ensino infantil e ensino fundamental, ministrados por um professor indígena. No povoado de lauretê há duas escolas de Ensino Médio. Em uma delas, contando também o Ensino Fundamental, estudam cerca



de 800 alunos. Mas estas se focam no ensino convencional, e quase não trabalham a parte de educação diferenciada.

## SITUAÇÃO DE SAÚDE

Na assistência à saúde, temos um Hospital do Estado, cujos profissionais, como técnico de enfermagem, auxiliares de enfermagem e outros funcionários, são todos indígenas. Não tem enfermeiros e nem médicos lotados neste hospital. Em casos de emergência temos apoio do médico militar que fica no pelotão de fronteira do Exército. Temos também assistência à saúde da SESAI através da equipe do DSEI, que ultimamente apresenta deficiência para atendimento em área por falta de profissionais da saúde, principalmente nas comunidades. Na região temos poucos pajés que são mais velhos e na nova geração, poucos tem interesse na medicina tradicional. Ainda são utilizadas plantas medicinais em algumas situações dependendo da gravidade. Na comunidade de Urubucara, por exemplo, a assistência a saúde é pelo DSEI, mas dependendo da gravidades recorremos ao pajé e usamos remédio caseiros.

## SITUAÇÃO DE EDUCAÇÃO

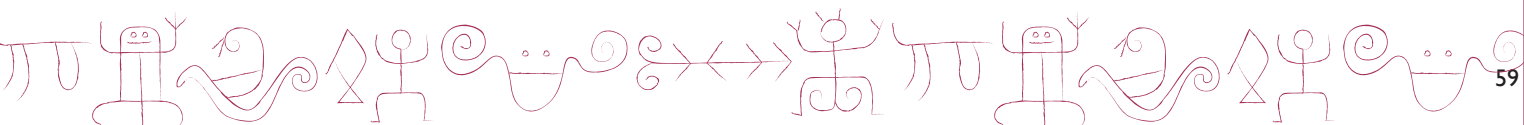
Atualmente, alguns indígenas são funcionários de entidades públicas e dependem da renda, outros de benefícios como Bolsa Família e maioria vive de cultivo de mandioca, produzindo farinha, beiju, tapioca e frutas como banana, abacaxi, ingá, cara, pupunha e frutas silvestre, que garantem o usufruto como fontes de alimentos do dia-dia. Pela alta concentração populacional, no povoado de lauretê são escassos peixes e caças. Hoje as formas de pesca são através de caniço, linha de pescas e malhadeiras, sobretudo. Mas os pescadores utilizam também mata-pí, cacuri, , caíá, e timbó, formas tradicionais de

pesca. Para a caça é utilizado sobretudo arma de fogo (espingarda) e cão de caça. Realizamos também extrativismo em cada área como para coletar caraná, cipó, madeira para confecção de casas, sementes e tucum para artesanatos, que a associação das mulheres indígenas (AMIDI) produz e comercializa no Distrito.

São muitos desafios para gestão territorial e ambiental na área da COIDI, e para isso vem sendo discutidas e elaboradas iniciativas voltadas para segurança alimentar, infra estrutura nas comunidades, plano de manejo de pesca no Médio Uaupés e resgate de cultura.

A proteção territorial deve ser feita pelas comunidades indígenas da área do distrito de lauretê, associações indígenas e coordenação da COIDI, junto ao grupo de trabalho formalizado na última assembleia da Coordenadoria. Já a segurança do território nacional da área do Distrito será executada pelo militares do 1º pelotão especial de fronteira do Exército Brasileiro, em parceria com CTL local da FUNAI, combatendo os chamados crimes do tráfico de animais, entorpecentes e entrada de mercadoria ilegal prevista pela legislação brasileira.

Outro ponto importante de considerar em relação à gestão ambiental e territorial na área da COIDI é a questão da fronteira. Toda a extensão do Alto Uaupés e do rio Papuri delimitam a fronteira entre Brasil e Colômbia. Porém, para a própria população indígena é um território contínuo, com comunidades dos mesmos grupos étnicos e parentes vivendo dos dois lados do rio e seus afluentes, nas margens brasileira e colombiana. Assim, para pensar um Plano de Gestão Ambiental e Territorial de uma região transfronteiriça como essa é fundamental o envolvimento e articulação com as comunidades e associações atuantes do lado colombiano, que aliás, já possuem seus Planos de Vida que muito têm a colaborar com nossos Planos de Gestão.



## DESAFIOS E PROPOSTAS DE AÇÃO

### Eixo Temático - Meio ambiente

**1) Saneamento Básico:** Falta saneamento básico no Distrito de lauretê todo, como rede de esgoto, banheiros e abastecimento de água potável. O caso mais grave é do povoado de lauretê, devido à concentração populacional e um modo de vida já mais urbano em algumas de suas vilas.

**Solução:** Mais atenção do governo e órgãos competentes para prestação destes serviços.

**Ações:** Articulação das associações de base com os órgãos competentes (FUNAI, Prefeitura, MPF, DSEI e FUNASA) para cobrança de continuidade das iniciativas abandonadas, denúncia e elaboração de novos projetos de saneamento.

**2) Coleta de lixo:** Falta coleta de lixo periódica em lauretê e um destino correto aos resíduos. Os próprios moradores despejam o lixo em locais inadequados, principalmente no rios.

**Solução:** separar os diferentes tipos de lixo, reciclar quando possível e destinar nos locais apropriados. Também há necessidade de uma educação ambiental para a questão do lixo, envolvendo as escolas, professores, alunos e pais de alunos; criar um aterro sanitário adequado à região.

**Ações:** articulação das associações de base para promover oficinas de conscientização e reciclagem; Cobrar da prefeitura a volta da coleta de lixo que não podem ser reciclados no próprio distritos; Promover junto a FUNAI e Prefeitura estudo sobre a destinação do lixo em lauretê, que hoje é jogado em um lixão improvisado, que gera grande impacto ambiental; envolver as escolas em projetos de educação ambiental.

### Eixo Temático – Convívio Social

**1) Consumo excessivo de bebida alcóolicas:** É um ponto crítico que prejudica a boa convivência das famílias, causa desunião nas comunidades. Consumido pelos jovens e adultos, o álcool provoca agressão física, homicídio, violência contra mulher e infantil.

**Solução:** Conscientização dos jovens e pais e coibir a entrada de bebidas alcóolicas em terra indígenas.

**Ações:** Promover ações de fiscalizações junto FUNAI e Exército para impedir a entrada de álcool na T.I.; promover palestras e oficinas de educativas sobre este tema.

**2) Segurança pública:** Não há policiamento para garantir ordem e segurança para a população da região, os infratores ficam livres e sem punição na forma da lei.

**Solução:** Buscar meios de coibir práticas violentas dentro do Distrito, mas com regras e acordos entre os próprios moradores, sem necessidade de uma força policial.

**Ações:** Articulação das Associações de base com a FOIRN e MPF para debater este tema e criar diretrizes para resolver o problema.

**3) Acessibilidades dos benefícios sociais e documentos básicos:** Muitos indígenas não tem acesso aos benefícios sociais e nem documentos básicos devido a dificuldade para deslocamento por causa da distancia e falta de transporte.

**Solução:** Promover campanha de documentação e articular junto ao INSS e Prefeitura Municipal para levar os benefícios sociais até as comunidades remotas.

**Ações:** Articulação da FUNAI e das associações junto aos órgãos competentes.

### Eixo Temático - Produção e Manejo

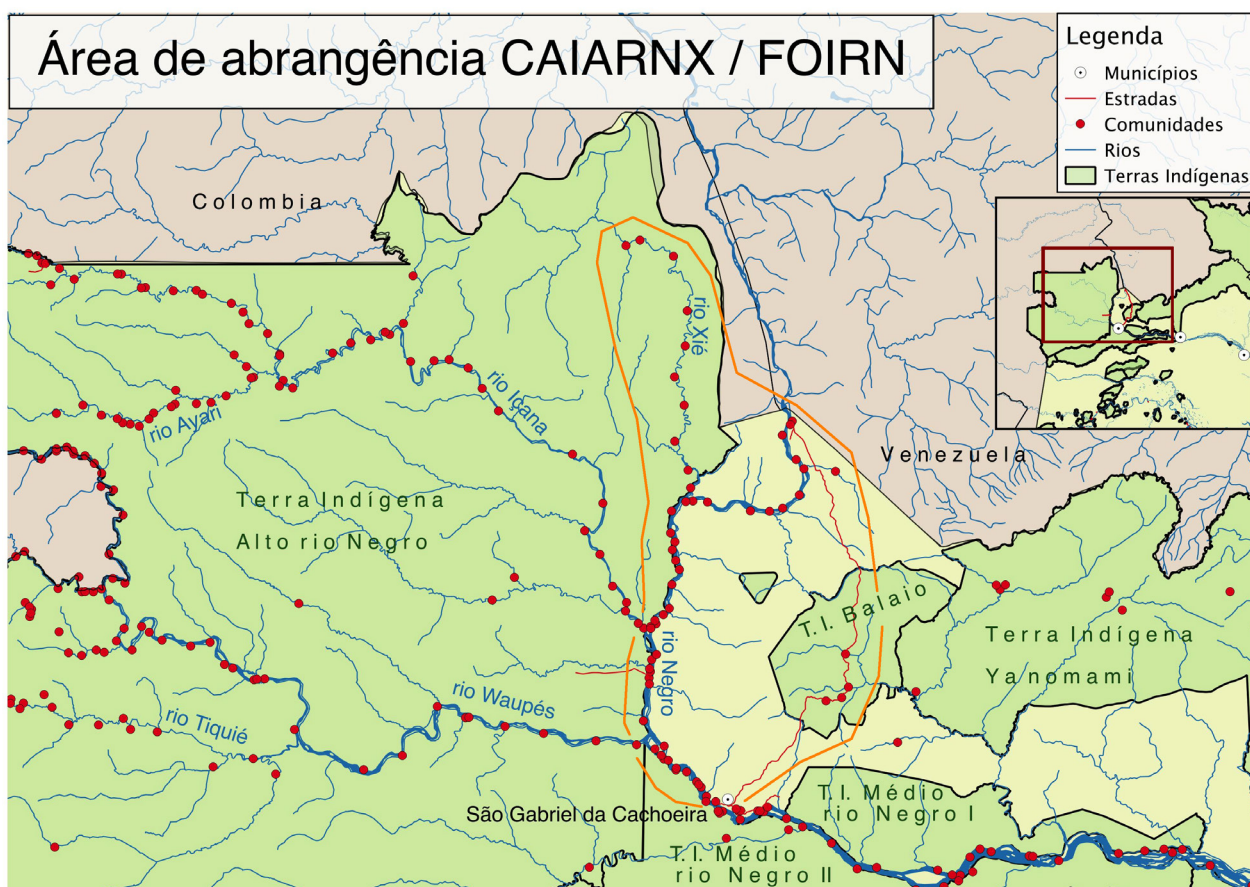
#### 1) Escassez de peixes em lauretê e médio Uaupés

**Solução:** Reativar o projeto de piscicultura, com modelo de poços familiares; Manejo dos lagos e igarapés nas comunidades do entorno; acordos de pesca e coibição de práticas predatórias, como uso excessivo de malhadeira e arrastão; valorização e fortalecimento das restrições e práticas tradicionais relacionadas ao calendário ecológico-ritual e ao manejo.

**Caminhos pra solução:** Articulação das associações de base junto a FUNAI e ISA para reativar este projeto e pensar planos de manejo

## COORDENAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO ALTO RIO NEGRO E XIÉ CAIARNX

**Autores:** Adelina de Assis Sampaio Veloso da Etnia Dessana (comunidade Balaio); Antônio Candido Baltazar da Etnia Verekena (comunidade Santa Cruz-Rio Xié); Pascoal Gonsalves (Filho da Etnia Baré/ comunidade Açaituba-alto rio negro); Ideraldo Pereira Da Silva (da Etnia Baré-CTL do Alto rio negro e xié).



A área de abrangência da CAIARNIX envolve o alto rio Negro, rio Xié e Terra Indígena Balaio, como está no mapa acima. Como é uma área muito grande, as comunidades entrevistadas para realização do trabalho foram Balaio, Açaituba, Santa Cruz, Macedônia, Marabitaná e Vila Nova. Os três cursistas da CAIARNIX moram em diferentes áreas da região, porém, os problemas enfrentados são iguais em muitos sentidos. Em toda região vemos a necessidade de elaboração de um plano de gestão

territorial e ambiental como forma de apoiar o manejo sustentável e comercialização de recursos, minimizar as situações de riscos sócias, aumentar a geração de renda e melhorar a saúde e educação.

## I - COMUNIDADE BALAIO

A terra indígena balaio foi homologada em 2009; o acesso para chegar na comunidade é a estrada BR 307, localizada no Noroeste do Amazônia. A Terra Indígena está sobreposta ao Parque Nacional do Pico da Neblina e com a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos. Na terra indígena existem 03 comunidades e 05 Sítios com diferentes etnias; Tukano, Dessana, Tariano, Coripaco, Tuyuca, Baniwa, Cubeu, Baré e Piratapua. A pesquisa para o presente trabalho foi feita na comunidade balaio, localizada na margem da BR 307, km 100.

A comunidade Balaio foi fundada em 1975, pelas famílias de Pedro Veloso, Isabel Marinho, filhos e netos; e pela família do sr. Casimiro Sampaio, Guilhermina Fernandes, seus filhos e netos. Estas duas famílias fundadores da comunidade Balaio são de origem do rio Uaupes e rio Tiquié.

Na comunidade balaio vivem atualmente 33 famílias de diferentes etnias; Dessano, Tukano, Cubeu e Tariano e Tuyuca, sendo as etnias com maior representação na comunidade balaio, as etnias Tukano e Dessano; A comunidade Balaio contém duas associações; AINBAL-Associação Indígena do Balaio e AMIBAL-Associação de Mulheres Indígenas do Balaio, ambas associações não possuem CNPJ. As Associações representativas trabalham junto com parceiros e apoiadores da comunidade balaio; FOIRN, FUNAI, EXERCITO, DSEI e ICMBIO.

Desde de a fundação da comunidade Balaio, existiram aí grandes políticos do movimento indígena do rio negro, como Alvaro Tukano, Jacinta Sampaio, Bartolomeu Fernandes, Tiago Fernandes, Henrique Sampaio, Eugenio Marinho Vasconcelos, Ricardo Veloso, Armando Veloso, entre outros. Estas pessoas são os protagonistas do movimento da terra indígena balaio, lutaram e lutam até hoje pelo seus direitos.



A comunidade passou por vários problemas difíceis, principalmente com relação ao acesso. A estradada BR 307, meio de transporte dos moradores, de 1988 a 2013, o povo sofreu muito. A estrada era coberta por lama e buracos sem fim, um atrás do outro. O exército não podia aterrar por que, pela sobreposição da terra indígena com UCc, o IBAMA proibia o exército de extrair a piçarra da terra indígena; se tornou uma luta, as lideranças da terra indígena não desistiram de lutar e de tanto pressionar o IBAMA e Governo, o povo conseguiu achar a solução para estrada BR 307. Conseguiu fazer o IBAMA liberar a piçarra para o exército extrair e fazer seu trabalho, fechando os atoleiros e aliviando o sofrimento do povo. Ainda assim, o sonho da população é ter a estrada BR 307 asfaltada.

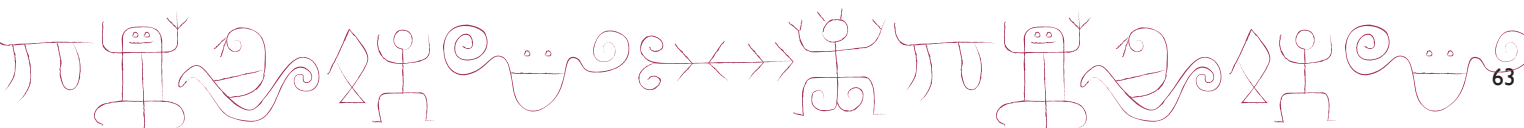
Em 2014 o problema da estrada melhorou, graças a força, luta e coragem do povo indígena do Balaio. Parabéns às lideranças do parque. Hoje em dia a comunidade, é atenta e respeitada. Atualmente de Balaio para São Gabriel são duas horas, enfim, uma grande conquista do povo indígena situados na BR 307. Além disso foi conquistado o acesso aos serviços de fornecimento de luz e água, pelos programas governamentais federais. Ainda assim, apesar dos avanços, existem muitos desafios; durante o diagnóstico, foram destacados problemas em relação a educação, saúde, cultura, infraestrutura das escolas, polo base, falta de transportes, consumo de bebidas alcoólicas pelos jovens, etc.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Os serviços de saúde nesses últimos anos estão precários; o pólo base da comunidade Balaio sofre por falta de medicamento e a estrutura física precária. Porém, os moradores das comunidades da Terra Indígena Balaio também são conhecedores de remédios tradicionais, sendo uma das pessoas, a senhora Jacinta Sampaio. Ela prepara o remédio tradicional e oferece às pessoas que se encontram doentes. Outra solução para as pessoas que estão doentes são os benzedores. Na comunidade existem 03 benzedores.

Em 1983, a escola São Pedro foi fundada para atender 06 alunos. A comunidade Balaio, para construir a escola São Pedro recebeu o apoio da igreja Salesiana de São Gabriel da Cachoeira- Amazonas/Brasil. A protagonista da fundação da escola São Pedro, é a senhora Guilhermina Azevedo, junto com outras pessoas envolvidas neste trabalho. Ela se preocupou com seus filhos e sobrinhos e assim tomou a decisão de batalhar para construir a escola São Pedro.

Atualmente a situação da educação está complicada, a escola do ensino fundamental sofre com estruturação precária, não possui equipamentos adequados na escola. A merenda escolar chega na escola atrasada e com validade vencida e isso prejudica os alunos. Os alunos que moram nos sítios não têm transporte escolar e com isto acabam desistindo e assim prejudicando o funcionamento da escola. A escola também não tem internet, hoje uma ferramenta importante de comunicação e pesquisa. A escola do ensino médio está prevista para funcionar a partir deste ano de 2015.



Hoje em dia, o povo do Balaio vem também enfrentando um processo de enfraquecimento da sua cultura tradicional. Os mais velhos se preocupam com isto, porque os jovens de hoje não conhecem as danças, pinturas e outros costumes. Isso é uma preocupação para a comunidade Balaio. Portanto, as lideranças da terra indígena balaio, hoje em dia, se preocupam com o deslocamento de algumas pessoas para o Município de São Gabriel. Este é o grande desafio do povo.

## RECURSOS NATURAIS E MANEJO

Cortada pelo rio Balaio e afluentes, a terra indígena balaio possui variações de ambientes como terra firme, caatinga e cerrado, sendo a maior parte formada por terra firme. O povo vem manejando desde sempre estes ambientes para viver de caça, pesca, roça, frutas e outros recursos florestais, que servem para o povo de alimentação e em alguns casos comercialização. No quintal de cada família são plantadas variedades de frutas como: açaí, jambo, pupunha, laranja, côco, goiaba, mamão, abacate, cacau, manga, umari, caju, ingá, limão. Na roça, possuem espécies como: bacaba, umari, melancia, açaí do mato, cupuaçu, pimenta brava, pimenta murupi, cará, batata, du'tú, abiu, cana de açúcar, cubiu, jerimum, buriti, cucura, abacaxi, mandioca e macaxeira. A mandioca possui uma grande importância e com ela o povo produz farinha, tapioca, beiju, tucupi, massoca e goma; na floresta existem outras variedades de frutas, como: ke'rõ, ucuqui, açaí do mato, castanha, entre muitas outras. O rio balaio possui vários tipos de peixes; aracu, acara, pacu, traíra, mandim, surubim, jacunda, sarapó, tucunaré, pescada, matrincham, sardinha, piranha.

E na floresta há variações de animais como: paca, anta, tatu, mucura, acutia, acutiwaia, lontra,

cuati, macaco, mico leão/cacaco, guariba, etc. Há também aves como o mutum, jacamim, garça, arara azul, periquito, rouxinol, etc. Nesse ponto relativo às caças, o povo vem sofrendo nos últimos anos com a super-população de porcos do mato (queixadas) na região da TI Balaio. Os animais, no ano de 2013, 2014 e 2015 atacaram as roças de 05 famílias que sofreram com ataque dos porcos do mato, sendo que três famílias ficaram sem roça.

Além das caças e frutos, a terra possui recursos florestais como: madeiras de vários tipos de nomes como; loiro, angelim, pau-brasil, cedro, molongó, jacajaca, acariquara, jacareúba, cedrinho, pau amarelo, itauba, pô'peêg; palhas, como o caraná, palha branca, sororoca, busu, folha de vambé e fibras como o tucum, arumã, cipó e jacitara. O povo também planta seus próprios temperos como: chicória, cebola palha, tomate, cebolinha e cheiro verde.

Portanto, resumindo, os problemas da terra indígena balaio, são: porco do mato (queixada) que comem todas as mandiocas das roças, educação baixa, saúde ruim, consumo excessivo de bebida alcoólica, cultura indígena sendo esquecido e política indígena fraca e não existe transporte específico para escoar os produtos do povo. Abaixo listamos alguns temas prioritários levantados durante a realização do diagnóstico. Através disso, os povos indígenas podem aumentar e avançar na educação, saúde, política, cidadania e outras questões.





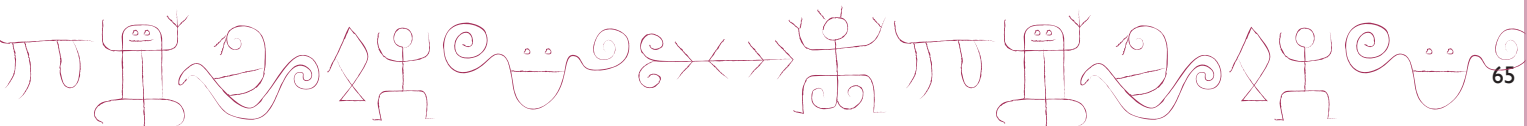
## II – COMUNIDADE SANTA CRUZ, RIO XIÉ

A comunidade Santa Cruz foi fundada em 04 de fevereiro de 1974, pelo senhor Nelson Baltazar e a senhora Julia Yauina Candido. Atualmente há na comunidade 12 famílias, com aproximadamente 58 pessoas. A comunidade localiza-se na margem direita do rio Xié, afluente do rio Negro, na terra indígena do alto rio negro. O deslocamento é feito por via fluvial. Os povos que vivem nessa região, são os povos WEREKENA. A Comunidade possui escola de ensino fundamental completo, com dois professores. A Comunidade é de abrangência da Associação das Comunidades indígenas do rio xié ACIRX, afiliada à CAIARNX/FOIRN, (Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié). Existe organização indígena, no rio xié, mas atualmente a associação

não se encontra em condições de funcionamento por motivo de inadimplência. Por esse motivo não há nenhum projeto realizado pela associação atualmente.

Nessa região em termos de educação, a situação está precária, precisa de estrutura física, quadro bem preparado e remunerado, materiais didáticos próprios e troca de experiências. Já na questão da saúde indígena nessa região o atendimento está acontecendo, por médico, dentista e equipe a partir do pólo base de Cumati. Mas o DSEI não disponibiliza medicamentos suficientes para certos tratamentos.

O manejo dos recursos naturais é feito através da caça, pesca e coleta pelos povos indígenas da região e a agricultura tem um papel muito importante para alimentação.





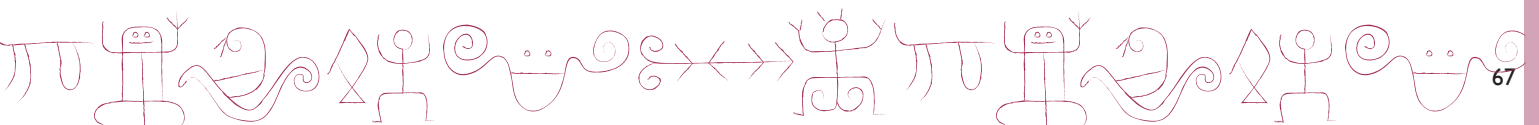
### Problemas apresentados da região do rio Xié

- 1° Não tem espaço adequado para venda de produtos tradicionais.
- 2° Não existe transporte para escoamento dos produtos da comunidade para a cidade.
- 3° Não existe recurso para fiscalização pela instituição responsável pela área (FUNAI).
- 4° Falta de estrutura física das escolas.
- 5° Falta de controle na entrada do rio xié, de regatões, atravessadores (troca de mercadorias por preços absurdos).
- 6° Mais curso de qualificação para os professores indígenas da região.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Na região do alto rio negro, em termo de educação, a situação está cada vez mais precária; tem comunidades que não têm escola, os alunos estudam em lugares improvisados como capelas, centros comunitários e palhoças. Mesmo em algumas comunidades onde existem escola, a infraestrutura é precária, sem condições de atender os alunos durante o ano letivo. E também falta merenda escolar e material didático, pois a entrega desses materiais continua sendo irregular e de baixa qualidade.

Na área da saúde está acontecendo atendimento médico e odontológico, com a presença equipe de saúde do pólo base do distrito de Cucuí. Mas a coordenação do DSEI-RN não disponibiliza medicamento suficiente para certos tratamentos em área.



# COORDENADORIA DAS ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS DO MÉDIO E BAIXO RIO NEGRO - CAIMBRN

**Autores:** Vamberto Plácido Rodrigues (Baré, funcionário da FUNAI/ CTL médio rio Negro); Guilherme Costa Veloso (Karapanã/ morador da comunidade Cartucho); Francisca Sampaio Batista (Tukano/ moradora de Santa Isabel); Dária Teixeira Nery (Piratapuia/ moradora de Santa Isabel)



A coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro CAIMBRN, abrange três municípios: São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Essa coordenadoria conta com quatro terras indígenas demarcadas – Yanomami, Médio rio negro I e II e Rio Téa – e uma grande área em estudo de identificação para demarcação, nos rios afluentes de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro. Assim, na área da CAIMBRN existem áreas com acesso de não-indígenas que extraem recursos e áreas de uso exclusivo dos povos indígenas. Existe também na área da CAIMBRN o caso dos indígenas que habitam as áreas urbanas e sítios localizados nos ramais que saem das sedes dos municípios de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

Em sua área de abrangência a CAIMBRN atua, em parceria com outras associações, como a ACIBRN, Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro; ACIMRN, Associação das Comunidades Indígenas do

Médio Rio Negro; ASIBA, Associação Indígena de Barcelos; AYRCA, Associação Yanomami do rio Cauaburis e Afluentes; e KURIKAMA, Associação Yanomami dos rios Maraujá e Preto.

Como a área de abrangência da CAIMBRN é de ampla extensão, a pesquisa de campo para o presente trabalho foi feita nas comunidades de Cartucho e Mafi, localizadas na Terra Indígena Médio Rio Negro II e nos sítios localizados nos ramais Tibaha, Idam e Pium, que saem da sede do município de Santa Isabel em direção ao interior. Sendo assim, essa pesquisa foi feita tanto nas terras indígenas demarcadas como também nas zonas urbanas e sítios.

Mesmo que a área da CAIMBRN também abranja parte da Terra Indígena Yanomami, pela especificidade cultural e de contexto diferenciado destes povos, foram formados grupos separados pelos cursistas das áreas yanomami.

## MANEJO DE RECURSOS NATURAIS E GERAÇÃO DE RENDA

De maneira geral, a situação atual de educação indígena na área do médio e baixo rio Negro, de responsabilidade dos municípios de Santa Isabel e Barcelos, está precária por falta de materiais didáticos, merenda escolar, casas de apoio adequadas para os professores nas comunidades e bom salários para professores. Em alguns casos, estes fatos tem levado ao fechamento de escolas e esvaziamento de comunidades na região. Quanto à saúde, de responsabilidade do DSEI-Rio Negro, não há assistência total à população indígena, devido à situação precária em que se encontram os polos base, sem estrutura e sem medicamento e sem recursos humanos. Assim, as comunidades em geral sentem falta de apoio em todos os sentidos do poder público nas áreas da educação e saúde.

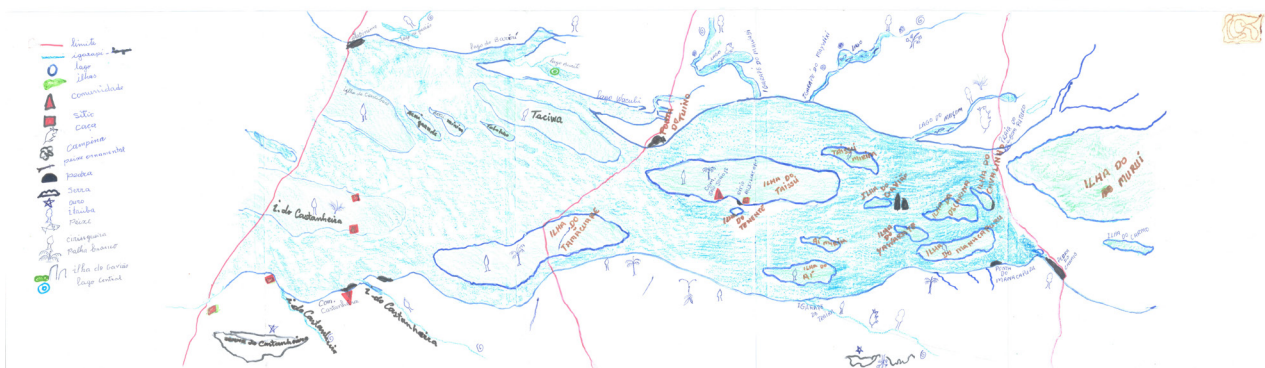
## MANEJO DE RECURSOS NATURAIS E GERAÇÃO DE RENDA

Os povos do médio e baixo rio Negro vivem tradicionalmente da produção de suas roças, da pesca, artesanato, caça e extração de recursos da floresta, como seringa, piaçaba e cipó. Estas

atividades são usadas tanto para subsistência quanto para geração de renda.

Há também categorias de assalariados como professores e agente de saúde, além de beneficiários dos programas sociais como bolsa família, auxílio maternidade, aposentadoria. Para evitar a pesca durante a época de piracema o governo federal tem um programa que garante aos pescadores (associados) um pagamento anual, chamado de seguro defeso. Contudo, o período oficial é definido de acordo com a época reprodutiva das espécies do Amazonas, que é diferente do período no rio Negro o que termina por proibir a pesca quando os peixes não estão em reprodução (novembro a março) e permitindo quando está ocorrendo a principal piracema (abril a julho).

Um desafio para o manejo dos recursos naturais pelas comunidades na região da CAIMBRN são as invasões constantes que ocorrem para uso indevido dos recursos naturais, como pesca esportiva, madeireiros, garimpeiros, pesca comercial abusiva. Para coibir essa pratica ilegal, as comunidades da Jurisdição da CAIMBRN, apresentaram um plano de ação onde visa proteger suas comunidades contra os invasores. Assim, atualmente, as associações de base e as



comunidades da região estão se articulando junto às instituições parceiras, para desenvolver iniciativas que fortaleçam as regras tradicionais de manejo e incorporem novos elementos de gestão do território.

Um desafio para o manejo dos recursos naturais pelas comunidades na região da CAIMBRN são as invasões constantes que ocorrem para uso indevido dos recursos naturais, como pesca esportiva, madeireiros, garimpeiros, pesca comercial abusiva. Para coibir essa prática ilegal, as comunidades da Jurisdição da CAIMBRN, apresentaram um plano de ação onde visa proteger suas comunidades contra os invasores. Assim, atualmente, as associações de base e as comunidades da região estão se articulando junto às instituições parceiras, para desenvolver iniciativas que fortaleçam as regras tradicionais de manejo e incorporem novos elementos de

gestão do território.

Estão em curso na região, projetos voltados para valorização da agrobiodiversidade e o turismo de pesca esportiva de base comunitária. Esta última atividade teve início na sua regularização no ano de 2013 no rio Marié e contou com grande interesse das comunidades por apresentar o potencial de ser realizada sem prejuízo aos modos de vida com, geração de renda para as famílias e baseada em um plano de manejo da pesca e gestão territorial. Neste sentido, está funcionando um plano de manejo da pesca na região, voltado para conservação do estoque pesqueiro, considerando as diferentes modalidades de pesca, incluída a atividade de turismo de pesca esportiva enquanto alternativa econômica.



## COMUNIDADE CARTUCHO<sup>1</sup>

Um homem saiu do sítio Colares na ilha de Uábada para caçar na mata e se perdeu. A caminhada o levou a descer em uma Laje de pedra e como já estava bastante tarde, anoiteceu e dormiu neste lugar. No outro dia pela manhã, ele voltou e chegou novamente ao Sítio Colares, e finalmente esqueceu seus cartuchos na sua patrona lá na laje onde tinha dormido que por isso deram o nome deste lugar de Cartucho Ponta.

Em 2 de janeiro de 1935 o Sr. Elias Brasilino e o seu genro Joé Birino fizeram aí o sitio que passou a se chamar Cartucho. Quando o missionário padre João Badalot chegou nesta região procurando lugar para implantar uma escola encontrou a casa do sr. José Birino que ficava no sitio Cartucho, que foi indicada para ser a escola. Sr. José foi o professor e como professor ele convidou todas as famílias que eram vizinhas e os seus filhos para serem seus alunos e assim começou a ensinar o alfabeto por sua livre e espontânea vontade. Com o passar do ano o padre reuniu o povo e mandou construir a escola e deu o nome de escola São Tomé, na época feita de madeira e coberta de palha de caraná.

Na época todos os familiares moravam nos sítios, as famílias eram pertencentes às etnias Baré, Baniwa, Piratapuaia, Desano e Tariano. A escola funcionava no modelo de internato mas havia alunos que eram externos e que todos os dias se deslocavam nas suas canoas. As famílias se reuniam nos finais de semanas (domingos) na escola e em 1980 as famílias começaram a

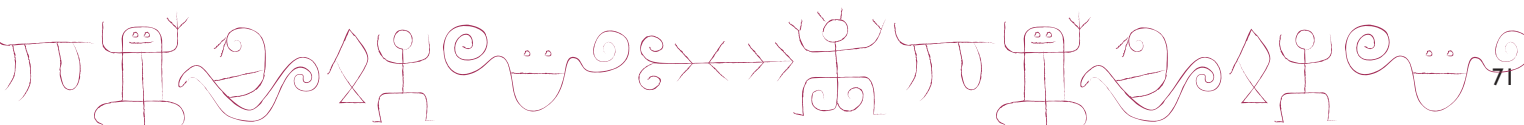
fazerem as suas casas no próprio sítio Cartucho. Em 1989 a 1990 a escola passou para a responsabilidade do município e foi quando passou-se a chamar Cartucho de comunidade e não mais sítio.

Em 1993, nos inícios da política do movimento indígena no baixo e médio rio negro com a pessoa do senhor Braz de Oliveira França, ex-presidente da FOIRN - Federação das Organizações Indígena do Rio Negro, Libório Sodrê Diniz, liderança indígena e o Antropólogo Marcio Meira, foi realizado o levantamento antropológico para fins de demarcação das terras indígenas. Na época foi criada a CACIR Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas que abrangia na época 9 comunidades. Em 2008, na reformulação do estatuto e legalização de documentos esta comissão passou a ser reconhecida como ACIR (Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas), que hoje tem abrangência de 13 comunidades: Aruti, Plano, Massarabi, São João II, Castanheiro, Uacará, Cartucho, Uábada II, Boa Vista, Abianai, Maricota, Areal e Chile, situadas nas Terras Indígenas Médio Rio Negro I, II e Terra Indígena rio Téa. O objetivo da associação é resgatar a cultura do povo que estava sendo esquecida e fortalecer a política do movimento indígena daquela região, propondo ações nas áreas de educação, economia e saúde.

<sup>1</sup> O entrevistador Vamberto Plácido Rodrigues da etnia Baré entrevistou na comunidade Cartucho 4 famílias no total de 19 pessoas da etnia Baré, 2 pessoas da etnia Baniwa.

A pa  
zado  
Com  
Negro  
do R  
(Insti  
Artis  
como  
Brasi  
as ric  
plant  
nomi  
mod  
vação

Saiba  
<http://>  
teuda  
torno



## Temas destacados para debates sobre a gestão territorial e ambiental em Cartucho

Falta de qualidade na educação
Falta de qualidade no atendimento à saúde
A falta de recuperação do centro social da comunidade
Falta de apoio na compra do produto agrícola
Falta de saneamento básico
Falta de transporte escolar adequado para os alunos
Falta de apoio para os alunos da licenciatura indígena
Falta de manejo na área de pesca na época de piracema
Falta de coleta de lixo na comunidade

### COMUNIDADE DO MAFI 1

A Comunidade do Mafi foi fundada no ano de 1989, tem 08 famílias e um total de quarenta e duas pessoas. Os moradores são da etnia Baniwa e sua originalidade é da região do Rio Içana. É associada à ACIBRN (Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro), primeira associação criada no rio Negro e recentemente regularizada no dia 15/01/2014. O acesso mais comum à comunidade é pelo Município de Santa Isabel do Rio Negro. Como nas outras comunidades da região, seu principal sustento se dá pelas atividades de agricultura, caça e pesca.

A Comunidade possui a Escola Municipal Indígena Teotônio Ferreira fundada no ano de 2001, que não tem apoio do Município, pois não tem materiais escolares e nem merenda escolar. Os pais das crianças reivindicam melhorias e presença do poder público para solucionar os problemas. Quanto à saúde, não tem atendimento adequado como deveria ser para as comunidades indígenas; a estrutura do polo base é precária, sem medicamentos e sem recursos

1 O entrevistador Guilherme Costa Veloso da etnia karapanã entrevistou oito famílias da etnia baniwa, no total de quarenta e duas pessoas.

humanos.

Antes a região de abrangência da ACIBRN sofreu com muitos problemas como: garimpo, invasões das Empresas da Pesca esportiva de forma desordenada, formas de pesca predatórias (barcos geleiros, pesca de mergulhos e desrespeito entre as comunidades na área de sua abrangência). Vendo todos esses fatos acontecerem, atualmente busca apresentar os tipos de turismo que poderiam ser desenvolvidos nas terras indígenas conforme o Decreto nº 7,747 de 05 de junho de 2012, que institui a Política Nacional da Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas-PNGATI. Foi colocado que o Turismo por ser uma atividade econômica traz impactos positivos e negativos. Quando este é mal planejado os impactos negativos tornam-se maiores. Buscou-se esclarecer estas questões juntamente com os Comunitários para que não ficassem dúvidas frente a Temática do Turismo.

A Associação ACIBRN juntamente com as 15 Comunidades de sua região de abrangência resolveram realizar viagens de intercâmbio socio-cultural para discutir e esclarecer a temática do turismo em Terras Indígenas. Depois de muitos encontros entraram em acordo para o bem das comunidades, com ajuda dos parceiros como:





a FUNAI, FOIRN, ISA e resolveram traçar um Projeto. Depois de pronto, está assinando contrato de 10 anos com uma empresa da pesca esportiva, com isso hoje as 15 Comunidades estão sendo beneficiadas.

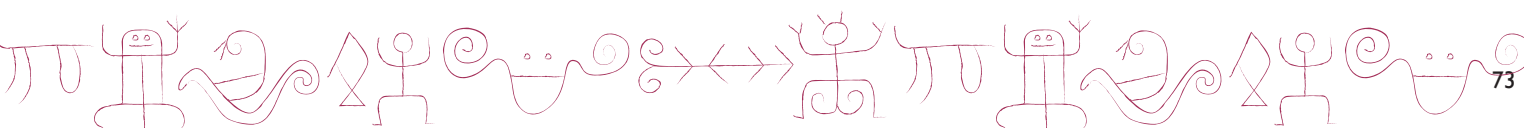
As atividades realizadas são fruto de uma demanda da Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro, frente a temática “Turismo de Pesca Esportiva”, já em funcionamento desde julho de 2014. Agora as 15 comunidades de sua abrangência estão discutindo outros potenciais, quanto à possibilidade de execução de outras alternativas econômicas para elaborar em conjunto um plano de gestão das áreas de uso comum de cada Comunidade.

#### **Iniciativas já realizadas em Mafi sobre gestão ambiental e territorial**

Oficinas sobre pesca esportivas
Oficinas sobre plano de manejos das áreas compartilhadas
Capacitação para os Vigilantes Indígenas
Estudos socioculturais
Estudos socioambientais no Rio Marié
Assembléias da Associação ACIBRN com as 14 Comunidades
Termo de Referência

#### **Temas destacados para debates sobre a gestão territorial e ambiental em Mafi**

Falta estrutura da Escola
Falta de atendimento da saúde
Invasões
Falta de manejo nos locais da pesca e caça
Pesca predatória
Dificuldades de adquirir documentação
Pesca com mergulho
Falta de colheita de lixo na comunidade
Falta de saneamento básico na comunidade



## COMUNIDADE DO TIBAHÁ<sup>1</sup>

No município de Santa Isabel do Rio Negro, está situada na zona leste, o ramal Tibahá com entrada pelo bairro de dom Valter. O ramal do Tibahá tem aproximadamente 7,8km e foi fundado no ano de 1998 com o objetivo de criar um balneário e para dar acesso aos agricultores indígena da área. Atualmente conta com aproximadamente 35 famílias de agricultores indígenas falantes de língua tukano e ãgatu. Foram entrevistadas nesta região cinco (5) famílias da etnia piratapua, tukano, tuyuka, tariano e baré totalizando 32 pessoas entrevistados sendo a entrevistadora a cursista do Curso Básico em Gestão Territorial organizado pela FOIRN Dária Teixeira Nery da etnia piratapua.

<sup>1</sup> Durante o período de dispersão do curso, foram entrevistadas 5 famílias. 2 da etnia piratapua, 1 desana, 1 tuyuka, 1 tukano, 2 tariano e 1 baré, que forma o total de 32 pessoas, que foram entrevistados pela cursista Dária Teixeira Nery, da etnia piratapua.

### Dificuldades encontradas nos ramais Pium e Idam

Falta de apoio do poder público para os agricultores
Falta de manutenção da estrada
Falta de transporte
Falta de incentivo para agricultores
Falta de poços artesianos
Falta de coleta de lixo químico

### Temas destacados para debates sobre a gestão territorial e ambiental em Tibaha

Transporte
Poços artesianos
Asfalto
Saneamento básico
Assistência pública aos agricultores
Falta de coleta de lixo

## RAMAIS DO IDAM E PIUM

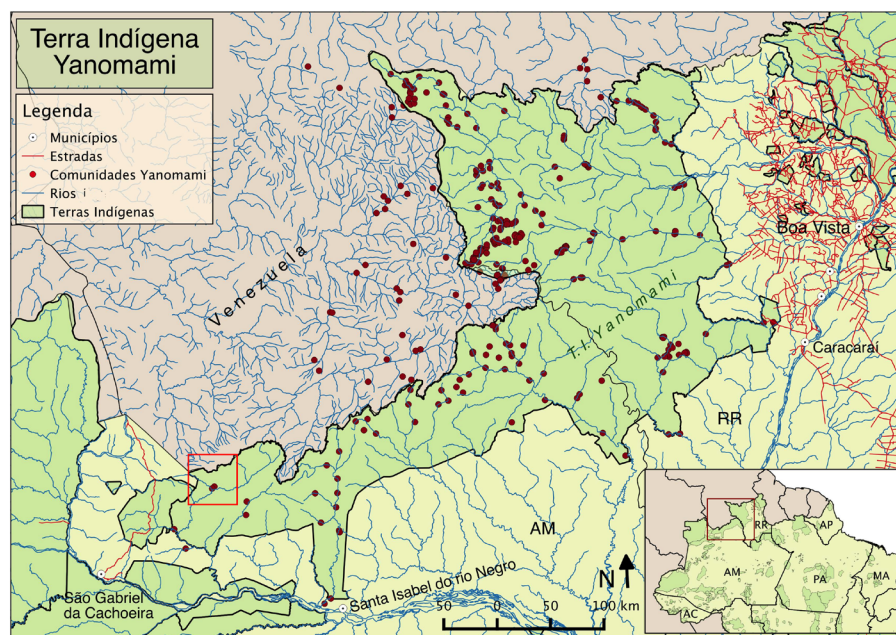
As entrevistas realizadas por Francisca Sampaio Batista, da etnia tukano, por motivo de falta de recursos não foram feitas nas comunidades, mas na zona urbana. No ramal do IDAM e ramal do Pium: foram entrevistadas cinco famílias totalizando trinta quatro pessoas: 3 famílias da etnia desano, 4 Baré, 3 tukano são falantes de português, tukano, ãgatu. Nestas localidades há no total 72 agricultores.

O ramal do Idam foi criado em 1977 e o do Pium foi criado em 1970. Ambos estão localizados ao norte do município de Santa Isabel do rio Negro, entre os bairros Santana e Portelinha. Os moradores são todos agricultores indígenas, de várias etnias, falante das línguas: português, tukano e ãgatu, e atualmente só os pais falam a língua indígena, os filhos já não falam alguns entendem, maioria não fala.

# COMUNIDADES DE ARIABU E MATURACÁ

## TERRA INDÍGENA YANOMAMI – AM

**Autores:** Salomão Mendonça Ramos (Conselheiro do Setor Maturacá no Conselho Gestor do Parque Nacional do Pico da Neblina); Flávio Bocarde (Analista Ambiental do ICMBio/MMA e chefe do Parque Nacional do Pico da Neblina); Luciana Yukari Uehara (Técnica Ambiental do ICMBio/MMA e gestora do Parque Nacional do Pico da Neblina)



As comunidades de Ariabú e de Maturacá estão localizadas às margens do Rio Maturacá, afluente do Rio Cauaburis. Suas localizações estão indicadas pelo círculo no mapa acima. O Rio Cauaburis desemboca no Rio Negro. Estão próximas ao Pico da Neblina, na Serra do Imeri, extremo norte do estado do Amazonas, Brasil. Em relação à situação fundiária, é uma área de terra indígena em sobreposição com área de unidade de conservação (Parque Nacional do Pico da Neblina).

Partindo de São Gabriel da Cachoeira-AM o acesso é realizado por via terrestre num percurso de 85 Km e segue fluvial, pelo Rio Cauaburis. O trecho terrestre é feito em 90 min (depende da situação da estrada devido as chuvas) e leva-se 4 horas utilizando barco com

motor 40 HP (com o rio cheio pois na seca esse trecho pode demorar muito mais); com motor rabeta, demora-se 2 dias. Saindo de Boa Vista-RR, gasta-se 4 horas de aeronave; partindo de São Gabriel da Cachoeira, leva-se 40 minutos.

Na comunidade de Ariabú há 1200 pessoas. Maturacá conta com 800 pessoas. No total, há 2000 pessoas nas localidades segundo o último censo da SESAI. Há também na região três outras comunidades mais recentes, chamadas Auxiliadora, Santa Maria e União, que estão localizadas próximas à Maturacá. Estão localizadas nas proximidades da Opota Maki (Serra do Padre), Serra do Gavião e Serra do Baruri. O Rio Ariabú nasce no Yaripo (ou Serra dos Ventos, onde está localizado o Pico da Neblina).

## HISTÓRICO DAS COMUNIDADES

No início, era um comunidade só, chamada Masiripuwei. Estava localizada na região do Pico da Neblina. Na época, os Yanomami eram nômades. Era constituída por uma xapono, comunidade tradicional. As casas eram semelhantes à estrutura da casa ritual: constituídas por 9 esteios e a cobertura do telhado era feito com palhas silvestres. Na época de sua fundação, era composta por 150 pessoas aproximadamente. Os Yanomami faziam roça de pupunha, banana, urucum, milho, baraturi, taioba, ingá, maniva para beiju (não era para fabricação de farinha), cará, entre outras espécies. A caça era feita com arco e flecha e a pesca realizada com flecha e com a mão. Não havia escassez, a caça e a pesca eram feitas próximas à comunidade. O fogo era obtido com varas de cacau silvestre, secas ao sol, esfregando-as entre as mãos, cultura que continua sendo feita nos dias atuais. Essa região foi transformada pelos próprios Yanomami em uma reserva de caça e pesca utilizada somente para festas tradicionais, duas vezes ao ano.

Devido a uma xawara (epidemia de coqueluche) que dizimou boa parte da tribo, restando somente 50 pessoas, a comunidade precisou deslocar-se, fazendo nova xapono em uma área chamada Tukano. Ficaram nessa região por vários anos, criando novas roças, com as mesmas espécies já utilizadas. Na mesma época, a população se deslocou para criar outro xapono na Opota Maki (Serra do Padre), que se tornaria Ariabú. Neste xapono, dois tuxauas organizaram uma festa tradicional. A equipe foi fazer uma caçaria para comemorar a Festa da Banana. Os dois caçadores se encontraram com os homens brancos que foram enviados pelos Salesianos para fazer contato com os yanomami, eles vinham numa canoa muito grande; era o Sr. João Tavares com seus filhos, Eugênio

Tavares, Edson Tavares e Ernesto Tavares. Esse primeiro contato ocorreu em 1953. Nessa ocasião, os Yanomami receberam nome em português: José e Roberto. No mesmo instante os dois foram embora para o local onde estavam acampados, noticiando que haviam encontrado com homem branco (Nape). No dia seguinte, retornaram para a comunidade e comunicaram aos tuxauas o encontro com o homem branco e quais eram as intenções dos Salesianos de construir uma base para morar e desenvolverem seus trabalhos. Os dois tuxauas se reuniam para fazer uma base no Canal Maturacá, onde seria instalada a Missão Salesiana. Retornaram para Ariabú para morar, permanecendo no mesmo local até os dias atuais. Na época, a comunidade contava com aproximadamente 70 pessoas.

Em 1954, começou a instalação da Missão Salesiana, dando início à catequização dos Yanomami. A educação formal iniciou-se em 1971, com a inauguração da escola dentro da Missão. A oficialização da educação ocorreu em 1978, com a instalação da Escola Estadual Imaculada Conceição. Nesse tempo, os professores eram os brancos ligados à Igreja. Somente a partir de 1996 começaram a estagiar as professoras Yanomami. Hoje em dia, todos os professores contratados são Yanomami, totalizando 24 profissionais. É uma esperança da comunidade que no futuro um Yanomami seja o gestor desta escola.

Em 1978, um grupo criou um novo xapono do outro lado do canal de Maturacá, atualmente conhecida como comunidade de Maturacá. Começou com cerca de 60 pessoas, permanecendo em Ariabú 200 pessoas aproximadamente. Atualmente, em Ariabú vivem 800 pessoas, e cerca de 600 pessoas em Maturacá.

Em 5 de junho de 1979, foi criado por meio de decreto o Parque Nacional do Pico da Neblina.



É uma unidade de conservação de proteção integral, com os objetivos de proteger a biodiversidade e de promover o desenvolvimento socioambiental. O parque foi assim denominado pois em sua área está o Pico da Neblina, chamado Yaripo pelos Yanomami.

Por meio de decreto em 25 de maio de 1992, foi feita a demarcação do território Yanomami, a maior terra indígena já homologada no Brasil, com mais de nove milhões de hectares.

Em 3 de dezembro de 1998, foi criada a Associação Yanomami do Rio Cauaburis e seus Afluentes (AYRCA), ela foi a primeira associação de base com o objetivo de lutar pelos direitos dos povos Yanomami.

Em 2011, começam os contatos com o ICMBio para articulação com os moradores para poder criar o Conselho Gestor do Parque Nacional do Pico da Neblina. No início, os Yanomami estavam receosos, mas hoje em dia reconhecem o trabalho e a importância do Conselho Gestor. Em 2013, há a formação oficial do Conselho, com a posse dos representantes das comunidades. Para poderem especificar os trabalhos futuramente é uma grande esperança do povo Yanomami do Rio Cauaburis. Nessa questão, a população pede que as instituições parceiras, como a Funai e o ICMBio, tragam mais capacitações para o povo Yanomami em todas as 22 comunidades dessa etnia que residem no Parque Nacional do Pico da Neblina (vide mapa).

Em maio de 2014 tem início o curso básico de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas no Rio Negro, Noroeste do Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira. Foi um curso dividido em 4 módulos, com representantes de diversas etnias, de instituições governamentais (ICMBio, Funai), de organizações não-governamentais (ISA, Rios Profundos<sup>1</sup>), de associações

<sup>1</sup> Rios Profundos: organização não governamental sem fins de lucro fundada em 1996 e cujas atividades buscam

(FOIRN). O curso encerra-se em fevereiro de 2015, com a elaboração de trabalhos de conclusão de curso, que serão utilizados para embasar os planos de ação do PNGATI.

## FORMAS TRADICIONAIS DE MANEJO

Em relação à agricultura de subsistência, os Yanomami cultivam roça de diversas espécies, tais como: maniva, banana, pupunha, ingá, abacate, cucura, caju, cará, taioba, cupuaçu, mamão, cana, batata, baraturi, etc.

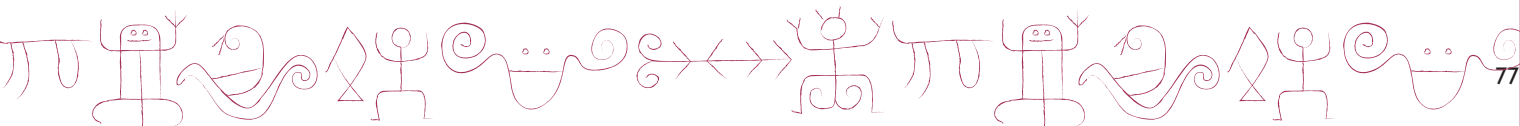
São coletadas na floresta frutas silvestres, mel de abelha, bacaba, frutas de souva, apiaú, buriti, açai, sororoca, ingá, inajá, taperebá, mari, tiquiá, cacau, cunuri, baraturi, ucuqui, patauí, babaçu, entre muitas outras.

A pesca é feita a mão, com anzol e com flecha. As espécies mais encontradas são aracu, pacu, mandubé, acará, sarapó, surubim, tucunaré.

A caça é realizada com arco e flecha e espingarda. As principais espécies caçadas são porco, veado, anta, paca, mutum, nambu, tatu, jacú, cotia, jacaré, caititu.

Os principais produtos da comunidade são farinha de pupunha, açai, farinha, tapioca, beiju, artesanato (cestos, flechas, redes, pulseiras, colares, tintas) e remédios tradicionais.

apoiar as comunidades Yanomami e os seus modos de vida através de iniciativas pedagógicas, tendo particularmente como foco os xapono (casas coletivas) ao longo do Rio Marauíá.



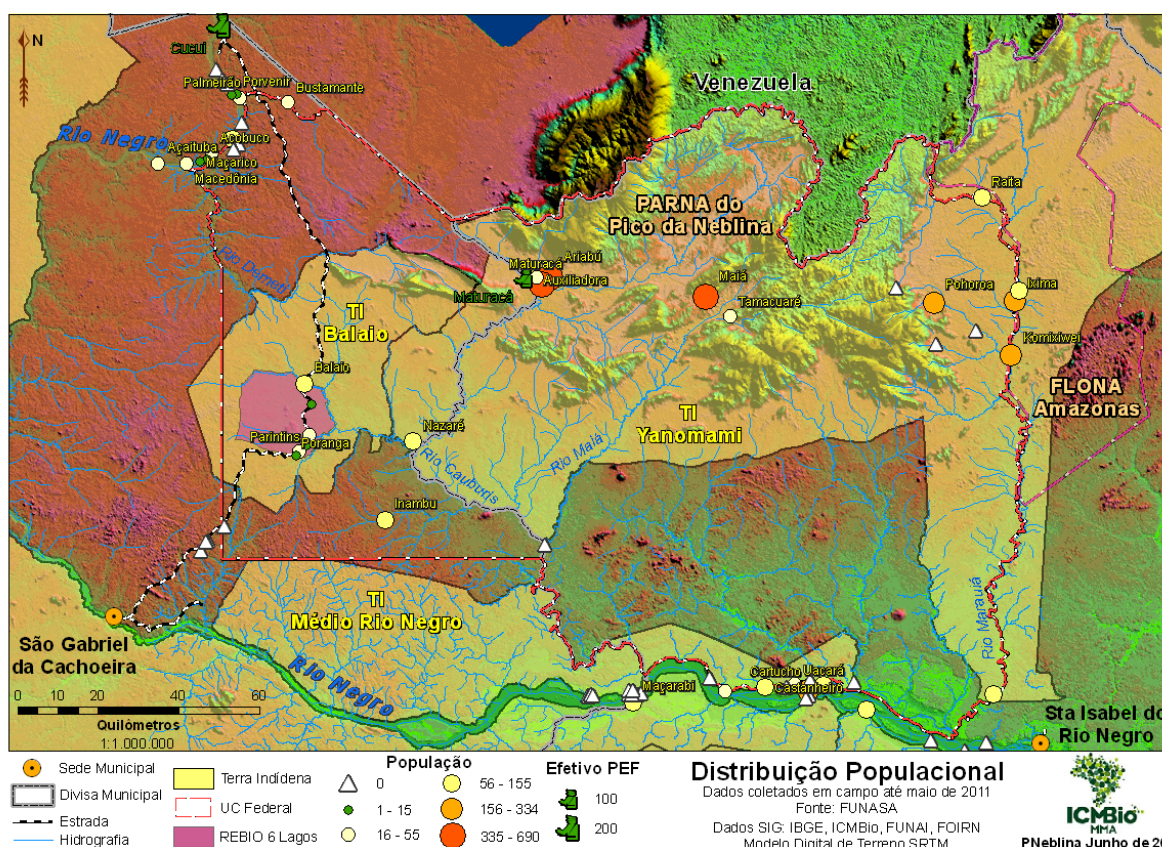
## MAPA TEMÁTICO

O mapa abaixo foi elaborado em exercício colaborativo conduzido pelo cursista yanomami Vilmar Santos que participou do projeto FORMAR PNGATI no ciclo de formação oferecido pelo Instituto Internacional de Educação Brasileiro (IEB) e financiado pela Fundação Moore. Na ocasião, o exercício de mapeamento foi apoiado pelo ICMBio e contou com a participação de representantes das comunidades de Maturacá e de Ariabú que contribuíram com indicações dos locais de caça e pesca, os rios e afluentes, a serra do Baruri, a Opota Maki (Serra do Tatu ou, na linguagem dos napë, Serra do Padre pela alusão a presença de três formações rochosas supostamente identificadas como um padre e seus co-roinhas), a serra do Jordão, a serra do Gavião, o Pico da Neblina (Yaripo), o quartel do exército, escolas, Missão Salesiana, Posto de Saúde. A micro-usina foi desenhada, mas não está em funcionamento atualmente. No mapa, foram indicadas as áreas das comunidades de Auxiliadora e de União, porém estas não entraram no levantamento de dados dos questionários.

## DISPONIBILIDADE E USO DOS RECURSOS NATURAIS

Em relação à pesca e à caça, são utilizados principalmente as áreas dos igarapés Manguari, Abacate e Buçu. Como a população cresceu muito e o aumento do consumo de alimentos como sua consequência, os peixes e a caça começaram a escassear nas regiões mais próximas à comunidade.

Um aspecto muito importante a ser ressaltado é que os próprios Yanomami estabeleceram uma área para ser reserva de caça, somente usada para festas tradicionais, localizada acima do Canal Maturacá, na cabeceira do Rio Cauaburis. A margem direita do Rio Cauaburis (conferir), constitui outra reserva de caça para festas tradicionais, sendo utilizada em anos alternados para preservar as espécies caçadas. Nessas regiões, há muita fartura de peixes e são encontradas diversas espécies de caça, como macacos, porcos, etc.



Mapa com a distribuição populacional no interior do Parque Nacional do Pico da Neblina (2011)

Da floresta são retirados cipó e madeira para construção de casas e canoas, bem como para lenha. São exemplos de espécies de madeira usadas a acariquara, itaúba, angelim, angelim-cedro, louro, dentre outras. Também há coleta de muitas frutas para alimentação da comunidade. Caraná é empregado no telhado das casas. Os Yanomami também estabeleceram uma reserva para retirar material para construção de casas e da casa ritual, uma área na cabeceira do Canal Maturacá.

Também abrangendo a questão dos recursos naturais, observa-se a existência de ouro, pedras preciosas e minérios na região, essencialmente na Serra do Padre e do Pico da Neblina.

O mapa da abaixo abrange a área das comunidades de Ariabú e de Maturacá. Ressalta-se a importância da confecção de outros mapas, inserindo as áreas das demais comunidades do Rio Cauaburis, como Nazaré, Inambú e Maiá; todas elas vinculadas a AYRCA. Isso pode ser realizado em uma próxima etapa, feita por representantes residentes nas comunidades.

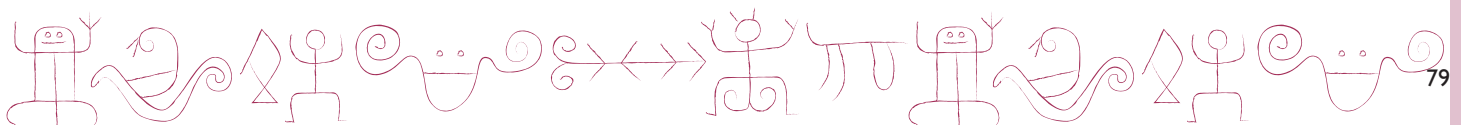


## AMEAÇAS AO TERRITÓRIO

As principais ameaças são o lixo que é produzido pela própria comunidade, a contaminação das águas, as doenças, o surgimento de roças grandes, o garimpo. Outra ameaça é o acúmulo de lixo nas trilhas, na floresta e no Pico da Neblina, deixado pelo Exército e Marinha.

Pesquisa clandestina, turismo ilegal e a pesca de peixes ornamentais também constituem ameaças ao território Yanomami.

A derrubada de árvores na beira do rio é uma ameaça, porque está degradando a água, essencial para a população Yanomami. Tradicionalmente, a retirada de madeira é feita em áreas mais



distantes, para que não haja tanto impacto para a comunidade.

Quando realizadas patrulhas na região do Pico da Neblina seria necessário que o Exército e outras instituições, como a Marinha e a Aeronáutica, entrassem em contato com a associação AYRCA para que fosse permitida a entrada no território Yanomami do Rio Cauburis.

Em relação à pesca e à caça, são utilizados principalmente as áreas dos igarapés Manguari, Abacate e Buçu. Como a população cresceu muito e o aumento do consumo de alimentos como sua consequência, os peixes e a caça começaram a escassear nas regiões mais próximas à comunidade.

Um aspecto muito importante a ser ressaltado é que os próprios Yanomami estabeleceram uma área para ser reserva de caça, somente usada para festas tradicionais, localizada acima do Canal Maturacá, na cabeceira do Rio Cauaburis. A margem direita do Rio Cauaburis (conferir), constitui outra reserva de caça para festas tradicionais, sendo utilizada em anos alternados para preservar as espécies caçadas. Nessas regiões, há muita fartura de peixes e são encontradas diversas espécies de caça, como macacos, porcos, etc.

Da floresta são retirados cipó e madeira para construção de casas e canoas, bem como para lenha. São exemplos de espécies de madeira usadas a acariquara, itaúba, angelim, angelim-cedro, louro, dentre outras. Também há coleta de muitas frutas para alimentação da comunidade. Caraná é empregado no telhado das casas. Os Yanomami também estabeleceram uma reserva para retirar material para construção de casas e da casa ritual, uma área na cabeceira do Canal Maturacá.

Também abrangendo a questão dos recursos naturais, observa-se a existência de ouro, pedras preciosas e minérios na região, essencialmente na Serra do Padre e do Pico da Neblina.

## SITUAÇÃO ATUAL DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Existem 3 escolas, uma estadual e duas municipais. Todas tem um ensino diferenciado, em Yanomami. Há a Missão Salesiana em Maturacá, onde está instalada a escola estadual Imaculada Conceição.

Existem três escolas nas comunidades. Há uma escola estadual de ensino fundamental e médio, a Escola Estadual Imaculada Conceição, instalada na Missão Salesiana. Existem mais duas escolas municipais que abrangem o ensino até o 2º ano: a Escola OHMAUE e a Escola Padre Pedro Durant, em Maturacá.

O pajé é o primeiro a ser procurado em caso de problemas de saúde. As principais doenças relatadas pelos moradores foram: doença do espírito, malária, gripe, diarreia, canseira, etc. Quanto à saúde, há um posto de saúde para atender os moradores da localidade. Em Ariabú existem 8 xaporis (pajés) e Maturacá conta com 12, totalizando assim 20 xaporis nas duas comunidades.

Os Yanomami preferem utilizar a medicina tradicional dos pajés, através do ritual chamado xamanismo ou hekura. Em segundo lugar, buscam o pólo base, para receberem a medicina do homem branco. O agente de saúde yanomami é outra alternativa para conseguir atendimento quando a doença é mais simples ou necessita de um acompanhamento no dia-a-dia. Em último caso, há sempre a esperança de cura dos Yanomami.





## ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Os questionários realizados no período de dispersão do 3o módulo do curso revelaram muitas informações importantes sobre as comunidades de Ariabú e de Maturacá.

São 2000 pessoas vivendo na região. São 83 casas em Ariabú e 69 em Maturacá, sendo 152 casas no total. Há aproximadamente 350 famílias em Ariabú e em Maturacá, são cerca de 320 famílias. Todos os moradores falam Yanomami. Todas as famílias deram nomes Yanomami aos filhos e aos netos, sendo que o avô foi o responsável pelo benzimento para dar o nome tradicional. Entretanto o nome tradicional não deve ser pronunciado por se tratar de um benzimento, sendo então adotado um nome do napë (homem branco) para o uso cotidiano.

Todas as famílias possuem fonte de renda, sendo que o número que recebem salário de professor são 23 e de salário de agente de saúde são 9. Os benefícios do governo são recebidos por 134 famílias que recebem o bolsa-família e por 64 pessoas que possuem aposentadoria. Nas duas comunidades, a maioria dos moradores possui documentação completa (RG, CPF, Título de Eleitor, Rani e Carteira de Trabalho). Todas as famílias fazem algum tipo de artesanato. Todas as famílias vivem permanente no local, fazem roça, caçam e pescam. Aproximadamente 10 famílias possuem malhadeira.

A comunidade possui um gerador, mas o motor está em manutenção. Não possui radiofonia, somente a SESAI possui esse equipamento em seu pólo base. A comunidade não tem acesso à internet, placa solar ou banheiro. No total, há 60 televisores nas duas comunidades. Existe uma pista para pouso de grandes aeronaves, utilizada pela SESAI.

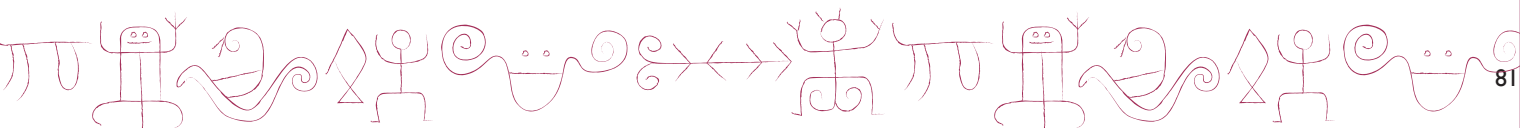
O questionário destinado aos Yanomami foi um pouco diferenciado, com a inclusão de algumas questões. Em resposta à questão “O que você espera do futuro?”, as pessoas tem a esperança que se reconheçam as tradições, os costumes e as crenças dos Yanomami. Também relataram esperar melhorias na saúde e na educação das crianças e jovens. Em um questionário, a pessoa relatou que deseja que “sempre a comunidade espera uma coisa positiva, onde todas as famílias possam ser beneficiadas e ter melhoria em cada família”.

O povo Yanomami deseja possuir um centro de capacitação, e a disponibilização de recursos para apoiar melhorias em sua estruturação. Nesse momento um trabalho colaborativo está em andamento e conta com trabalhadores voluntários das comunidades yanomami, com isso, em novembro de 2014, foi inaugurado um Centro de Capacitação da AYRCA feito nos moldes construtivos tradicionais. Essa construção contou também com aporte de recursos financeiros e colaborações institucionais do ICMBio e FUNAI além de diversas outras parcerias, dentre elas: Salesianos, Exército e Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira.

## ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

### **Proteção territorial e dos recursos naturais**

Tradicionalmente, o povo Yanomami protege o território e seus recursos naturais. Nas comunidades, isso fica evidente visto o estabelecimento de áreas como reserva de caça, pesca e coleta, para preservar o ecossistema, bem como a alternância da utilização dessas reservas (de 2 em 2 anos). Os Yanomami sempre tiveram a preocupação de preservar os cursos d'água, evitando causar impactos na beira dos rios e igarapés.



### **Governança e participação indígena**

Os Yanomamis possuem participação no Comitê Regional da Funai de São Gabriel da Cachoeira e de Santa Izabel do Rio Negro. Possuem representantes no Conselho Gestor do Parque Nacional do Pico da Neblina. Os Yanomami participam de cursos de formação para implementação da PNGATI. Também participaram de fóruns de discussão de políticas públicas, como os realizados pela organização Rios Profundos.

### **Áreas protegidas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas**

Como há sobreposição de terra indígena Yanomami e unidade de conservação, é necessário maior diálogo entre os órgãos governamentais para propor ações conjuntas no território Yanomami.

### **Prevenção e recuperação de danos ambientais**

Os povos Yanomamis já têm em sua cultura a preservação do ambiente natural, com ações que visam a prevenção de danos ambientais. Mesmo com o aumento populacional, há consciência dos Yanomamis para evitar maiores impactos sobre o ambiente.

### **Uso sustentável dos recursos naturais e iniciativas produtivas**

Os Yanomamis tradicionalmente preservam o ambiente, com manejo sustentável dos recursos naturais. É realizada a agricultura de subsistência, todas as famílias cultivam sua própria roça, e realizam coleta na floresta de frutas e materiais para construção de casas.

### **Propriedade intelectual e patrimônio genético**

Até os dias atuais, os povos Yanomamis mantêm fortemente suas tradições, costumes e crenças. Os usos tradicionais são passados de geração

para geração. Os Yanomamis devem ter seus direitos reconhecidos na repartição de benefícios resultantes da utilização de seus conhecimentos e tradições.

### **Capacitação e formação, intercâmbio e educação**

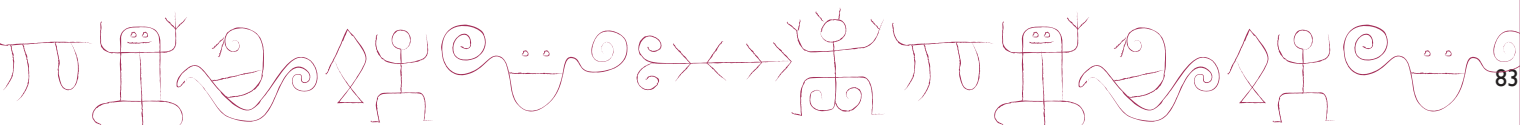
O Icmbio e a Funai estão promovendo cursos de capacitação para os Yanomamis das comunidades de Ariabu e de Maturacá.

A UFAM está realizando cursos da licenciatura indígena para professores de toda a região Yanomami (Marauíá, Maturacá, Maiá, Nazaré e Inambú).

Os Yanomamis solicitam mais cursos para capacitação e formação continuada, para qualificar e capacitar os moradores das comunidades.



<b>Educação</b>
<b>Problema:</b> As escolas apresentam estrutura inadequada e insuficiente para atender aos alunos.
<b>Solução:</b> Estruturar melhor as escolas municipais.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Maior repasse de recursos da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira às escolas das comunidades.
<b>Problema:</b> Necessidade de melhorar a formação dos professores.
<b>Solução:</b> Ampliação da SEDUC, para promover mais cursos técnicos e para capacitação dos professores.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Contatar a Secretaria de Educação da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e instituições parceiras para ministrar os cursos.
<b>Saúde</b>
<b>Problema:</b> Posto de saúde com equipamento e estrutura inadequada.
<b>Solução:</b> Melhorar a estrutura e equipar o posto de saúde.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Maior repasse de recursos para a SESAI, para ser investida no posto de saúde.
<b>Problema:</b> Não há dentista para atender a comunidade.
<b>Solução:</b> Necessário um dentista e equipamentos próprios.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Contratação de um profissional cirurgião dentista e compra de equipamentos para atender à população.
<b>Problema:</b> Não há médico no posto de saúde, somente técnicos de enfermagem para atender os pacientes.
<b>Solução:</b> Presença de um médico permanente.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Contratação de um profissional médico para atender à população.
<b>Problema:</b> O carro da SESAI para transporte dos pacientes pela BR-307 é antigo, com falta de manutenção, resultando em muitas quebras.
<b>Solução:</b> Melhorar o transporte pela BR, sendo necessária a troca do carro por um modelo mais novo.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Repasse de verba do Ministério da Saúde para a SESAI visando a compra de novo automóvel, adequado para o transporte de pacientes.
<b>Problema:</b> Falta de medicamentos.
<b>Solução:</b> Otimizar e ampliar o fornecimento de medicamentos para os pacientes.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Repasse de verba do Ministério da Saúde, ou da Secretaria de Saúde, para a SESAI visando a compra e distribuição de remédios para a população.
<b>Problema:</b> Não há gerador para o posto de saúde.
<b>Solução:</b> Necessária a instalação de um gerador exclusivo para o posto.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Repasse de verba do Ministério da Saúde, ou da Secretaria de Saúde, para a SESAI visando a compra de gerador.
<b>Problema:</b> Poucos vôos para o transporte de pacientes para atendimento em São Gabriel da Cachoeira, Manaus e Boa Vista.
<b>Solução:</b> Melhorar o transporte dos pacientes por avião, aumentando a frequência dos vôos. Atualmente, o transporte é realizado somente 2 vezes por mês.

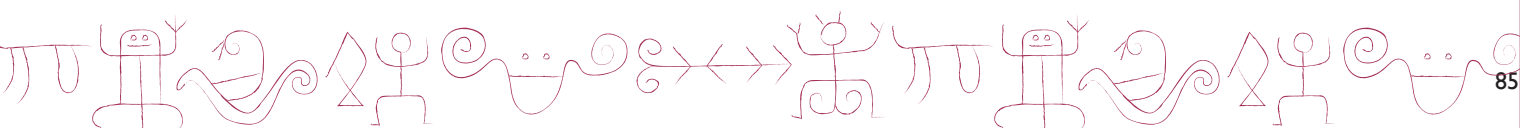


<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Repasse de verba do Ministério da Saúde, ou da Secretaria de Saúde, para a SESAI para aumentar o número de vôos. Convênio com a FAB para utilização de aviões militares para transporte de pacientes.
<b>Problema:</b> Número de agentes de saúde insuficiente para atender toda a população.
<b>Solução:</b> Promover mais cursos e aumentar a contratação para agentes de saúde.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Repasse de verba do Ministério da Saúde, ou da Secretaria de Saúde, para a SESAI objetivando a promoção de cursos de formação e para a contratação de agentes de saúde.
<b>Comunidade</b>
<b>Problema:</b> Precisa de um gerador (motor 50 KVA) para puxar água da fonte.
<b>Solução:</b> Compra de um novo gerador.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Contatar as organizações governamentais competentes.
<b>Problema:</b> Questão do lixo (não há coleta).
<b>Solução:</b> Maior conscientização da população, implementação de coleta de lixo, estudo para destinação do lixo, reciclagem.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Conscientização através da Educação ambiental (pode ser dada nas escolas e por instituições governamentais e parceiras, de maneira formal, informal e interdisciplinar). Coleta de lixo é atribuição da Prefeitura do Município de São Gabriel da Cachoeira, bem como a responsabilidade com a destinação dos resíduos e reciclagem.
<b>Problema:</b> Questão da água contaminada.
<b>Solução:</b> Tratamento da água e saneamento.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Contatar a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.
<b>Problema:</b> Comunidade não possui meio de transporte para ser utilizado em caso de emergências de atendimento de saúde.
<b>Solução:</b> Obtenção de uma voadeira e um motor para a comunidade destinada a deslocamentos para atendimento a saúde.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Contatar a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, o Governo do Estado do Amazonas, o Governo Federal, a Funai, para disponibilizar recurso para compra do meio de transporte.
<b>Problema:</b> Caça e a pesca estão cada vez mais distantes da comunidade.
<b>Solução:</b> A caça e a pesca estão escasseando por conta do aumento da pressão de consumo, devido ao aumento demográfico e concentração da população em um mesmo local. Uma alternativa seria o manejo da caça e pesca de forma sustentável. Outra solução é a criação de peixes, aves e suínos pela população.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa para dar suporte à criação de animais e para elaborar planos de manejo sustentável na região.
<b>Problema:</b> Dificuldade no escoamento e comercialização dos produtos da comunidade.
<b>Solução:</b> Melhor estruturação da associação para comercializar os produtos da comunidade (artesanato, cipó títica, instrumentos tradicionais feitos a mão, produtos da agricultura, farinha, etc.), garantindo um repasse mais justo do lucro das vendas, sem atravessadores.



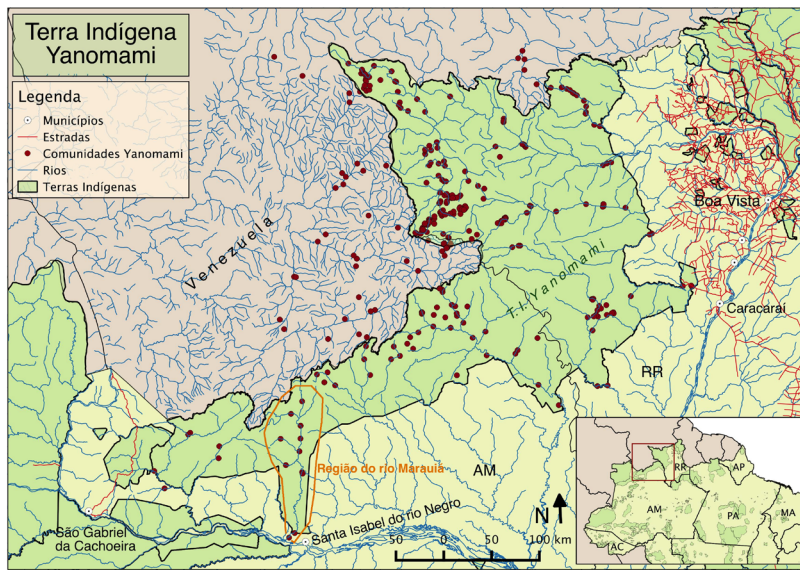
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Maior empenho das lideranças da associação para formalizar as atividades de comercialização e venda de produtos tradicionais.
<b>Problema:</b> Rede de telefone sem manutenção, dificultando muito a comunicação.
<b>Solução:</b> Manutenção constante da rede de telefonia.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Cobrar da Embratel, empresa responsável pela telefonia na região, melhor prestação de serviços.
<b>Problema:</b> Pesquisa clandestina (sem autorização do ICMBio, Funai e dos Yanomami).
<b>Solução:</b> Maior divulgação dos procedimentos para licença de pesquisa junto às instituições científicas.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Contatar as instituições de pesquisa.
<b>Problema:</b> Tráfico de entorpecentes.
<b>Solução:</b> Fiscalização da área por parte do ICMBio, Funai, Polícia Federal, Exército.
<b>Caminhos para chegar às soluções:</b> Contatar os órgãos competentes para a realização de trabalho conjunto.
<b>Outros Problemas</b>
<b>Problema:</b> Turismo ilegal.
<b>Problema:</b> Os comerciantes “atravessadores” exploram os moradores, cobrando valores muito altos para frete, transporte e venda de mercadorias.
<b>Problema:</b> Entrada de bebidas alcoólicas em terra indígena.
<b>Problema:</b> Caça e pesca ilegal em área de terra indígena e de unidade de conservação.

<b>Propostas de Ação e Recomendações</b>
Mobilizar, sensibilizar e informar as comunidades com o objetivo de elaborar um planejamento.
Promover cursos de capacitação para os Yanomami.
Maior participação dos Yanomami nas decisões políticas referentes a questões envolvendo o território indígena (ambientais e territoriais).
Maior articulação dos órgãos institucionais em prol dos povos Yanomami.
Fortalecimento da AYRCA, associação que representa os povos Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes.
Caminhos para chegar às soluções: Contatar a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.
Buscar alternativas para geração de renda da comunidade.
Maior fiscalização na área Yanomami para coibir infrações como garimpo, bebida alcoólicas e entorpecentes, pesca e caça ilegal.



# RIO MARAUIÁ, TERRA INDÍGENA YANOMAMI SANTA ISABEL DO RIO NEGRO - AM

**Autores:** Adriano Pukimapiweiteri Yanomami (Liderança do xapono Pukima Cachoeira, Conselheiro da KURIKAMA e do Conselho Gestor do Parque Nacional do Pico da Neblina); Anne Ballester Soares (Coordenadora da organização Rios Profundos)



O rio Marauíá faz parte da Terra Indígena Yanomami, que foi demarcada em 1989 e homologada em 1992. Nesta terra vivem 21.647<sup>1</sup> pessoas, na sua maioria Yanomami, mas também vivem algumas pessoas do povo Ye'kuana. Os Yanomami se dividem em cinco (5) sub grupos que falam línguas diferentes: Yanomami, Yanomae, Ninam, Sanoma e Yawari. A Terra Indígena Yanomami se situa nos estados do Amazonas e de Roraima.

O rio Marauíá se localiza na parte ocidental da T.I. Yanomami. Espalham-se nas suas margens e nos seus afluentes doze (12) casas coletivas, que se chamam de xapono, onde vivem cerca de 1.850<sup>2</sup> pessoas e a língua falada é o Yanomami. A região do Marauíá se encontra no estado do Amazonas, no município de Santa Isabel do Rio Negro. O rio Marauíá é um afluente da margem esquerda do Rio Negro, que desagua a montante da cidade de Santa Isabel do Rio Negro. A bacia hidrográfica desse rio se encontra,

na maior parte do seu curso, dentro da Terra Indígena Yanomami. O xapono do Bicho-Açu se localiza nas proximidades da cidade, no baixo Marauíá e no alto Marauíá, próximo à fronteira com a Venezuela, encontram-se as comunidades do Kona e Momohiteri, e no afluente Pukima, o xapono do Pukima-Cachoeira. O Marauíá é também o entorno oriental do PARNA Pico da Neblina. Como não tivemos condições de realizar pesquisas e entrevistas em todas as comunidades do rio, este trabalho foi focado nas comunidades de Bicho-Açu e Pukima Cachoeira, que apresentam duas realidades distintas em muitos aspectos e assim passam um quadro representativo da realidade do Marauíá.

A presença de corredeiras e algumas cachoeiras ao longo do leito do rio Marauíá é uma proteção natural, deixando a navegação possível somente em barcos pequenos e impede a navegação de barcos grandes. No tempo da seca, a navegação se torna ainda mais difícil e a viagem até os xapono mais distantes chega a levar uma semana de motor rabeta.

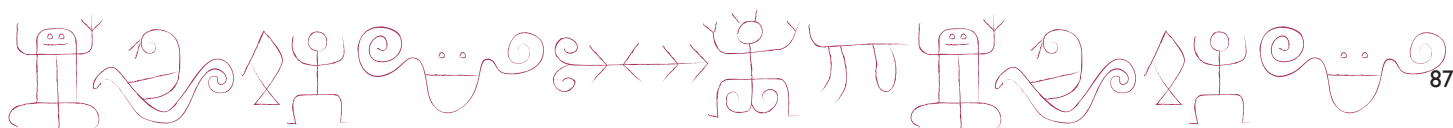
<sup>1</sup> 862 Dados do censo populacional do DSEI-Y, 2013.  
Dados do censo populacional do DSEI-Y, 2013.



## ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Os Yanomami são originários da Serra Parima, nas cabeceiras dos rios Orinoco. No começo do século XX, os diferentes grupos locais yanomami iniciaram um movimento de expansão em direção às terras baixas. Os atuais moradores do Marauíá descendem todos do grupo Karawētari, que no início do século XX vinham se movimentando em direção aos afluentes da margem esquerda do médio rio negro, fugindo dos ataques dos posikomimateri.

A presença dos Yanomami nessa região data de menos de cem anos. O grupo dos Karawētari chegou na década 40 pela Serra Imeri, na fronteira com a Venezuela, onde fizeram guerra com os Posikomimateri por causa de mulher. Fugiram, até o lugar chamado Xekerei, perto das cabeceiras do rio Marari, na sua margem esquerda, onde morava outro grupo, com o qual guerrearam. Espantaram-nos e, depois de um certo tempo se deslocaram para o lugar chamado Apiapihiwei, perto do atual Kona, no rio Marauíá. Neste lugar, encontraram novamente aquele grupo. Guerrearam e espantaram-nos novamente. Passado algum tempo, se deslocaram novamente, retrocedendo pelo mesmo caminho até o lugar chamado Hōriapiwei, aproximando-se do rio Marauíá, onde, outra vez, encontraram aquele grupo com o qual novamente brigaram e o expulsaram. Estabeleceram-se no Yāimoropiwei, e indo de henyomi, os encontraram de novo no lugar onde haviam construído o xapono deles no Xitipapiwei. Expulsaram-nos mais uma vez e, para fugir dos ataques contínuos dos Posikomimateri, os Karawētari abriram o xapono de Hāyanae, no rio Kapirota, na atual região do Pohoroa. Chamaram-se então Hāyanaeteri. Lá houve epidemia de infecções



respiratórias. O xapono era muito grande, e isso causou conflitos que levou à divisão do grupo em quatro: uma parte foi morar na serra Ironasi, outros no Xamata, outros no Tirei, primeiro nome do Pohoroa Centro, e outros no Purimapíwei.

Foi nessa época que os padres e os Yanomami se encontraram pela primeira vez, na década de 1960, na boca do ig. Kapirota, em frente à atual missão. Lá, os padres estabeleceram contato e convidaram os Xamatauteri para trabalhar na construção da missão. Entregaram terçados, machados, tabaco de corda, faca, anzol, linha de pesca e rede (somente para os chefes). Mais tarde, entregaram ferramentas para extrair sorva que eles trocavam, como também pele de onça e outros produtos, com espingardas.

O chefe dos Purimapíwei faleceu e o grupo se deslocou, em seguida, até o lugar chamado Masiripíwei. Após o óbito de dois filhos do chefe, mudaram-se para o lugar chamado Pukimapíwei, na beira do igarapé Pukima, localizado acima do atual Pukima-Cachoeira. Houve então epidemias de sarampo e curúba, oriundas da missão onde pessoas do Xamata e do Pukima estavam trabalhando na construção da missão salesiana e onde houve a visita dos Këpropëteri, provenientes do rio Aracá, que trouxeram essas doenças do rio Padauri, onde tiveram contato com os piaçabeiros e seringueiros.

Apesar deste contato com os salesianos, os padres não cuidaram dos Pukimapíweiteri durante a epidemia de sarampo. Do Pukima, fugiram para o mato, para que o vento e as montanhas não deixem as doenças acabarem com eles. Mesmo assim, morreram muitos e deslocaram-se novamente até o lugar chamado Nimopítotowei, próximo a atual Pukima

Cachoeira 2. Estabeleceram-se no lugar chamado Āiamona, selva adentro. Voltaram em seguida a se estabelecer no lugar chamado Yãimoropíwei. Passaram vários anos lá e foram, ao final, se estabelecer no Pukima, atualmente chamado Pukima-Beira, porque os funcionários da Funai haviam os chamado para morar na beira do rio, a fim de supostamente cuidar melhor da saúde, apesar das epidemias terem terminado.

Em 1992, os Pukimapíweiteri se dividiram por causa do assassinato de uma mulher. Assim nasceu o xapono do Raita.

Em 2007, os Pukimapíweiteri se dividiram: Pukima-Cachoeira e Pukima-Beira, porque uma parte queria deixar este lugar por causa das doenças (malária, diarreia, furúnculo, conjuntivite...) que sempre havia lá.

## IRONASITERI

Os Ironasiteri, deixando a serra Ironasi, por sua parte, desceram em seguida o rio Kapirota e descobriram um rio maior que depois chamaram de Komixiwë, por causa das folhas de ubim que ali se encontravam em grande quantidade. Lá, encontraram os seringueiros napë espalhados ao longo do rio Marauiá, com quem estabeleceram uma relação de troca e chegaram até a trabalhar para eles. Seguiram seguindo as margens deste rio. Moraram então na região do ig. Irapajé. Moraram ali e depois subiram o rio até Apuí onde construíram um novo xapono. Lá foi construído o primeiro posto da Funai, para evitar os conflitos entre os grupos. Houve novamente conflitos entre eles e se dividiram. Um grupo ficou no Apuí e outro foi morar no Coatá. Estes resolveram de procurar outro lugar porque havia ameaças de mais brigas. Eles





foram morar no lugar onde tinham morado os antepassados, no Irapajé.

Os que ficaram morando no Apuí decidiram descer o rio para procurar outro lugar, após o óbito de um grande xamã. Em 1999, houve também brigas entre os do Apuí e se dividiram. Um grupo foi morar no lugar chamado Bicho-Mirim e outro no Cancão, fora da T.I. Yanomami, mas ainda no rio Marauaiá. Devido a esta situação, o grupo não recebia apoio por parte das organizações encarregadas da saúde e educação yanomami. O posto da Funai do Apuí foi deslocado para Bicho-Açu em 2000.

Eles moraram assim, separados. Em 2001, houve briga no Bicho-Mirim. Pohoroa veio de cima e entrou no conflito para fazer guerra contra os Ironasiteri. Eles queimaram o xapono do Irapajé. Os Ironasiteri se zangaram e foram se espalhar nas comunidades do Rio Negro e depois se vingaram atiraram nas pessoas do Pohoroa, indo morar na sequência no rio Jurubaxi. A FUNAI e a Secoya pediram para eles morarem novamente no rio Marauaiá. Em 2002, voltaram e limparam o local chamado Bicho-Açu, dentro da TI Yanomami, e construíram o novo xapono, reunindo as três comunidades Ironasiteri do Irapajé, Bicho-Mirim e Cancão.

Os do Xamata se deslocavam regularmente entre Xamata e a Missão. Em 1995, se dividiram: Ixima e Xamata. Ixima está neste mesmo lugar desde então.

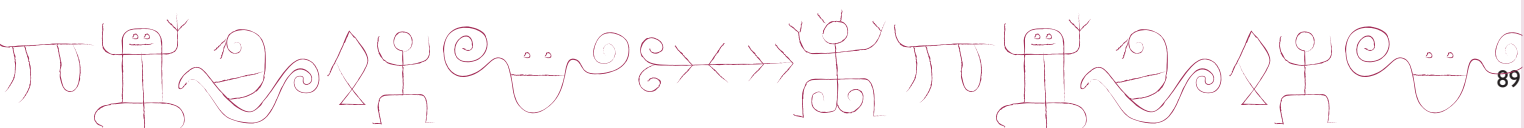
Os que moravam no Tirei foram se estabelecer na cabeceira do rio Maia, por causa de conflitos com os Xamatauteri. Retornaram no Tirei, em seguida se mudaram para Æiamona. Estabeleceram-se em seguida no lugar chamado

Pohoroa Centro, perto de Tirei. Mudaram para um lugar próximo, Sisimipihiwei, depois Kõeta, Mokohepiwei, e depois no rio Kapirota onde se estabeleceram, porque os padres os chamaram, prometendo escola, na década de 60. O xapono chegou a atingir uma população de mais de 500 pessoas. Uma parte se dividiu e foi morar no Yapahana em 1996. Depois, em 2008 este grupo se estabeleceu na margem direita do Marauaiá, no Tabuleiro. Em 1998, outra parte do Pohoroa foi morar no Xitipapiwei e se mudou em 2009 para Balaio, no igarapé do mesmo nome, afluente do Marauaiá. Em 2012, outra parte do Pohoroa se deslocou para Jutaí, na margem direita do Marauaiá, abaixo do Tabuleiro.

Os antepassados começaram a morar em outras partes desta região. Moravam lá pelo norte. Havia guerra somente entre os Yanomami, vindos de diversas direções. A partir disso, descobriram a região Hayanae onde construíram um xapono enorme. Todos eles se chamaram Hayanaeteri.

Ali, no Hayanae, chegaram os primeiros padres salesianos. Neste mesmo lugar, os Yanomami começaram a ter conflitos. Por isso, procuram outra região e encontraram a serra Ironasi. Estabeleceram um novo xapono e passaram a se chamar Ironasiteri.

Seguiram em seguida o rio Kapirota e descobriram um rio maior que depois chamaram de Komixiwë, por causa da folha de ubim que se encontrava em grandes quantidades. Seguiram seguindo as margens deste rio. Moraram então na região do Irapajé. Moraram ali e depois subiram o rio até Apuí onde construíram um novo xapono. Houve novamente conflitos entre eles e se dividiram. Um grupo ficou no Apuí e outro



foi morar no Coatá. Estes resolveram procurar outro lugar porque havia ameaças de mais brigas. Eles foram morar no lugar onde tinham morado os antepassados, no Irapajé.

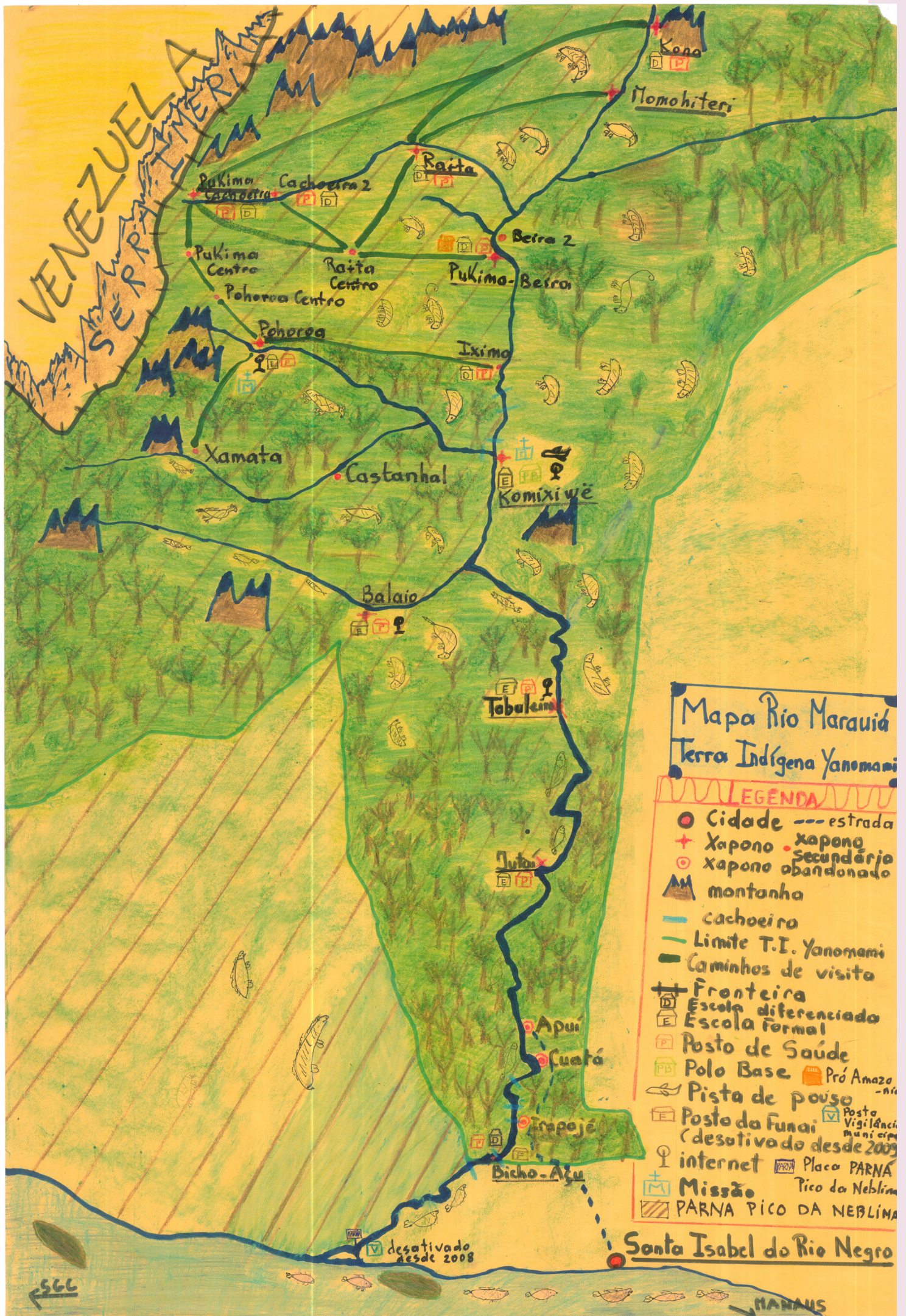
Os que ficaram morando no Apuí decidiram descer o rio para procurar outro lugar, após o óbito do pajé grande. Houve também brigas entre os do Apuí e se dividiram. Um grupo foi morar no lugar chamado Bicho-Mirim e outro no Cancão, fora da T.I. Yanomami, mas ainda no rio Marauíá. Devido a esta situação, o grupo não recebia apoio por parte das organizações encarregadas da saúde e educação yanomami. Eles moravam assim separados. Houve briga no Bicho-Mirim. Pohoroa veio de cima e entrou no conflito para fazer guerra contra os Ironasiteri. Eles queimaram o xapono do Irapajé. Os Ironsiteri se zangaram e foram se espalhar nas comunidades do Rio Negro. Atiraram nas pessoas do Pohoroa e depois foram morar no rio Jurubaxi. A FUNAI e a Secoya pediram para eles morarem novamente no rio Marauíá. Voltaram a limpar o local chamado Bicho-Açu e a construir o novo xapono, reunindo as três comunidades Ironsiteri do Irapajé, Bicho-Mirim e Cancão.

## FORMAS TRADICIONAIS DE MANEJO

Para assegurar sua autonomia alimentar, os Yanomami se deslocavam muito: são tradicionalmente um povo semi-nômade. Ao longo das caminhadas à procura de alimentos silvestres (wayumî), eles encontravam lugares adequados para construir seus xapono. Assim, cada comunidade possuía sempre dois xapono, abandonando sempre o mais velho, e construindo sempre um novo, de maneira a estar sempre vivendo em locais fartos de recursos naturais. Com a chegada dos napë, Funai e salesianos, os Yanomami começaram a se sedentarizar e a desenvolver uma relação de troca através do artesanato (cestos, flechas, pele de onça, jacaré, cobra, calango e sapo, crânio de macaco e onça e cipó titica). Estes trabalhos os afastaram de suas atividades tradicionais, a extração do cipó titica fez com que os yanomami começassem a passar fome. Em função disso, em 2002, alguns xapono decidiram parar esta extração para poder se dedicar a suas roças.

Cada xapono tem um território delimitado para caçar e pescar. Essas delimitações são acordos consensuais. Entre o território de dois xapono, há sempre há uma faixa neutra e as caças vão de um lado ou outro. Atualmente, devido a diminuição de ofertas de alguns recursos, estão começando a haver alguns conflitos. Na localização próxima dos xapono do Jutai e Tabuleiro, por exemplo, começou-se a criar um problema, com Tabuleiro indo pescar e caçar no território do Jutai. Sendo assim, o grupo do Jutai vai pescar e caçar no território do Bicho-Açu. Por outro lado, a motorização das embarcações faz que os Yanomami, hoje em dia, pesquem mais longe e então invadem o território de pesca e caça dos outros.





## AMEAÇAS AO TERRITÓRIO

Apesar de ter sido no passado um lugar farto em peixe e caça, quando parou a fiscalização rígida do território por parte da FUNAI, em 2000, os pescadores e caçadores de Santa Isabel começaram a entrar pela boca do Marauiá, fechando o rio com malhadeiras, pelo igarapé Arixana, cuja cabeceira se localiza dentro da terra yanomami, e pelo caminho do Jabuti que liga os xapono do Baixo Marauiá à cidade de Santa Isabel.

A sedentarização dos Yanomami e a localização sistemática nas margens do rio Marauiá e dos seus afluentes (Kapirota (Rapirapi) e Pukima) tornam a fiscalização pelos Yanomami muito limitada. Não se sabe das possíveis invasões da Serra Ruwëmi, antigo caminho dos Këpropëteri, por parte de garimpeiros vindos da Venezuela e de Roraima. Recentemente foram encontrados rastros nestes caminhos suspeitos de presença de invasores.

## DIAGNÓSTICO

Para realização do questionário, foram contemplados dois xapono: Pukima Cachoeira e Bicho-Açu. Devido às suas localizações extremas na região e características diferentes, estes dois xaponos apresentam um quadro que representa bem a realidade do Marauiá, sendo um xapono mais próximo à cidade e mais dependente de seus recursos e outro mais isolado e mais autônomo em termos de segurança alimentar.

## PUKIMA CACHOEIRA

No xapono do **Pukima Cachoeira**, o mais afastado da cidade, a situação alimentar é ainda confortável: ainda tem caça e peixe, apesar de uma diminuição com relação ao passado, e os frutos silvestres são ainda fartos. Esta comunidade ainda mantém o hábito de ter dois xapono e isso impede a população de passar fome.

As fontes de renda são mais reduzidas: somente cinco (5) aposentadorias e dois (2) salários de agente de saúde. Ninguém recebia ainda a Bolsa Família, até agora, abril de 2015, quando 16 famílias fizeram seu cadastro, e os professores não são pagos desde 2009, salvo no ano de 2011 quando os professores foram pagos durante este ano pela Prefeitura de Santa Isabel. Por mais que essas fontes sejam usadas majoritariamente de maneira individual, para aquisição de bens de consumo por parte das famílias, há também ocasiões de uso para aquisição de material comunitário (motor ralador, forno, munição para caçadas coletivas, etc.). As mulheres participam do projeto Pro-Arte promovido pela organização evangélica Pro-Amazônia que contempla a produção de artesanato sob a forma de três encomendas maciças a cada três (3) anos.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

Tem uma escola fundada em 1998, onde é praticada uma educação indígena diferenciada através da atuação de três (3) professores yanomami; dois (2) veteranos e um (1) novato. Há uma assessoria esporádica por parte da Secoya, que possui um projeto de apoio à educação Yanomami.



Quanto à saúde, Os Yanomami separam as doenças entre doenças de napë (gripe, malária, diarreia, conjuntivite, curuba, tuberculose...) e doenças de Yanomami que se curam unicamente pela ação do pajé. O sistema de cura procede dos pajés se dá através do contato com os espíritos através da inalação de uma substância alucinógena, o paricá.

A SESAI está atuando na região do Marauiá. No Pukima Cachoeira tem um posto de palha e no Cachoeira 2 um posto de madeira está sendo construído desde 2014. Trabalham dois (2) agentes de saúde yanomami que são também microscopistas, e um técnico de enfermagem.

## BICHO-AÇU

No **Bicho-Açu**, a situação alimentar é muito precária, devido à falta de peixe e de caça. Abriram muitas roças que estão produzindo o suficiente. Os Yanomami não vivem para produzir, mas produzem para viver. Não há quase comercialização dos produtos da roça, é somente para próprio consumo.

Quase todas as famílias recebem Bolsa Família, as outras fontes sendo quatorze (14) aposentadorias, dois (2) salários de agentes de saúde e a venda de artesanato pela Pró-Amazônia.

## EDUCAÇÃO E SAÚDE

O processo escolar do grupo Ironasiteri tomou todas as formas de escola existentes: primeiramente, a escola salesiana, depois a escola municipal, e desde 1999, a escola se tornou escola diferenciada através do Programa Educacional da Secoya.

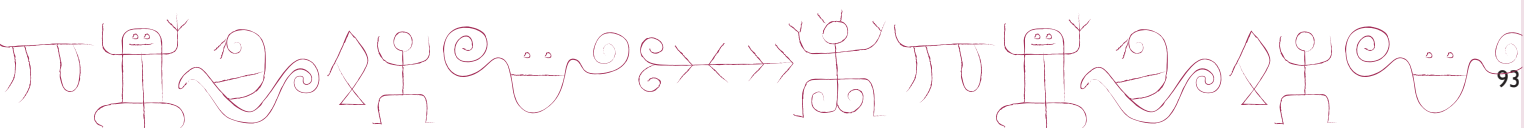
No Bicho-Açu, tem uma escola onde atuam três (3) professores veteranos e três (3) professores novatos e um assessor da Secoya que acompanha o trabalho de forma esporádica.

Há um posto da SESAI onde trabalham dois (2) agentes de saúde microscopistas e um técnico de enfermagem. O xamanismo é forte ainda, e os pajés são sempre solicitados para tomar conta de certas doenças.

## PERSPECTIVA POLÍTICA

Na pergunta final sobre as esperanças para o futuro, as respostas foram unânimes nas duas comunidades: preparar a continuidade da luta pelas novas gerações no intuito de fortalecer a soberania yanomami, sua maneira de viver, sua língua, suas tradições, sua crença, a proteção da terra yanomami como uma só; foram esses os temas que recorreram durante essa pesquisa. A necessidade do ensino do português na perspectiva única de instrumento de defesa através da escola diferenciada e não no intuito de adotar a maneira de viver e pensar dos napë foi outro tema fundamental. A consciência da fragilização dessas idéias entre os jovens foi destacada e reafirmou-se a vontade política de resistência perante as invasões de produtos inúteis do mundo envolvente através da sua tecnologia e a atração dos jovens para a língua portuguesa em detrimento da língua materna.

Em novembro de 2013 foi fundada a Associação Yanomami dos rios Marauiá e Preto – Kurikama. Esta Associação foi criada com o objetivo principal de assegurar a autonomia dos yanomami do rio Marauiá e Preto, representando-os perante os órgãos públicos, lutar pela defesa e gestão do território e pela garantia dos direitos adquiridos.



## **I - Escassez alimentar**

Propostas de ação:

Através da Associação Yanomami do Rio Marauíá e Rio Preto KURIKAMA, mobilizar e conscientizar os xapono, a fim de eles retomarem a forma tradicional de manejo sob a forma de dois xapono por comunidade;

Trabalhar essa questão nas escolas, incluindo a escola formal;

Fazer reconhecer o calendário escolar diferenciado pela SEDUC, seguindo o ritmo de migração dos Yanomami;

Aprovar projetos de fonte de alimentos nativos como o projeto de apicultura promovido pelo Rios Profundos, que poderá no futuro se tornar fonte de renda.

## **II - Acumulo de lixo nos xapono e no rio Marauíá**

Propostas de ação:

Incorporar nos programas educacionais um módulo de educação ambiental, aliás obrigatório pela lei;

Conscientizar as comunidades, organizando equipe de coleta do lixo em cada xapono a ser queimado nas comunidades e uma equipe para recolher o lixo nas cachoeiras e nas margens do rio Marauíá para ser levado até Santa Isabel;

Conscientizar para comprar somente o que é realmente necessário;

Negociar com a Secretaria Municipal do Meio-Ambiente para receber o lixo colhido ao longo do rio Marauíá e das cachoeiras.

## **III - Existência de duas correntes de pensamento: os ‘progressistas’, que querem incorporar mais elementos da maneira de viver falar dos napë, e os ‘tradicionalistas’ que querem manter o que lhes pertence e caracteriza enquanto yanomami**

Propostas de ação:

Pelo diálogo, a KURIKAMA sendo o mediador das discussões para chegar a um consenso justo.

## **IV - As dificuldades encontrados na educação são muitas**

Reconhecimento das escolas e dos professores pelo município de Santa Isabel;

Estadualização das Escolas do Marauíá (em processo);

Criar a estrutura física das escolas de acordo com as especificações da comunidade;

Equipar as escolas com material didático próprio, permanente e de consumo;

Contratar mais profissionais para fazer acompanhamento continuado das escolas Yanomami;

Merenda escolar regionalizada;

Formalizar decreto de criação das escolas Yanomami em Santa Isabel do Rio Negro;

Criar Setor de Educação Escolar Indígena no município de Santa Isabel de Rio Negro;

Formar parcerias com instituições para a produção de material didático bilíngüe;

Curso de formação continuada de professores yanomami, incluindo a área de informática;

A escola formal, em funcionamento em parte das comunidades, regulamenta a vida dos Yanomami e se torna o argumento principal para os Yanomami não perpetuarem a tradição de dois xapono

Propostas de ação:

Através das instâncias estaduais de educação indígena, o Conselho de Educação Escolar Indígena e a Gerência de Educação Escolar Indígenas, e das organizações parceiras, Secoya, Rios Profundos e Salesianos, a KURIKAMA apoiará as reivindicações mencionadas acima;



A KURIKAMA e os parceiros negociarem com a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) a criação de um setor de educação escolar indígena e do decreto de criação das escolas yanomami.

#### **V - As dificuldades encontradas na saúde**

Recentemente, em agosto de 2014, houve um encontro da SESAI com os agentes de saúde para proibir eles praticarem o que eles já haviam aprendido pelo passado através do Projeto Programa de Saúde no Rio Marauíá: injeções, sutúras, colheita das lâminas para exame de malária. Os agentes de saúde são considerados, hoje em dia, como mão de obra desqualificada e intérpretes.

Desvalorização dos agentes de saúde yanomami, que encontram-se sem autonomia profissional;

Falta de cursos de capacitação e formação para os agentes de saúde yanomami;

Falta de estrutura, equipamento e remédios;

Inexistência dos Conselhos, local e distrital;

Não reconhecimento dos subdistritos pelo DSEI Y, reduzindo a autonomia de ação e decisão deles.

Propostas de ação:

Juntar as associações indígenas yanomami para defender seus direitos a uma saúde de qualidade;

Participar de todo movimento político estadual ou nacional neste intuito através dos representantes da KURIKAMA.

#### **VI - Ausência das instâncias governamentais encarregadas das questões indígenas**

Ausência da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'kuana (FPEYY-FUNAI) que visitou o rio Marauíá somente uma vez desde sua criação;

O não cumprimento em providenciar a documentação pessoal dos Yanomami do Marauíá;

A falta de Casa de Apoio para receber os Yanomami em Santa Isabel;

O despreparo e a falta de organização no que diz respeito aos Programas Sociais, tais quais Programa Bolsa Família.

Propostas de ação:

Pressionar o governo através da KURIKAMA e das outras associações indígenas e indigenistas para que as instâncias governamentais cumpram suas atribuições com relação ao povo yanomami.

#### **VII - Bebida alcóolica: antes tratava-se de um problema localizado na cidade de Santa Isabel, mas hoje é um problema abrangente à área yanomami do Marauíá.**

Organizar campanhas de conscientização nas comunidades com a KURIKAMA, a delegacia de Santa Isabel, a FUNAI...;

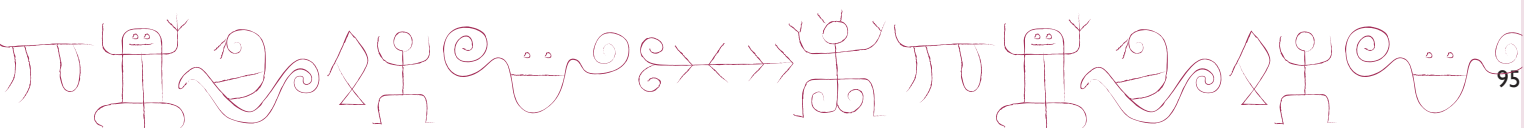
Promover um controle de entrada de bebida alcóolica na área;

Organizar palestras com representantes de outros povos indígenas que viveram o mesmo problema (por exemplo, as mulheres Makuxi).

#### **VIII - A pressão de membros do governo para a aplicação do projeto de lei de mineração nas terras indígenas.**

Propostas de ação:

Mobilizar todas as forças, associações indígenas e indigenistas, sociedade civil, governos estrangeiros, Fórum Binacional para que o anticonstitucional projeto de lei de mineração em terras indígenas seja definitivamente engavetado.



É importante destacar que o órgão federal mais presente no rio Marauíá, apesar das suas restrições em termos de recursos humanos (apenas 3 servidores lotados em São Gabriel da Cachoeira) e financeiros, é o ICMBio, através de reuniões com a finalidade de criação do Conselho Gestor do PARNA Pico da Neblina, participação nas assembléias gerais do povo Yanomami, participação dos cursos de Políticas Públicas organizados pela Rios Profundos e dos cursos de formação em PNGATI: Ciclo de Formação Roraima/IEB (financiamento da Fundação Moore e parcerias com CIR, FUNAI, ICMBio, MMA e GIZ) e do Ciclo de Formação rio Negro/FOIRN (projeto aprovado pelo PDPI/MMA e parcerias com FUNAI, ISA, IFAM e ICMBio);





## LISTA DE SIGLAS

**ACIBRN** Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

**ACIMRN** Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro

**ACIBRN** Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

**ACIR** Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas

**ACIS** Agente Comunitário Indígena de Saúde

**ACIRX** Associação das Comunidades indígenas do rio xié

**ADSIRT** Associação de Desenvolvimento Sustentável da Região de Taracúá

**AIMAs** Agentes Indígenas de Manejo Ambiental

**AYRCA** Rio Marauíá e Afluentes

**AMTT** Associação de Medicina Tradicional de Taracúá

**APIB** Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

**APOINME** Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

**ARPINPAN** Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal

**ARPINSUL** Articulação dos Povos Indígenas do Sul

**APMC** Associação de Pais e Mestres

**ASIBA** Associação Indígena de Barcelos

**AYRCA** Associação Yanomami do rio Cauaburis e Afluentes

**CABC** Coordenadoria de Associações Baniwa E Coripaco.

**CACIR** Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas

**CAIARNX** Coordenadorias das Organizações Indígenas do Distrito de Iauareté- COIDI  
Coordenação das Associações Indígenas do Rio Negro e Xie

**CAIMBRN** Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro

**CGGAM** Coordenação Geral de Gestão Ambiental (FUNAI)

**COIAB** Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

**CTL** Coordenação Técnica Local (FUNAI)

**CNPI** Comissão Nacional de Política Indigenista

**COITUA** Coordenadoria das Orgs. Indíg. do Tiquié, Waupés e seus Afluentes

**CONDISI** Conselho Distrital de Saúde Indígena

**DSEI/ARN** Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Negro

**FOIRN** Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

**FUNAI** Fundação Nacional do Índio

**FUNASA** Fundação Nacional de Saúde

**GTI** Grupo de Trabalho Interministerial

**IBAMA** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

**ICMBio** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

**IFAM** Instituto Federal do Amazonas

**IPHAN** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**ISA** Instituto Socioambiental

**MDS** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

**MMA** Ministério do Meio Ambiente

**MP** Ministério Público

**OIT** Organização Internacional do Trabalho

**OCIARN** Organização das Comunidade Indígenas do Alto Rio Negro

**PDPI** Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas

**PF** Polícia Federal

**PGTA** Plano de Gestão Territorial e Ambiental

**PNGATI** Política Nacional de Gestão



Territorial e Ambiental em Terra Indígenas

**PPTAL** Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal

**PPPIs** Planos Político Pedagógicos Indígenas

**SEDUC** Secretaria Estadual de Educação

**SEMEC** Secretaria Municipal de Educação

**SESAI** Secretaria Especial de Saúde Indígena

**UC** Unidade de Conservação

**UNIDI** União das Nações Indígenas do Distrito de Iauareté

**UFAC** União Familiar Animadora Cristã

**UCIRT** União das Comunidades Indígenas do Rio Tiquié

**KURIKAMA** Associação Yanomami dos rios Marauíá e Preto.



## PARA SABER MAIS

### Sites institucionais



<http://www.foirn.org.br/>



**Instituto Socioambiental**

<http://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/rio-negro>



<http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/povos-ind%C3%ADgenas>



<http://cggamgati.funai.gov.br/>

### Publicações e iniciativas em Gestão Territorial



#### **Cartografia dos sítios sagrados: iniciativa binacional Brasil-Colômbia / Primeiro informe de avanço**

[http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/informe\\_binacional\\_cartografia\\_web](http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/informe_binacional_cartografia_web)



#### **O que a GENTE precisa para VIVER e estar BEM no Mundo - Estojo Baniwa**

Autor / Organizador: Adeilson Lopes da Silva (ISA), Alfredo Feliciano Miguel Brazão (EIBEC), Juvêncio da Silva Cordoso (EIBEC), Laise Lopes Diniz (ISA) (org.)

Volume 1:

[http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo\\_pamaali\\_portugues](http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_pamaali_portugues)

Volume 2:

[http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/k2\\_portugues\\_web](http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/k2_portugues_web)





### **Visões do Rio Negro: construindo uma rede socioambiental na maior bacia de águas pretas do mundo**

Autor / Organizador: Beto Ricardo e Marina Antongiovanni

[http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/visoes\\_rn](http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/visoes_rn)



### **Educação Escolar Indígena do Rio Negro 1998-2011**

Autor / Organizador: Flora Dias Cabalzar (org)

[http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/educacao\\_indigena\\_rn\\_web](http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/educacao_indigena_rn_web)



### **Manejo do Mundo - Conhecimentos e Práticas dos Povos Indígenas do Rio Negro**

Autor / Organizador: Aloisio Cabalzar (Org.)

[http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo\\_do\\_mundo](http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/manejo_do_mundo)



### **Mapa-Livro Povos Indígenas do Rio Negro**

Autor / Organizador: Aloísio Cabalzar (edição de texto) e Beto Ricardo (edição de imagens)

[http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/mapa-livro\\_rn\\_2006](http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/mapa-livro_rn_2006)



### **Rotas de Criação e Transformação: Narrativas de origem dos Povos Indígenas do Rio Negro**

Autor / Organizador: Geraldo Andreello (org.)

<http://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/rotas-narrativas/5>

